

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL-PPDSR

HELLEN MAYSE PAIVA SILVA

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA REFINARIA PREMIUM I EM BACABEIRA
(2010 A 2015) NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO
ESTADO DO MARANHÃO**

São Luís
2015

HELLEN MAYSE PAIVA SILVA

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA REFINARIA PREMIUM I EM BACABEIRA
(2010 A 2015) NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO
ESTADO DO MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sob a orientação do Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira, para a conclusão do mestrado.

Área de concentração: Desenvolvimento e Diversidade Regional

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, Estado e Diversidade Regional

São Luís
2015

Silva, Hellen Mayse Paiva.

O processo de implantação da Refinaria Premium I em Bacabeira (2010 a 2015) no contexto do desenvolvimento econômico do estado do Maranhão/ Hellen Mayse Paiva Silva. – São Luís, 2015.

128f.

Orientador: Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira

Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

1. Estado. 2. Desenvolvimento. 3. Refinaria. 4. Bacabeira. I. Título

CDU 332.1(812.1Bacabeira)

HELLEN MAYSE PAIVA SILVA

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA REFINARIA PREMIUM I EM BACABEIRA
(2010 A 2015) NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO
ESTADO DO MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sob a orientação do Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira, para a conclusão do mestrado.

Aprovada em: ____/____ 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio José de Araújo Ferreira (Orientador)
Departamento de Geociências - UFMA

Prof^a. Dra. Zulene Muniz Barbosa
Departamento de Ciências Sociais - UEMA

Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pacheco Filho
Departamento de História e Geografia - UEMA

A meus pais, Nonato e Madalena, ofereço
com muita alegria.

Ao Helton, meu irmão.

A Marcelina, minha vó, pelo exemplo de
superação e força.

Enfim, a todos os maranhenses com a
proposta de promover o debate crítico
sobre sua realidade socioeconômica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela saúde, força e sabedoria durante o período de realização desta pesquisa. A Ele toda glória! Em 1 Coríntios 10:31 diz que: “Portanto, quer comais quer bebais, ou façais outra qualquer coisa, fazei tudo para glória de Deus”. A gratidão é a palavra que me define! Em Tiago 4: 15 diz que: “Se o Senhor quiser, viveremos e faremos isto ou aquilo”. E posso finalmente dizer: Deus, obrigada porque o Senhor me permitiu chegar até aqui!

À minha família maravilhosa! Amo vocês! Minha mãe Madalena (Madá), que é meu orgulho e exemplo de vida, sempre me motivava, me acompanhava nas viagens para apresentar trabalho, nas entrevistas em Bacabeira e orava para que tudo desse certo. Ao meu pai Nonato, que sempre chegava com revistas e reportagens de jornais em casa para acrescentar na pesquisa. Meu desejo maior é continuar honrando e dando alegrias a vocês em tudo o que faço! Em Êxodo 20: 12 diz que: "Honra teu pai e tua mãe, a fim de que tenhas vida longa na terra que o Senhor, o teu Deus, te dá".

Ao meu irmão Helton, que me acompanhava nas jornadas de campo em Bacabeira. Valeu mano por tudo! À minha vó Marcelina (Cica), que contribuiu com muitos testemunhos e informações sobre a Refinaria Premium I. Há trinta e cinco anos ela mora em Bacabeira e acompanhou de perto toda euforia e descontinuidade do projeto. De forma especial, quero agradecer e dizer que amo estar com vocês e rir junto com vocês!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira, por acreditar na pesquisa, pelas indicações de leitura, pelos trabalhos publicizados, na disciplina de Rede Urbana e Ambiente ministrada no PPDSR e por todas as contribuições que sempre apontavam caminhos para a realização de um bom trabalho. Eu desejo cada vez mais sucesso na sua carreira! Com toda a certeza, sua competência e determinação são exemplos para nós.

Às pessoas que participaram das entrevistas e depoimentos em Bacabeira e que se disponibilizaram para ajudar de alguma forma com a pesquisa. Em especial, ao Presidente da Associação de Moradores de Bacabeira, Helber Duarte, pela atenção dada a pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela motivação e sugestões durante o desenvolvimento

deste trabalho: Em especial, ao Prof. Dr. Alan Kardec, que ministrou uma disciplina sobre a Formação Social e Econômica do Maranhão, promoveu o debate sobre os antecedentes históricos de nosso Maranhão, além de ter contribuído com muitas sugestões para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Prof^ª. Dr^ª. Zulene Barbosa, que através de seus trabalhos publicizados ampliou o debate sobre a temática da indústria maranhense. Quero dizer obrigada pelas contribuições a essa pesquisa.

À Prof^ª. Dr^ª Franci Gomes Cardoso, que durante as aulas de Seminário de Dissertação orientava sobre como deveríamos nos debruçar sobre a escrita do texto final do mestrado e além de ter apontado muitas sugestões para essa pesquisa.

Ao Prof. Dr. Isaac Giribet, que ministrou uma disciplina sobre Questão Agrária ampliando o debate crítico sobre a realidade do campo e movimentos sociais no Maranhão. Enfim, todos esses professores ajudaram com suas contribuições e conselhos. Em Provérbios 15: 22 diz que: “Os planos fracassam por falta de conselho, mas são bem-sucedidos quando há muitos conselheiros”.

Aos meus amigos da 4^o turma do Mestrado PPDSR, Marlene, Jaciene, Maxuel, Maria, Ricardo, Francilene, Rui, Alfredo, Wendell, Leila e Graziela. Com toda certeza, nossos maiores esforços são para que nossas pesquisas tenham qualidade e possam contribuir para ampliar o debate sobre nossa realidade social.

Aos meus amigos da Igreja Batista Nacional Nova Aliança (IBNNA) no bairro da Alemanha, em especial aos pastores Reinaldo Bezerra e Silvia Bezerra, pelo carinho; aos pastores Raimundo e Cássia pela amizade.

A Geração Ágape da IBNNA, em especial aos pastores Cristiano e Glorinha. Minha amiga Glorinha, sempre com uma palavra de ânimo e força; Você é exemplo e testemunho de vida para mim.

À Rede de Crianças (todas as professoras) e Rede de Jovens (todos os amigos da rede) da IBNNA. Somos Um! Deus é Bom!

À célula de Jovens com Mirian, Gleudes, Jackeline, Ana Paula, Daniele, Joseli, Ana, Diego, Jorge. Obrigada pelo carinho de vocês! Sei que torcem por mim e querem sempre o melhor! Saber que vocês são meus amigos e que posso contar com vocês me faz um bem maravilhoso.

À célula de adolescentes no Condomínio Novo Tempo I com Júnior, Sérgio, Fábio, Handreyna, Cauã, Lucas. Ensinar é acima de tudo aprender junto com vocês!

Quero agradecer o carinho de vocês, que são especiais para mim! Torço por cada um de vocês!

Às preciosas amigas Liana, Hevila, Elisângela, Gisely, Alryadny, Jaiza, Ariane, Elys e Gleyciane. Em Provérbios 17:17 diz que “o amigo ama em todos os momentos; é um irmão na adversidade”. Com toda a certeza, posso definir vocês assim: irmãs que nos momentos mais difíceis estiveram presentes. As orações e amizade de vocês fazem toda a diferença para mim!

Agradeço as secretárias do núcleo de pós-graduação do PPDSR: Gracimila e Elizete.

Ao meu amigo Jeremias Santos (IMESC) que ajudou na elaboração dos mapas desta dissertação. Obrigada pela sua disponibilidade em contribuir para essa pesquisa.

À CAPES, pelo apoio financeiro durante esses dois anos de pesquisa e estudo.

Enfim, a todos que contribuíram para essa pesquisa! Muito Obrigada! Quero finalizar essa parte de agradecimentos com um trecho do livro “Arte da Tese” de Michel Beaud, o qual assevera que: “Não se trata de quantidade de páginas, mas da qualidade do trabalho. É a qualidade do conteúdo que se julga, afinal; não o tempo de trabalho gasto nem a boa vontade do estudante”.

“O espaço do político passa a ser preponderantemente o espaço da política econômica. Esta é uma questão a meu ver fundamental, porque ela valoriza e naturaliza o crescimento econômico de tal forma que faz submergir (recalcar, deixar de lado) a reflexão propriamente política sobre a forma de sociedade que se possa desejar e que possa pretender estabelecer; sobre as desigualdades, os conflitos e as contradições; e sobre como enfrentar e encaminhar essas questões no plano propriamente político. A ideologia do desenvolvimento inculca tão profundamente o crescimento econômico como valor primeiro na sociedade que nesta sociedade se passa em geral a acreditar que este é “o” “seu” “destino” “promissor”, sempre deslocado para o futuro”.

Mirian Limoeiro Cardoso

RESUMO

Dissertação que analisa como se configurou o processo de implantação da Refinaria Premium I em Bacabeira (2010 a 2015) no contexto do modelo de desenvolvimento econômico do estado do Maranhão. O Estado com a iniciativa privada tem viabilizado e priorizado projetos socioeconômicos propícios para a produção e reprodução do capital, divulgando investimentos como promotores do desenvolvimento social e orientados para “dinamizar” o estado, com possibilidade de reestruturação da economia, associado ao discurso do “novo”, do “moderno”, planejados para “salvar” e para “modernizar” mediante a otimização do uso do território. No entanto, apesar do discurso, esses projetos não foram concretizados e/ou não tiveram continuidade, e conseqüentemente não houve modificação das estruturas sociais maranhenses. Esta pesquisa está fundamentada no método do Materialismo Histórico Dialético, pois os dados investigados são analisados qualitativamente através das categorias “Estado”, “desenvolvimento” e “indústria”. Destaca o projeto da Refinaria Premium I, que foi anunciado em 2010, em que o município de Bacabeira foi selecionado pelo governo estadual para sediar esse “mega” investimento, que foi cancelado pela Petrobrás em 2015. Conclui-se que esse investimento serviu de uso político-eleitoral, para atender aos interesses do grupo político dominante, desencadeando em Bacabeira impactos socioeconômicos e ambientais.

Palavras chaves: Estado. Desenvolvimento. Refinaria. Bacabeira.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the configuration of the Premium I Refinery implantation process in Bacabeira (2010 to 2015) in the context of the economic development model of the state of Maranhão. The State with the private sector has enabled and prioritize propitious socio-economic projects for the production and reproduction of capital, promoting investments as promoters of social development and oriented "to dynamic" the state, with the possibility of economy restructuring, associated with the speech of the "new", the "modern", designed "to save" and "to modernize" by optimizing of the territory use. However, despite the speech, these projects were not implemented and / or have not had continuity, and consequently there was no modification of Maranhão social structures. This research is based on the method of Dialectical Historic Materialism, because the investigated data are analyzed qualitatively by the categories: "state", "development" and "industry". Highlights the Premium I Refinery project, which was announced in 2010 when the municipality of Bacabeira was selected by the state government to host this "mega" investment, which was canceled by Petrobrás in 2015. The conclusion is that this investment served as political and electoral use, to meet the interests of the dominant political group, triggering in Bacabeira socioeconomic and environmental impacts.

Keywords: State. Development. Refinery. Bacabeira.

LISTA DE SIGLAS

ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
ANP	Agência Nacional do Petróleo
APA	Área de Proteção Ambiental
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECA	Câmara Estadual de Compensação Ambiental
CEMP	Centro de Ensino Médio e Profissionalizante
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
COMPERJ	Complexo Petroquímico no Rio de Janeiro
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DIBAC	Distrito Industrial de Bacabeira
DISAL	Distrito Industrial de São Luís
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EIA	Estudo dos Impactos Ambientais
EMAP	Empresa Maranhense de Administração Portuária
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEUC	Fundo Estadual de Compensação Ambiental
FIEMA	Federação da Indústria do Maranhão
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
GEDMMA	Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
GFS	Consórcio das Empresas Queiroz Galvão, Serveng e Fidens
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISDM	Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
JK	Juscelino Kubstichek
JQ	Jânio Quadros
KAO-I	Fábrica de Confecções de Rosário
LCE	Lei Complementar Estadual

MMA	Ministério do Meio Ambiente
ODM	Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
OGX	Petróleo e Gás Participação S.A.
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Programa Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROMINP	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPDSR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional
REGIC	Regiões de Influências das Cidades
REPRE I	Refinaria Premium I no Maranhão
RESEX	Reserva Extrativista
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais
SMUC	Sistema Municipal de Unidades de Conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
STF	Supremo Tribunal Federal
RIMA	Relatório dos Impactos Ambientais
RMGSL	Região Metropolitana da Grande São Luís
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TEGRAM	Terminal de Grãos do Maranhão
TIDIR	Territórios de Influência Direta e Indireta da Refinaria
TPM	Terminal Portuário do Mearim
UC	Unidade de Conservação
UDN	União Democrática Nacional
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNICEUMA	Centro Universitário do Maranhão
USIMAR	Usina Siderúrgica do Maranhão
VALE	Companhia Vale S.A
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Cartaz da campanha “O Petróleo é Nosso”, 1952	29
Figura 2- Primeiro poço produtor de petróleo no Brasil, em Lobato, na Bahia em 1939	29
Figura 3- A primeira refinaria da Petrobrás inaugurada em Presidente Bernardes, em Cubatão (SP), no ano 1955.....	30
Figura 4- Divulgação da KAO-I em jornal e outdoors	44
Figura 5-Fábrica KAO-I desativada	44
Figura 6-Sede do Projeto de Irrigação Salangô	45
Figura 7-Maquinário do bombeamento da água desativado	46
Figura 8-Terreno abandonado do projeto USIMAR.....	48
Tabela 1- Período, Gestores e Discurso maranhenses - 1996 a 2013.....	49
Figura 9- Eixos nos Planos Plurianuais (PPAs).....	52
Figura 10- Região de Planejamento do Baixo Munim	54
Gráfico 1-Composição da pauta de exportações do estado do Maranhão – 2012 (% do total)	57
Figura 11- Principais projetos econômicos no Estado do Maranhão.....	62
Figura 12- Visão Estratégica Nacional no Horizonte 2027 (2B1 = Vetor Centro Norte; 2B2 = Vetor Semi-Árido Nordeste; 3B = Vetor Litoral Norte- Nordeste).....	63
Gráfico 2- Investimentos em andamento e planejados no estado do Maranhão (2010-2017) (em % do Total)	66
Figura 13-Outdoors sobre o projeto da REPRE I em Bacabeira, 2011	68
Figura 14-Peças publicitárias sobre a crise da Petrobrás	71
Figura 15- Peças publicitárias sobre a Premium I.....	72
Figura 16-Canal de Drenagem, Proteção de Talude, Colchão Reno; Construção de Ponte, Obra paralisada	72
Figura 17- Retirada de outdoor sobre a REPRE I após eleições de 2010	76
Figura 18- Peças publicitárias sobre o cancelamento do projeto da REPRE I.....	76
Figura 19- Localização do município de Bacabeira.....	84
Tabela 2- Crescimento populacional de Bacabeira	85
Tabela 3- Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) do município de Bacabeira	85

Figura 20- Configuração atual da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL)	89
Tabela 4- Municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís	90
Tabela 5- Mapeamento do capital social de Bacabeira, Rosário e Santa Rita.....	91
Figura 21- Sede da Refinaria, 2015; Canteiro de obras em 2012; Vista aérea da Premium em 2012	92
Figura 22- Peças de publicidade sobre loteamentos residenciais em Bacabeira.....	96
Figura 23- Quitinetes construídas; Resort abandonado; Divulgação do Gran Solare Hotéis e Resorts em Bacabeira	97
Figura 24- Manchete sobre reação de empresários em Bacabeira	102
Figura 25- Lojas comerciais e quitinetes disponíveis para aluguel em Perizes de Baixo	102
Figura 26- Unidades de Conservação de Bacabeira- MA	110

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 O CAPITAL INDUSTRIAL MARANHENSE E SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA NACIONAL	24
2.1 Antecedentes históricos	24
2.2 Integração comercial maranhense ao padrão urbano-industrial nos anos 1950 a 19702.	27
2.3 Os processos de reestruturação produtiva nos anos 1980 e 1990	35
3 O “DESENVOLVIMENTO” DO MARANHÃO A PARTIR DOS INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS DE 1996 A 2013 SOB A PERSPECTIVA DO DISCURSO DOS GESTORES	42
3.1 Os investimentos “Um novo Tempo”: entraves e perspectivas dos projetos	42
3.2 Ciclos atuais de investimentos: o discurso “De Volta ao Trabalho” e o projeto da Refinaria de Petróleo no Maranhão.....	50
4 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA REFINARIA PREMIUM I DA PETROBRÁS EM BACABEIRA	82
4.1 Caracterização socioeconômica de Bacabeira: povoado de Rosário, criação e “cidade de futuro”	82
4.2 A Refinaria Premium I e sua influência: impactos econômicos, sociais e ambientais.....	91
5 CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA	123
APÊNDICE B- TERMO DE AUTORIZAÇÃO	125
ANEXO A- LEI QUE DISCIPLINA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS PARA A IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO OU DIVERSIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REFINARIA DE PETRÓLEO	126
ANEXO B- PEÇAS PUBLICITÁRIAS SOBRE O CANCELAMENTO DA REFINARIA PREMIUM I	127
ANEXO C- NOTA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABEIRA SOBRE A DESCONTINUIDADE DA REFINARIA PREMIUM (MA) ..	128

1 INTRODUÇÃO

A estrutura produtiva do estado do Maranhão atrelada aos interesses dos gestores públicos evidenciam investimentos econômicos divulgados como promotores do desenvolvimento social, mas que não se concretizaram e/ou não tiveram continuidade nos planos de investimentos. Nesse contexto, este estudo tem como temática o investimento da Refinaria Premium I, cuja questão central examina seu processo de implantação no município de Bacabeira.

O Estado, associado com a iniciativa privada tem viabilizado e priorizado projetos socioeconômicos propícios para a produção e reprodução do capital, selecionando e tornando os espaços não mais isolados, mas atrelados à dinâmica econômica mundial. O modelo de desenvolvimento é projetado por discursos dos gestores maranhenses, que sustentam que os investimentos econômicos atenderiam a demanda de prestação de serviços, emprego e renda nas comunidades em que seriam instalados. No entanto, não é o que se configura, de fato e de verdade, nos espaços regionais receptores desses projetos econômicos.

A partir de novos planos de investimentos estatais, diversas iniciativas baseadas na atividade industrial-exportadora vêm ganhando espaço no estado do Maranhão desde 1965, reestruturando a diversidade produtiva dessa unidade da Federação. Essa reestruturação se configura pela inclinação de agrária-exportadora para industrial-exportadora, com perspectivas e riscos no cenário econômico estadual. Porém, diversos investimentos industriais divulgados pelos representantes públicos não se inserem nesse contexto, pois são projetos intensamente divulgados e planejados para “modernizar” o estado, mas não produzem efeitos concretos ou têm pouco efeito multiplicador.

A formação acadêmica no Curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e as experiências profissionais como educadora indicam as motivações e razões da escolha do objeto deste estudo, no contexto em que esse texto possa contribuir para o debate sobre a realidade socioeconômica maranhense em um período de importantes transformações em sua base produtiva, além de exemplificar no contexto nacional o que se tem feito sobre a necessidade de transparência dos gestores públicos diante dos planos de investimentos divulgados e, sobretudo, diante da responsabilidade social com os cidadãos em concretizá-los,

com respeito às particularidades municipais nas quais esses empreendimentos estão inseridos.

A História mostra as contradições desencadeadas pelo discurso do “desenvolvimento” ou “modernização” assegurado ideologicamente pelo processo tecnológico e de industrialização. Sendo assim, a característica “contínua” de “projetar o futuro” no estado do Maranhão a partir desse modelo de desenvolvimento econômico assegura a escolha das categorias essenciais para esta pesquisa, a saber: “Estado”; “desenvolvimento”; e “indústria”.

No que se refere à pesquisa empírica sobre o processo de implantação da Refinaria Premium I da Petrobrás podem ser analisados diversos aspectos, tais como: o discurso político em torno do projeto, as iniciativas estatais para viabilizar o empreendimento na sua primeira fase; a repercussão nos veículos de comunicação, a perspectiva da sociedade (empresários e comunidade local) sobre o cancelamento do empreendimento, sendo que a percepção destes foi obtida por meio de entrevistas, na qualidade de integrantes nesse processo social e histórico.

Os impactos desencadeados pelo projeto da Premium I são abordados nesta pesquisa, destacando o período compreendido entre os anos de 2010 a 2015. Esta análise foi realizada considerando desde a fase de anúncio do projeto em 2010 (quando foi publicizado o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do projeto e as audiências públicas levadas a efeito no ano de 2009) e sua repercussão nos meios midiáticos, passando pelo início das obras e serviços de terraplanagem em 2011, ano em que as obras foram suspensas e, conseqüentemente anúncio de adiamento do projeto (para 2029) até o ano período em que o projeto foi cancelado pela Petrobrás, isto é, em 2015.

Em relação aos documentos oficiais acessíveis decorrentes de auditoria das obras e serviços de terraplanagem do projeto, foi analisada a síntese do Relatório de Fiscalização do ano de 2013, elaborado pela Câmara dos Deputados e enviado à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU). Sendo assim, esse texto de dissertação visa ao cumprimento do tempo estipulado para a conclusão desta etapa de estudo e investigação no Programa de Pós-graduação de Mestrado interdisciplinar em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Outra questão abordada nessa pesquisa refere-se à inserção dos municípios de Bacabeira, Rosário e Santa Rita na Região Metropolitana da Grande

São Luís (RMGSL) no ano de 2013, pois foram considerados espaços projetados para receber investimentos econômicos. No entanto, questiona-se se os mesmos são espaços regionalizados, integrados à rede urbana e possibilitam infraestrutura para aumento do fluxo de pessoas e/ou investidores; ou se limitam apenas “ao papel”, às questões burocráticas e aos interesses político-partidários no contexto da política maranhense.

Quanto ao caso empírico da Refinaria Premium I em Bacabeira, que corresponde ao investimento econômico mais recente, e que também não teve continuidade, são abordados os impactos econômicos, sociais e ambientais. No contexto ambiental, a compensação ambiental da Petrobrás também é analisada a partir da criação das unidades de conservação municipais em Bacabeira com justificativas embasadas nos empreendimentos econômicos planejados para desenvolver esse município.

Considerando a realidade empírica do Maranhão e particularmente do município de Bacabeira, assim como o contexto em que tal empreendimento econômico foi apresentado, a perspectiva teórico-metodológica norteadora do processo investigativo desta pesquisa corresponde ao método do materialismo histórico dialético, pois este possibilita extrair do objeto as suas múltiplas determinações, além de contribuir na apreensão não da aparência ou da forma dada ao objeto, mas visa ao alcance da sua essência, da sua estrutura e da sua dinâmica. (PAULO NETTO, 2011).

O método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado (MARX, 1983). O conhecimento para Marx não é um ato, mas um processo. É o resultado de um trabalho de decomposição e recomposição, de análise e síntese. Esse modelo de práxis é um processo, movimento que se dinamiza por contradições, cuja superação o conduz a patamares de crescente complexidade, nos quais novas contradições impulsionam a outras superações. (PAULO NETTO, 2011).

Dessa forma, todo o processo de pesquisa, baseia-se na realidade socioeconômica maranhense concreta para análise do modelo de desenvolvimento econômico do estado, a partir da perspectiva analítica da totalidade, da história e da contradição. Essas opções analíticas são fundamentais na análise do objeto de estudo em questão, considerando o enfoque teórico-acadêmico no que concerne à

articulação entre Estado e indústria, o discurso político-institucional (governamental) acerca de investimentos econômicos e, análise dos impactos econômicos, sociais e ambientais que o investimento da Premium I (caso empírico) desencadeou em Bacabeira, apesar da descontinuidade do projeto.

Quanto aos procedimentos de análise, a abordagem qualitativa, tendo como referência os fundamentos histórico-conceituais pertinentes à configuração do objeto de estudo, sobretudo porque empreendimentos econômicos vultosos demandam a discussão sobre as concepções de desenvolvimento. (FURTADO, 1968; ESTEVA, 2000; SIEDENBERG, 2008; BECKER, 2008; SOUZA, 2009; DALLABRIDA, 2010; SANTOS; MATTOS JÚNIOR, 2013).

Os projetos de desenvolvimento planejados para a Amazônia e para o Maranhão (SANT'ANA JÚNIOR, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2005; FERREIRA, 2008; AQUINO; SANT'ANA JÚNIOR, 2009) com a finalidade de problematizar essas concepções com os envolvidos na configuração do modelo de desenvolvimento econômico do estado em questão (FIEMA, 2009; MARANHÃO, 2010) repercutindo na realidade socioeconômica maranhense (universitários, empresariado, representantes políticos e grupos atingidos).

A discussão acerca do discurso de desenvolvimento na política maranhense através dos investimentos industriais contempla diversos estudiosos, tais como (LOWY, 1950; CARDOSO, 1978; MARX; ENGELS, 1998; PEREIRA, 2003; BARBOSA, 2006; REIS, 2007; PACHÊCO FILHO, 2015).

As perspectivas da sociedade sobre o projeto da Refinaria Premium I são compreendidas por meio do levantamento de notícias e informações nos veículos de comunicação sobre o cancelamento do mesmo associado às entrevistas formais e informais da sociedade de estudantes universitários, empresários e comunidade local (ALBERTI, 2004; BECKER, 2009). Essas entrevistas foram elementos fundamentais na pesquisa, pois configuram a memória coletiva a qual deve ser valorizada e preservada.

Em função da grandiosidade do referido empreendimento, os autores que enfatizaram estudos acerca dos espaços urbanos, fluxos na rede urbana (CORRÊA, 1989; BRASIL, 2000; FERREIRA, 2008, 2014, BURNETT, 2012), sobre o espaço (SANTOS, 1978, 1996; BARBOSA, 2002), além da relação entre Estado e capital (LIPIETZ, 1988; LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2004, 2005, 2011); contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

A fundamentação teórica contempla também: a discussão da questão ambiental (PORTO GONÇALVES, 2005; CHIUVITE, 2010; ZACHARIAS, 2010); a discussão acerca das particularidades bacabeirenses (MARANHÃO, 1998; BACABEIRA, 2007) e as unidades de conservação criadas em Bacabeira (BRASIL, 2000; FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE, 2009; TRAMITTY/SEMA, 2014).

Para tanto, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Revisão bibliográfica para delimitação teórica a partir de documentos oficiais (FIEMA, 2009; MARANHÃO, 2008, 2009, 2010, 2013) e sites (IBGE/IPEA/IMESC/FUNASA/TCU/PORTAL PETRÓBRAS/INDICADORES DO MILÊNIO-ONU/HABITAT- ODMs);
- Caracterização dos investimentos econômicos que não tiveram continuidade no discurso do “Novo Tempo” e “De Volta ao Trabalho” no estado do Maranhão;
- Identificação dos cursos de Petróleo e Gás (Nível Superior e Nível Técnico Profissionalizante) em São Luís decorrentes da influência do investimento da Refinaria Premium I;
- Acompanhamento e registro do noticiário sobre investimentos industriais maranhenses veiculados na imprensa nacional e local;
- Identificação e seleção de área para estudo empírico e de agentes da iniciativa privada, do setor público e de grupos sociais atingidos que pudessem contribuir com a pesquisa;
- Acompanhamento na mídia eletrônica e impressa sobre o cancelamento do projeto da Refinaria Premium I;
- Realização de nove etapas de trabalho de campo (31/06/2014; 06/02/2015, 07/02/2015, 08/02/2015 e 09/02/2015; e 25/02/2015, 26/02/2015 e 27/02/2015; 04/10/2015) nas áreas próximas ao empreendimento selecionado, com registro etnográfico e uso de máquina fotográfica;
- Realização de entrevistas com uso de gravador para transcrição e análise da comunicação oral junto a interlocutores selecionados;
- Aplicação de sete questionários semi-estruturados;
- Coleta de material bibliográfico e documental em arquivos públicos, de empresas, de grupos sociais atingidos e instituições de ensino privadas;

- Acompanhamento e observação de audiências públicas, reuniões, assembleias e debates públicos envolvendo o caso empírico analisado;
- Elaboração de mapa dos municípios inseridos recentemente na Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL);
- Elaboração de mapa das unidades de conservação municipais, selecionadas desde 2007 pelo Plano Diretor de Bacabeira.

Os resultados desse processo investigativo foram sistematizados em três capítulos, além da introdução e da conclusão visando compreender todos os processos de forma organizada, a partir do entendimento das múltiplas questões sobre como o investimento da Refinaria Premium I foi inserido no desenvolvimento econômico maranhense, além de sua proposta de desenvolvimento social proposta aos moradores bacabeirenses.

O primeiro capítulo aponta os antecedentes históricos do desenvolvimento industrial no Maranhão, e segue contextualizando com o padrão urbano-industrial nacional nos anos 1950 a 1970, e os processos de reestruturação produtiva maranhense nos anos 1980 e 1990, a partir do Projeto Grande Carajás e da ALUMAR.

No segundo capítulo são analisados os investimentos econômicos maranhenses de 1996 a 2013 sob a perspectiva do discurso dos gestores maranhenses, baseado nos investimentos industriais que foram imensamente divulgados como “salvadores” da economia desse estado e sustentaram os discursos do “Novo Tempo” e de “De Volta ao Trabalho”. Este último está associado ao investimento da Refinaria Premium I da Petrobrás no Maranhão, que abrange as principais iniciativas estatais favoráveis, tais como o planejamento do uso do solo (Plano Diretor de Bacabeira) e a capacitação de mão-de-obra (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - PROMINP), dentre outras questões.

O terceiro e último capítulo analisa o processo de implantação da Refinaria Premium I da Petrobrás em Bacabeira, identificando os principais impactos decorrentes do investimento anunciado como “inovador”. Na abordagem inicial, é realizada uma caracterização socioeconômica de Bacabeira e análise da nova configuração da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) a partir da inclusão dos municípios de Bacabeira, Santa Rita e Rosário. Na segunda parte deste capítulo são caracterizados os impactos econômicos, sociais e ambientais

decorrentes da Premium I, com destaque para as comunidades atingidas e compensação ambiental da Petrobrás, no que se refere às escolas e unidades de conservação municipais.

A conclusão sobre esse processo investigativo é realizada sendo elencados quais foram os pontos positivos e quais os negativos sobre o “deslocamento” e a “espera” desse investimento “modernizador” da Refinaria Premium I da Petrobrás, mas que ainda não saiu do papel.

2 O CAPITAL INDUSTRIAL MARANHENSE E SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA NACIONAL

Este capítulo tem como objetivo analisar o modelo de desenvolvimento econômico no estado do Maranhão e sua inserção na economia nacional, a partir dos antecedentes históricos do desenvolvimento do capital industrial. Para tanto, revela-se a contextualização da atuação de Juscelino Kubistchek (JK), conforme o padrão urbano-industrial adotado nos anos 1950 a 1970, aliada à modernização industrial com a implantação do Projeto Grande Carajás (PGC), acarretando em processos de reestruturação produtiva maranhense nos anos 1980 e 1990.

2.1 Antecedentes históricos

É importante destacar como surgiram as primeiras tentativas de industrialização no estado do Maranhão, que ocorreram devido à crise do modelo agrário-exportador no final do século XIX, seguida do parcelamento da grande propriedade rural e da abolição da escravatura. (BARBOSA, 2006).

A primeira fase a ser pontuada refere-se à integração do Maranhão ao modelo agrário-exportador (1755-1889), que se inicia com a criação, em 1755, da segunda Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que permite ao mesmo integrar-se de fato ao sistema colonial português, superando mais de um século de isolamento. Essa companhia viabilizava a inserção do Maranhão na divisão internacional do trabalho típica do Antigo Sistema Colonial, a partir da exportação para a Europa de três produtos principais: o algodão, o arroz e o couro, aos quais vai se agregar, a contar das primeiras décadas do século XIX, o açúcar. (ARCANGELI, 1987; HOLANDA, 2008).

Convém ressaltar que durante o período imperial, a economia maranhense sustentou-se principalmente na exportação de algodão e açúcar (REIS, 2007). É um período áureo em que o Maranhão se consolida como grande fornecedor dessas matérias-primas. O processo de integração maranhense à economia açucareira consolidou-se a partir da pecuária, consolidando-se para o Sul do Maranhão. A primeira metade do século XIX foi marcada por um avanço simultâneo das plantations de algodão e cana de açúcar, que condicionaram

fortemente a ocupação das regiões Leste e central desse estado. (HOLANDA, 2008).

No Maranhão, o cultivo da cana e a fabricação do açúcar tiveram papel relevante até o século XIX, com a instalação de numerosos engenhos nos vales dos principais rios, em praticamente todas as regiões, com a utilização intensiva de mão-de-obra africana, durante o último século do tráfico de escravos para o Brasil (1750-1850). Já o algodão foi o mais importante produto econômico do Maranhão, desde o período colonial até meados do século XX. (DOURADO, 2008).

A partir da segunda metade do século XVIII, a Revolução Industrial, na Inglaterra estimula a produção de tecidos na Europa, com o algodão ocupando lugar expressivo na exportação brasileira, e no Maranhão, sendo responsável por importante acumulação de capital e fator determinante das diferentes fases do desenvolvimento estadual. A cotonicultura, além de expandir a economia, deu ao Maranhão a condição de pioneiro no Brasil em alguns aspectos do negócio do algodão. Em fins do século XVIII, foi o primeiro grande produtor e exportador brasileiro. Ao final do terceiro decênio do século XIX, a economia do Maranhão poderia ser denominada “a economia do algodão”. (DOURADO, 2008).

A partir da terceira década do século XIX aparecem os primeiros sinais de decadência, que serão acentuados após a extinção do tráfico internacional de escravos, em 1850 (ARCANGELI, 1987; HOLANDA, 2008). A segunda fase histórica econômica do Maranhão inicia-se com a abolição da escravidão, ao desorganizar as relações de produção existente, e desarticulação do sistema de plantations e surtos de crescimento da indústria têxtil (1890-1940).

Esse período é caracterizado como um período de estagnação da economia que teve início com a libertação dos escravos e segue até 1950, sendo caracterizada pela desarticulação da grande propriedade privada do algodão e da cana de açúcar (esgotamento do ciclo das plantations) e pela ascensão da pecuária extensiva, da agricultura de subsistência e do extrativismo (embora não desapareçam totalmente do cenário econômico).

O outro aspecto importante a ser analisado é a constituição de um setor fabril têxtil. A primeira fábrica de tecidos do Maranhão data de 1883 e localizava-se na cidade de Caxias. Entre 1850 e 1895, outras 14 têxteis entraram em funcionamento no estado, totalizando um capital realizado de dez mil contos e empregando aproximadamente três mil operários (REIS, 2007). Em diversas cidades

maranhenses foram instaladas indústrias têxteis acarretando na importância dos produtos têxteis na pauta das exportações. Em 1895, o estado do Maranhão possuía o segundo parque industrial do Brasil com 16 unidades de produção, sendo superado apenas por Minas Gerais. A capital maranhense, porém, aglomerava 10 fábricas, enquanto Caxias possuía quatro e Codó, uma. (FERREIRA, 2008).

O surto industrial maranhense teve início efetivo a partir da segunda metade do século XIX, no fim do Império e início da República, como saída encontrada pelo empresariado para superar as dificuldades por que passava a atividade algodoeira desse estado. Outros ramos industriais foram surgindo a partir de então, com maior ou menor sucesso, merecendo destaque a extração, já no século XX, do óleo de babaçu, que décadas depois veio a assumir a condição de mais importante produto industrial do Maranhão. (DOURADO, 2008).

A economia têxtil maranhense, responsável por três surtos industriais entre os anos 1890 e 1950 (na última década do século XIX, e no decorrer da Primeira e da Segunda Guerra Mundial), não tardou a entrar em decadência, premida principalmente pela competição com a produção têxtil do Centro-Sul, em um contexto de modernização das vias de acesso e barateamento dos custos de transporte. (HOLANDA, 2008).

Outro fator que contribuiu bastante nesse contexto da estrutura produtiva do estado são as políticas territoriais pós-1920, que de acordo com Ferreira (2008) priorizavam criar alternativas ao transporte que se concentrava nos vapores fluviais e nas incipientes estradas carroçáveis, como forma de integrar melhor o território e escoar a produção do Maranhão.

A partir de 1921, os destaques são para as estradas de ferro e estradas carroçáveis inauguradas, como por exemplo, a Estrada de Ferro São Luís-Teresina, exercendo influência ao facilitar o escoamento da produção. Em 1940, a população se distribuía de forma esparsa pelo território, as estradas eram precárias e só existia apenas uma ferrovia. A população dedicava-se à exploração do babaçu e carnaúba, à lavoura e a criação. É nesse contexto que as políticas territoriais foram implantadas rompendo com os vazios demográficos e articulando-os através de transporte rodoviário. (FERREIRA, 2008).

A economia maranhense entre o final do século XIX e meados da década de 1930 passava por um longo processo estrutural de integração ao mercado nacional. Tratava-se de um sistema econômico ainda dominado pelo capital

mercantil, com as grandes casas comerciais comandando a acumulação, mas que combinava investimentos tradicionais na produção agrícola e extrativa com investimentos urbanos, principalmente a criação de fábricas, primeiro as de tecidos, posteriormente algumas de óleo babaçu. (REIS, 2007).

Uma das características mais marcantes da transição ao novo sistema, assentado sobre a exploração mercantil da pequena produção e do estreitamento de laços com o mercado nacional, foi o fortalecimento dos grandes comerciantes da capital maranhense, que, através da aceleração dos investimentos urbanos verificados na virada do século, chegaram a configurar uma “comunidade empresarial” entrelaçada numa rede de negócios e interesses comuns. (REIS, 2007).

Segundo Ferreira (2008) somente a partir de 1937 é que o papel do Estado enquanto planejador foi redefinido, pois era preciso implementar o modelo urbano-industrial em cujas bases estavam o reaparelhamento da máquina estatal e a concentração de poder.

2.2 Integração comercial maranhense ao padrão urbano-industrial nacional nos anos 1950 a 1970

O ideário nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas¹ não poderia deixar de ser destacado na intervenção da economia, pois seus discursos nacionalistas foram uma importante ferramenta ideológica de coesão nacional. Ele estimulou o desenvolvimento de novas atividades produtivas, sobretudo industriais, desencadeou a implantação da indústria de base, reduzindo a dependência do comércio exterior.

Em 1950, Getúlio Vargas dedicou-se à criação da Petrobrás, da Eletrobrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

¹Foi presidente do Brasil em dois períodos. O primeiro período foi de 15 anos ininterruptos, de 1930 até 1945, e dividiu-se em três fases: de 1930 a 1934, como chefe do "Governo Provisório"; de 1934 até 1937 como presidente da república do Governo Constitucional, tendo sido eleito presidente da república pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934; e, de 1937 a 1945, como presidente-ditador, durante o Estado Novo implantado após um golpe de estado. No segundo período, em que foi eleito por voto direto, Getúlio governou o Brasil como presidente da república, por 3 anos e meio: de 31 de janeiro de 1951 até 24 de agosto de 1954, quando se suicidou. A fase a que se refere essa pesquisa é a gestão do segundo período.

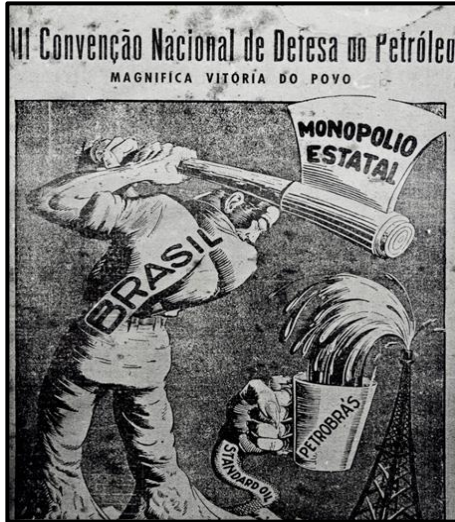
A Petrobrás foi criada nesse contexto, a partir da UDN² que aceitava que as empresas estrangeiras (Shell, Esso e Texaco) explorassem o petróleo no Brasil. A resposta dos setores nacionalistas do governo e da sociedade para essa situação foi demonstrada pela organização da campanha do “O Petróleo é Nosso” (FIGURA 1), visando à criação de leis governamentais contra capitais privados na exploração do petróleo.

A Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A) foi fundada no dia 3 de outubro de 1953, com a edição da Lei nº 2.004, aprovada pelo Congresso Nacional e assinado pelo presidente do Brasil na época, Getúlio Vargas. Ele estimulou o debate em relação aos direitos sobre o monopólio estatal do petróleo. Em 1939, o primeiro poço brasileiro foi perfurado na Bahia antes da fundação da Petrobrás (FIGURA 2) e, a partir de então o Estado consolidou-se como principal agente defensor da nacionalização dos recursos minerais, através da proteção às indústrias de base.

Nessa época, surgiram os embriões de três vultosas estatais brasileiras: o Conselho Nacional de Petróleo (1938), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e a mineradora Vale do Rio Doce (1943). Em 1955, foi fundada a primeira refinaria da Petrobrás em Presidente Bernardes, em São Paulo (FIGURA 3). Convém ressaltar que a disputa de ideias entre os nacionalistas e os favoráveis à liberdade para o investimento estrangeiro influenciou o pensamento econômico e político brasileiro dos anos 1950 até os anos 1990.

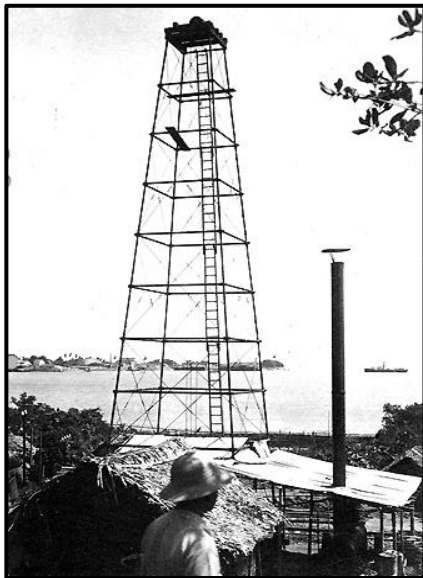
²União Democrática Nacional era favorável à instalação de empresas estrangeiras no Brasil. Os udenistas argumentavam que quanto mais investimentos melhor, porque a economia iria crescer e se modernizar. No entanto, os nacionalistas afirmavam que as empresas estrangeiras eram tão poderosas que seriam capazes de destruir economicamente as empresas nacionais. Os nacionalistas acusavam a UDN de ser “entreguista”, isto é, de entregar o Brasil ao imperialismo norte-americano.

Figura 1- Cartaz da campanha “O Petróleo é Nosso”, 1952.



FONTE: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas

Figura 2- Primeiro poço produtor de petróleo no Brasil, em Lobato, na Bahia em 1939.



FONTE: O GLOBO. Disponível <<http://infograficos.oglobo.globo.com/economia/petrobras-60-anos-1.html>>.

Figura 3- A primeira refinaria da Petrobrás inaugurada em Presidente Bernardes, em Cubatão (SP), no ano 1955.



FONTE: O GLOBO. Disponível <<http://infograficos.oglobo.globo.com/economia/petrobras-60-anos-1.html>>.

Desde os anos 1950, o significado de desenvolvimento esteve sempre associado à *modernização por industrialização*, com ênfase setorial, econômica, orientada para o crescimento. Esse período foi caracterizado pelos investimentos visando ao fomento do processo de industrialização nacional através da substituição de importações³; pelo planejamento estratégico; pela construção de uma infraestrutura adequada como rodovias, hidroelétricas, aeroportos; pelos investimentos na indústria de base e produção de bens de capitais, fundamentais para produção nacional. (SIEDENBERG, 2008).

Nessa década de 1950, o modelo desenvolvimentista a partir de Juscelino Kubitschek teve como referência o urbano-industrial, em virtude da implantação do Plano de Metas⁴ (1956-1961), em que o governo tinha o objetivo de fazer o país crescer “50 anos em 5”. Os investimentos desse programa concentravam-se nos setores de energia e transportes. Em decorrência disso, houve aumento da produção de hidroeletricidade e carvão mineral, impulso no programa nuclear,

³ É um processo que leva ao aumento da produção interna de um país e a redução das suas importações pela abertura ao capital externo. A industrialização brasileira iniciou-se efetivamente a partir da crise econômica mundial decorrente da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929. No Brasil, após essa crise, a política de substituição de importações foi implementada com o objetivo de desenvolver o setor manufatureiro, além de solucionar os problemas decorrentes da dependência de capitais externos.

⁴ Era um programa de desenvolvimento que previa intensos investimentos estatais em diversos setores da economia (agricultura, saúde, educação, energia, transportes, mineração e construção civil), tornando o país aberto aos investimentos estrangeiros.

elevação da capacidade de prospecção e refinamento de petróleo, reaparelhamento e construção de ferrovias, pavimentação e construção de rodovias, além das melhorias nos serviços portuários e de transporte aeroviário.

O padrão de acumulação que se desenvolveu, a partir da segunda metade dos anos 1950 no Brasil, incluía o Maranhão no circuito do capitalismo industrial como fronteira de expansão e valorização do capital (BARBOSA, 2011). A partir desse período, a dinâmica do desenvolvimento capitalista maranhense, e suas crises foram vinculadas à lógica do capitalismo brasileiro. (CORREA; BARBOSA, 2012).

Portanto, a terceira fase caracterizada como de integração comercial maranhense à economia nacional (1940-1970) é marcada pela agonia do setor têxtil maranhense – impossibilitando de concorrer com o congênere de maior produtividade instalado na região Sudeste do Brasil. Nesse período passam a ter importância comercial crescente a exploração do babaçu (produção e exportação de óleo alimentar e cosmético, que chegou a ser o maior item da pauta de exportações do estado no período) e as plantações de arroz irrigado e de sequeiro. (HOLANDA, 2008).

Nos anos 1960, a ideia do *desenvolvimento endógeno* ou da dissociação como estratégia e tentativa de isolar a sociedade dos efeitos dinâmicos do desenvolvimento global e desigual, fomentando o mercado interno e subsidiando o aumento da produção agrícola com ênfase na política, tornou-se tema de destaque nas universidades, nos meios políticos e na mídia. (SIEDENBERG, 2008).

A ideologia de desenvolvimento que predominou da década de 1960 até o final do século XX no Brasil e na maioria dos países da América Latina foi a neoliberal (DALABRIDA, 2010). Esse regime concentra a riqueza nas mãos de poucos, sendo que de acordo com Peet (2007, p. 22) “[...] o neoliberalismo⁵ estampa um sorriso antipobreza em sua face humanitária”.

As reformas neoliberais no Maranhão, como no resto do Brasil, traduziram-se numa associação mais estreita entre Estado e capital. O governo do Estado adotou uma política de investimentos, visando atrair o capital privado

⁵ O Brasil é norteado por projetos neoliberais, a partir do modelo de desenvolvimento econômico baseado na abertura ao capital estrangeiro (industrialização e exportação de produtos primários e *commodities*), visando atender interesses privados, e se concretiza na medida em que as intervenções do Estado atendem a esses interesses de grupos dominantes.

nacional e internacional em troca de vantagens fiscais e mão-de-obra barata e desorganizada. (BARBOSA, 2011).

No ano de 1965, o estado do Maranhão passava por um período importante de transição no cenário local por causa da queda da oligarquia de Vitorino Freire⁶ e, conseqüentemente a vitória de José Sarney nas eleições com o discurso do “novo”, do “moderno” se contrapondo ao “atrasado” e “arcaico” da gestão anterior. O discurso de modernização econômica iniciado por José Sarney repercutiu na administração dos gestores públicos, cujo grupo político, com breves intervalos, perpetuou-se no poder até 2014.

O Governo Sarney, assim, inaugura sua atuação com a mensagem midiática baseada no slogan “Maranhão Novo”⁷ (1966-70), com a iniciativa de romper com ações e medidas de atraso oriundas do vitorinismo. Ele propusera uma “nova” época de modernidade e prosperidade, marcada pela inserção do Estado no projeto de modernização conservadora caracterizada pela expansão do capital monopolista na Amazônia Legal, dando prioridade aos projetos agropecuários em detrimento dos produtores rurais, acentuação das desigualdades sociais, concentração fundiária, violência e conflitos no campo.

Na gestão de Sarney (1966-70) podem ser destacadas algumas medidas, dentre as quais: em 1969, criação da Lei Nº. 2. 979, intitulada Lei de Terras ou “Lei Sarney”, que beneficiava grandes grupos nacionais que compraram terras virgens e áreas de “fronteira” a preços simbólicos, provocando, com isso, o deslocamento de nordestinos e causando a destruição de muitos povoados construídos por esses flagelados da seca que, desde 1877 acorrem ao Maranhão (PACHÊCO FILHO, 2015); a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão - SUDEMA⁸; instalação da Rodovia São Luís-Teresina e Hidroelétrica de Boa Esperança; início da discussão sobre instalação do Porto do Itaqui (1973), que corresponde ao principal vetor de crescimento econômico do estado, atualmente,

⁶ O Maranhão vivia politicamente sob os ditames políticos do senador Vitorino Freire, que exercia forte controle sobre quase todos os políticos maranhenses. Pode-se mesmo asseverar que, no Maranhão, praticava-se o coronelismo, no mais amplo sentido, uma vez que Vitorino servia de intermediário entre o poder - central e estadual - e a classe política do Estado (PACHÊCO FILHO, 2015, p. 23).

⁷ O projeto “Maranhão Novo” foi o discurso político da campanha de José Sarney ao Governo do Estado do Maranhão. Ele foi Deputado Federal (1955/1966), Governador de Estado (1966/1970), Senador da República (1970/1985; 1991) e Presidente da República (1985/ 1990).

⁸ Foi uma agência de legitimação no período do “Maranhão Novo” na década de 1970, que foi criada por intermédio do Decreto nº 2.669/66 com o objetivo de planejar, coordenar e controlar a política de desenvolvimento econômico e social do Estado, porém foi extinta.

através da importação de combustíveis, gás de petróleo liquefeito (GLP), fertilizantes etc e exportação de alumínio, ferro gusa, minério de ferro, soja e minério de manganês.

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970 o processo de integração do Maranhão ao circuito do capitalismo industrial se intensificou durante o governo Sarney, principalmente por causa da Lei de Terras Sarney (BARBOSA, 2011). Essa política instituiu também, a grilagem de imensas áreas camponesas com a conivência dos cartórios que forneciam títulos de propriedade. (ARCANGELI, 1987).

A atuação oligárquica no Maranhão evidencia a mediação entre os interesses econômicos do Estado e do empresariado. Aquele beneficia o setor privado através de incentivos fiscais. Nesse período, o gestor Sarney (1966-1970) adotou um modelo de desenvolvimento, evidenciado pela aliança Estado-capital privado e na subordinação da máquina estatal aos interesses da acumulação capitalista, além da atuação oligárquica. O discurso de “dinamizar”, portanto, configura-se visando ao “desenvolvimento” futuro. Segundo Ferreira (2008, p. 18), o Estado se adapta, sofre e imprime transformações em função do que exige o contexto histórico. Assim, o Estado é o agente fundamental da dinâmica do capitalismo global há muito tempo, e ainda hoje. (HARVEY, 2004).

A mencionada associação entre o Estado e o capital privado torna-se perceptível nesse período político, além de evidenciar a contradição entre os discursos oficiais dos gestores nas três esferas de poder e as condições de vida (pobreza) da maioria da população. Os principais projetos de “modernização” implantados contemplam uma minoria da sociedade, que está atrelada e/ou inserida nos grupos políticos. Assim, apenas “alguns” privilegiados são inseridos na “modernização”, “industrialização” e “desenvolvimento”, fortalecendo as desigualdades sociais e concentração de renda “nas mãos” de poucos.

Na década de 1970, o termo desenvolvimento começa a ser associado à solução das *necessidades básicas*, tanto regionais quanto sociais, pois as estratégias de crescimento viabilizadas pela industrialização fracassaram. Portanto, a Declaração de Cocoyoc⁹ realizada no México, na Conferência das Nações Unidas,

⁹ Declaração realizada na Conferência das Nações Unidas, em Cocoyoc, no México em 1974 que declarava que “Desenvolvimento só tem sentido quando as pessoas e não as coisas se desenvolvem. Pessoas têm necessidades básicas [...] Um processo de crescimento que só beneficia uma minoria abastada e que só aumenta as disparidades entre regiões e países, não pode ser considerado como desenvolvimento; é, antes disso, exploração”.

em 1974, foi determinante no contexto das estratégias de erradicação da miséria, viabilizando a ressignificação do termo desenvolvimento. (SIEDENBERG, 2008).

No contexto do Maranhão, os anos de 1970 constituíram o que Arcangeli (1987) intitulou de “economia do gado”, que correspondeu ao modo concreto de inserção da economia maranhense no sistema nacional de trocas ou na divisão nacional do trabalho no auge da fase do “milagre” (1968-1973) e que se caracterizou pelo acirramento da luta entre o grande proprietário e os posseiros para definir o caráter da propriedade privada da terra.

No plano estadual foi criada a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), em 1971, para promover as negociações das terras do Maranhão, no mercado regional e nacional. A justificativa: "ocupar racionalmente as terras improdutivas e devolutas do Estado". (ARCANGELI, 1987).

Ao final da década de 1970 uma nova frente de ocupação econômica maranhense se delineia com o avanço da agricultura graneleira mecanizada (principalmente soja, mas também milho, arroz e algodão) no Sul do estado, a partir da “região” de Balsas. (HOLANDA, 2008).

De 1975 a 1979 abriu-se um novo ciclo de desenvolvimento, onde a periferia nacional (regiões Norte e Nordeste) passavam à condição de protagonistas. Nesse processo, as oligarquias regionais e locais tiveram papel decisivo articulando os interesses transnacionais, regionais e locais. (BARBOSA; ALMEIDA, 2013).

Nesse contexto, compreende-se que a partir dos anos 1960 e 1970 foram desenvolvidos projetos de infraestrutura, sendo construídas linhas férreas e rodovias. O Estado do Maranhão foi interligado a outras regiões do Brasil, fato que proporcionou o escoamento da produção e o conseqüente desenvolvimento articulado à dinâmica do capital industrial, inaugurado nos anos JK. Na década de 1970 houve investimentos na agropecuária, extrativismo vegetal e mineral, estimulados por incentivos fiscais das superintendências do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM¹⁰) e do Nordeste (SUDENE). (CORREA; BARBOSA, 2012).

2.3 Os processos de reestruturação produtiva maranhense nos anos 1980 e 1990

¹⁰ Foi criada pela Lei nº 5.173/1966 com o objetivo de assegurar a compatibilização das diferentes áreas ou setores de atuação federal entre si e conforme os propósitos da política nacional de desenvolvimento da Amazônia (FERREIRA, 2008, p. 141).

Na conjuntura brasileira, a industrialização e a modernização estão inseridas nesse modelo hegemônico de desenvolvimento, que planeja e seleciona o uso do território, a partir da dinâmica econômica nacional e internacional. Nesse contexto, esse novo modelo de tecnologia e produção, faz parte da globalização que se expande nas economias mundiais, alcançando diferentes e diversos lugares com potencialidades para viabilizar a reprodução ampliada do capital.

As ações dos governantes no período da Ditadura Militar no Brasil (1964 - 1985), por exemplo, foram determinantes para a implantação e expansão do modelo de desenvolvimento baseado na iniciativa privada e agências de financiamento internacionais, seguindo a lógica da acumulação do capital. Os projetos de desenvolvimento instalados na Amazônia brasileira contemporânea resultaram principalmente do Programa Grande Carajás (PGC¹¹), que foi efetivado durante o citado regime ditatorial com a finalidade de explorar e exportar seus recursos minerais.

O modelo de desenvolvimento planejado pelo governo federal para a Amazônia brasileira efetivou-se com ações e medidas de instalação de infraestrutura que viabilizasse a ocupação da região. Inicialmente com as políticas de incentivos fiscais, abertura de estradas, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidroelétricas e projetos/programas de colonização visando à integração ao mercado nacional e internacional. No entanto, a inserção do modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira tornou-se impactante sobre populações e ambientes, resultando no confronto com lógicas diferenciadas de ocupação e uso de territórios e recursos. (SANT'ANA JÚNIOR; MENDONÇA; RIBEIRO; RABELO, 2013). Esses projetos modificam as feições geográficas e as aspirações sociais dos moradores das áreas atingidas quando interferirem no cotidiano, alterando as possibilidades de qualidade de vida associada à exploração dos recursos ambientais.

¹¹O Programa Grande Carajás estende-se por 900 mil km², numa área que corresponde a um décimo do território brasileiro, e que é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, englobando terras do Sudeste do Pará, Norte de Tocantins e Sudoeste do Maranhão. Esse projeto foi concebido para garantir a exploração e comercialização das ricas jazidas de minério localizadas no Sudeste do Pará (AQUINO; SANT'ANA JÚNIOR, 2009). O Programa Carajás ocasionou diversos impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Esse projeto investiu em alta produtividade e mobilizou milhares de pessoas na resistência e contestação à lógica desse “desenvolvimento”. Após 30 anos de mineração, siderurgia e projetos de “desenvolvimento regional”, a Universidade Federal do Maranhão promoveu o Seminário Internacional “Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental”. Foi um evento organizado com diversas mesas redondas, grupos de trabalhos e relatorias nos dias 05 a 09 de maio de 2014.

Os governos estaduais viabilizam a instalação de indústrias de alta produtividade concedendo benefícios através da manipulação dos instrumentos legais da legislação brasileira determinantes para a instalação dos atuais empreendimentos na Amazônia brasileira, e também em outras regiões. Nesse contexto, destaca-se a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo construída na bacia hidrográfica do Xingu, próxima ao município de Altamira, no Norte do Pará.

No contexto maranhense, a quarta fase dos grandes projetos se sobrepõem à base da pecuária extensiva e da economia camponesa tradicional, fixando os contornos socioeconômicos atuais do Estado. Os grandes projetos foram desenhados a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento –II PND (Governo Geisel, 1974-1978), sob a bandeira do Projeto Grande Carajás, com a instalação da Comanhia Vale do Rio Doce na Ilha do Maranhão, a implantação da estrada de ferro e a instalação da ALUMAR, além da expansão, com incentivos e subsídios federais e estaduais de projetos agroindustriais tais como eucalipto e bambu para celulose, pecuária bovina, cana de açúcar e álcool. (HOLANDA, 2008).

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela concentração espacial do capital e de suas novas formas de acumulação, seja internamente, seja em escala mundial. (BARBOSA, 2011).

No Maranhão, o Governo de João Castelo, com mensagem midiática intitulada “Um Grande Maranhão para Todos” no período (1979-82) também continuou com a ideia de desenvolvimento, crescimento econômico e modernização num momento em que o Brasil continuava sob regime militar e a sociedade discutia a urgência da volta à democracia, o que é remetido para a concepção de “Grande” e “Para Todos”.

Esse período foi marcado pelo Programa Grande Carajás, que é uma das maiores áreas de exploração de minérios do mundo e está associado às atividades da Companhia VALE, que nasceu estatal, é a maior mineradora de ferro do mundo e foi privatizada em 1997. Além disso, destaca-se também a ferrovia Carajás e ALUMAR, formado pelas empresas *Alcoa*, *Alcan*, *Bhpbillitone Abalco*, o Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR¹²) é um dos maiores complexos de produção de alumínio e alumina do mundo. (DOURADO, 2008).

¹² Consórcio multinacional voltado à produção e exportação de alumínio em lingotes.

A partir da inauguração da Estrada de Ferro Carajás (EFC¹³) em 1985, intensificaram-se a instalação de vários empreendimentos ao longo do corredor de exportação (BARBOSA; ALMEIDA, 2013). O Projeto Ferro Carajás (CVRD) e a Indústria de Alumínio (ALCOA), conforme Barbosa (2006) foram dois projetos que alteraram o perfil industrial maranhense, a partir da década de 1980, pois esses empreendimentos fizeram uso intensivo de capital pela introdução de tecnologias.

Nos anos 1980, foram direcionados diversos investimentos massivos à produção mineral com o Projeto Carajás visando sua inserção na dinâmica capitalista contemporânea (SANT'ANA JÚNIOR, 2004). Esse projeto ilustra também a posição do Estado na condição de mediador dos interesses de grupos nacionais e internacionais. O capital apresenta sua própria estratégia, articulando-se em nível local, regional, nacional e transnacional.

O estado do Maranhão dependia economicamente da agropecuária, mas a partir do moderno Projeto Grande Carajás ocorreu um efeito multiplicador que impôs uma série de transformações econômicas em decorrência dos projetos posteriores ao PGC. A configuração econômica do estado mudou conforme as estratégias das empresas implantadas em todas as localidades em que se fez necessário sua interferência.

Quanto ao debate ambiental, desde as décadas de 1970 e 1980 que este demarcava o antagonismo entre meio ambiente e desenvolvimento, colocando em dúvida o modelo de desenvolvimento que se espalhava por quase todos os países do mundo. O exemplo do Programa Grande Carajás (PGC) não poderia deixar de ser citado, pois está inserido na Amazônia Legal, sendo uma área primordialmente coberta por vegetação natural identificada como espaços subutilizados e passíveis, portanto, de apropriação por grandes empreendimentos agroexportadores ou complexos industriais. (ZHOURI, LASCHEFSKI, 2010).

Nesse contexto, convém ressaltar que diversos investimentos industriais se configuraram no estado do Maranhão após os anos 1980, cuja referência foi o

¹³ Inaugurada no dia 28 de fevereiro de 1985, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) destaca-se entre as ferrovias brasileiras pelo volume de transporte, moderna tecnologia e por um dos mais elevados índices de produtividade do mundo. Pertencente à Vale e por ela mesma operada, em seus 892 quilômetros de linha singela – 73% em linha reta e 27% em curva –, interliga, em excelentes condições técnicas, a província mineral de Carajás ao Porto de Ponta da Madeira, em São Luís. Hoje, a EFC transporta anualmente cerca de 900 mil passageiros desde São Luís até Parauapebas (PA), na Serra dos Carajás e 60 milhões de toneladas de mercadorias (minério de ferro, minério de manganês, ferro-gusa, veículos, combustível, soja etc.), equivalentes a 42 bilhões de TKU, e emprega 1.241 funcionários. (DOURADO, 2008).

Programa Grande Carajás, evidenciando um cenário de lutas sociais nesse estado. Essas lutas e movimentos de pessoas em favor de condições dignas entram em conflito com o discurso de desenvolvimento defendido por esses investimentos industriais, alegando não ser justo o fato dos altos lucros dessas empresas se façam à custa da miséria e da degradação do espaço de vida da maioria. (ACSERALD; HERCULANO; PÁDUA, 2004).

Os conflitos socioambientais maranhenses se configuram desde o início dos anos 1980 e continuam a surgir novos, na medida em que as características impactantes do modelo de desenvolvimento dominante permanecem ao longo do tempo, a partir da lógica do capital.

A realidade atual da indústria maranhense está inserida nesse contexto da economia globalizada intitulada economia do enclave¹⁴, com influência regional evidenciada a partir das transformações ocorridas nas últimas décadas, decorrentes de empreendimentos industriais de alta produtividade que redirecionaram a economia do estado, vinculando-a ao mercado externo e dando-lhe uma função macrorregional, com investimentos e/ou oportunidades que se tornam possíveis para o adensamento de mais cadeias produtivas.

O fenômeno da globalização insere-se no contexto das políticas de desenvolvimento, que são originadas pelo modelo hegemônico estruturado na atividade industrial, caracterizando-se por projetos que impulsionam a economia. A globalização¹⁵ é uma realidade presente, que se manifesta nos planos econômico, político e cultural, a partir de uma aceleração do intercâmbio de mercadorias, capitais, informações e ideias entre os vários países, ocasionando uma redução das fronteiras geográficas. (BARBOSA, 2007).

O fenômeno da globalização está inserido no contexto da nova ordem internacional, pois se refere à fase mais recente da expansão capitalista, onde os avanços tecnológicos facilitam a integração em escala mundial, viabilizando sua integração em escala regional. A globalização não quer dizer homogeneização das condições econômicas, pois:

¹⁴ É para a acumulação capitalista conquanto represente a conformação de investimentos previamente estruturados para sobreviver e executar sua missão no ambiente de subdesenvolvimento – acumulação e concentração de capital (DINIZ, 2015, p. 76).

¹⁵ A globalização caracteriza-se pela expansão dos fluxos de informações, que atingem todos os países, afetando empresas, indivíduos e movimentos sociais, pela aceleração das transações econômicas – envolvendo mercadorias, capitais e aplicações financeiras que ultrapassam as fronteiras nacionais - e pela crescente difusão de valores políticos e morais em escala universal (BARBOSA, 2007, p. 13).

A globalização não afeta todos os países da mesma forma, nem se manifesta com a mesma velocidade nas várias dimensões da vida coletiva. A globalização econômica avança de forma mais rápida, integrando empresas e conectando mercados. As divisões entre países tecnologicamente avançados, países subdesenvolvidos com potencial industrial e países desprovidos de uma estrutura econômica básica são mantidas e ampliadas. (BARBOSA, 2007, p. 14).

O movimento da globalização está repercutindo na própria dinâmica das economias e sociedades cada vez mais influenciadas pela produção das multinacionais, pela entrada de capitais na Bolsa, pelo uso de novas tecnologias e bens de consumo importados, pela presença crescente dos temas de política internacional na agenda nacional dos respectivos governos e pela adesão externa aos projetos dos movimentos sociais nacionais. (BARBOSA, 2007).

No contexto maranhense, a globalização viabiliza a perspectiva de projetos de desenvolvimento e novas relações sociais chegam ao Maranhão e os que dominam a política local articulam os interesses locais regionais a dinâmica dos capitais transnacionais. (BARBOSA, 2011).

A crise do endividamento público marca a década de 1980, exigindo uma reorientação das políticas de desenvolvimento, ou seja, *ajuste das finanças públicas* e o controle de índices de inflação visando sua estabilização econômica. (SIEDENBERG, 2008).

A década de 1980 representou um marco para a economia do Maranhão, porque foram relegadas atividades primárias e priorizados investimentos das empresas de alta produtividade. Ao final dessa década, por exemplo, conforme Holanda (2008, p. 13) “tem o lugar o avanço de um segundo pólo de agricultura graneleira mecanizada, na região Leste do estado, nas microrregiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba”.

Nos anos 1990, mundialmente, outro paradigma surge para controlar os indicadores de poluição crescente e devastação ambiental, que é o *desenvolvimento sustentável*, sendo debatido e reconhecido internacionalmente na II Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), no Rio de Janeiro em 1992. No final de 1990, surge o paradigma da *governança global* evidenciado pelas novas formas de regulação global, que foram as conferências mundiais, tais como: Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena, 1993), Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Copenhague, 1995), Conferência Internacional da

Mulher (Peking, 1995), Conferência Mundial sobre Habitação (Istambul, 1996) e a Conferência Mundial sobre Alimentação (Roma, 1997), dentre outras. (SIENDENBERG, 2008).

A década de 1990 marcou uma importante mudança na orientação estrutural da economia brasileira e influenciou decisivamente o estado do Maranhão. Nesse período, ocorreu uma acelerada abertura comercial, enxugamento das atividades estatais e o predomínio da orientação antiinflacionária em relação ao crescimento econômico e constituiu a verdadeira década perdida. (HOLANDA, 2008).

Nesse contexto, a partir dos anos 1990 destaca-se a expansão da soja, que inicialmente era cultivada no Sul maranhense (Balsas) e avançou para o Leste maranhense. A partir desse cenário econômico foram expandidos e modernizados a produção do campo visando atender a demanda do corredor de exportação. No entanto, essa expansão acarretou no agravamento das questões agrárias, ou seja, expropriação e exploração dos trabalhadores camponeses.

A intensidade do processo de ocupação de terras, ao longo do chamado corredor de exportação para a implantação de pólos industriais introduzem a precarização das relações de trabalho (que atualmente proliferam atualmente na região sul do Maranhão) e que se conformam dentro da dinâmica acelerada entre o global e o regional. As estratégias empresariais ao privilegiarem o mercado de commodities em detrimento da economia do babaçu operam no sentido de que sobre os estados amazônicos grupos de investidores reproduzem os seus lucros numa escala sempre mais ampliada. (BARBOSA, 2011, p. 5).

O investimento no agronegócio é crescente no estado em apreço, pois tanto a soja quanto o eucalipto tem se expandido para diversas regiões do Maranhão. Portanto, conforme Barbosa (2006) as políticas da esfera local articulam a realização dos interesses do capital transnacional, numa precisa articulação entre o local, o nacional e o transnacional.

Os principais paradigmas de desenvolvimento a nível global influenciaram na escala regional e local a partir de projetos de desenvolvimento de alta produtividade. O Maranhão está inserido nesse contexto econômico, sendo integrado à economia nacional nas décadas de 1980 e 1990. Como isso ocorreu a partir dos anos 2000? Quais investimentos econômicos foram anunciados para promover o desenvolvimento social do estado? O próximo capítulo tem o objetivo de explicar essas duas questões.

3 O “DESENVOLVIMENTO” DO MARANHÃO A PARTIR DOS INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS DE 1996 A 2013 SOB A PERSPECTIVA DOS DISCURSOS DOS GESTORES

Neste capítulo discutem-se os investimentos econômicos anunciados pela unidade da Federação em apreço, legitimada pelo discurso dos gestores, com destaque para os investimentos do “Novo Tempo” e “De Volta ao Trabalho”, levado a efeito por Roseana Sarney que faz alusão aos projetos que são planejados para

“desenvolver”, “salvar” o estado com as ideias do “novo” e do “moderno”. Esse tipo de mensagem midiática foi inaugurado em 1965, por José Sarney com o slogan “Maranhão Novo”, resultando no ciclo histórico que tem norteado o discurso dos gestores maranhenses.

3.1 Os investimentos “Um Novo Tempo”: entraves e perspectivas dos projetos

O Governo Roseana Sarney apresentou o discurso do “Novo Tempo” (1996-2002), a partir da mesma perspectiva de “modernidade” e de investimentos industriais inauguradas pelo patriarca Sarney. Nesse contexto, são apontados os planos de investimentos industriais que não se concretizaram conforme o modelo de desenvolvimento econômico do estado.

Os empreendimentos econômicos divulgados pelo discurso do “Novo Tempo” estão associados aos investimentos industriais intitulados “pólos regionais de desenvolvimento”, dentre os quais se destacaram a fábrica de confecções da KAO-I, em Rosário; o Projeto Salangô, em São Mateus do Maranhão; e a USIMAR, no Distrito Industrial de São Luís.

Em 1996, o intitulado “Pólo de Confecções de Rosário” tratava-se de um empreendimento comercial/industrial voltado para a fabricação e comercialização de confecções, ou seja, uma fábrica de confecções de roupas masculinas, construído com recursos do Estado brasileiro, oriunda de uma parceria entre o governo do Maranhão e a empresa KAO-I Indústria e Comércio de Confecções Ltda. (PEREIRA, 2003).

Esse projeto foi executado pelo governo estadual através de um convênio, que foi coordenado por empresários taiwaneses, e mais 90 grupos formados por moradores de Rosário, que foram inicialmente organizados em associações comunitárias e depois reunidos numa grande cooperativa, denominada Rosacoop. Eram 40 participantes em cada grupo, o que dava um total de 3,6 mil pessoas, que figuravam como tomadores de empréstimos e responsáveis pelos pagamentos das dívidas contraídas para a execução do projeto, ou seja, os moradores de Rosário ficaram endividados.

A fábrica foi inaugurada pelo presidente da República da época, Fernando Henrique Cardoso e pela governadora do estado do Maranhão, Roseana Sarney. Esse projeto foi divulgado nos jornais locais e outdoors do estado como sendo

necessário para promover 4.500 empregos, oriundos de investimentos de R\$ 15 milhões.

No entanto, o projeto não teve continuidade porque todos os processos licitatórios do projeto foram constatados como fraudulentos, e conseqüentemente foi alvo de investigações¹⁶ e de apurações de irregularidades tanto na Procuradoria Geral da República no Maranhão quanto no Tribunal de Contas de União (TCU). Atualmente, a fábrica encontra-se desativada na cidade de Rosário e não possui perspectiva de revitalização (FIGURA 4 e 5).

Figura 4- Divulgação da KAO-I em jornal e outdoors

FONTE: Disponível em <<http://www.rosarioemfoco.com.br/2014/05/especial-veja-o-que-ha-dentro-dos.html>>. Acesso em: 23 set. 2015

¹⁶ A Justiça Federal no Maranhão determinou liminarmente a suspensão das dívidas e avais referentes aos empréstimos da primeira e segunda etapas do Pólo de Confecções de Rosário (MA), ora registradas em nome dos membros das associações comunitárias do município e cobradas pelo Banco do Nordeste (BNB), determinando ainda o cancelamento das inscrições feitas no Serasa, Cadin e SPC em nome dos membros das associações. A decisão foi motivada pela ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA), por meio do procurador da República Marco Aurélio Adão. O juiz José Carlos Madeira entendeu, assim como o MPF, que os membros das associações não passaram de intermediários para a liberação de créditos, não participando da administração ou aplicação desses recursos e sequer sabendo que figuravam como tomadores de empréstimos. Disponível em <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/mpf-ma-suspensas-dividas-de-associados-do-polo-de-confeccoes-de-rosario>. Acesso em 24 de set/2015.



Figura 5- Fábrica KAO-I desativada

FONTE: Disponível em <http://marcioneto.blogspot.com.br/2012_08_01_archive.html>. Acesso em: 23 set. 2015

Em 1996 foram iniciadas as obras do investimento intitulado “Projeto de Irrigação Salangô”, no município de São Mateus do Maranhão, a 180 km da capital São Luís, na região central do estado; foi anunciado com o objetivo de ser o maior projeto agrícola de irrigação do Maranhão e um dos maiores do país, na produção de arroz irrigado, frutas e hortaliças. O Salangô tem uma área total de 3.600 hectares, sendo 600 hectares para o plantio do arroz “irrigado” e 2 mil hectares para o regime de arroz “sequeiro”.

O empreendimento foi concebido para operar com vários sistemas de irrigação, dividido em setores, corrigindo problemas como a falta de local adequado para secar o arroz e maquinário antigos e beneficiar mais de 400 famílias de agricultores distribuídas em várias associações. (MARANHÃO, 2015).

Esse projeto de irrigação teve um volume significativo de recursos da União e uma contrapartida do Governo do Estado, e custou 78 milhões de reais. No

entanto, o projeto não teve continuidade porque ainda no início de sua construção, teve denúncias de desvios de recursos financeiros. Dados divulgados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público e pela Corregedoria Geral do Estado mostraram que ocorreu desvio de recursos, sendo que o resultado foram produtores rurais sem máquinas, assistência técnica e recursos, e muitas dificuldades econômicas¹⁷. (PEREIRA, 2003). (FIGURA 6 e 7).

Figura 6- Sede do Projeto de Irrigação Salangô



FONTE: Disponível em: <<http://www.rosarioemfoco.com.br/2014/05/especial-veja-o-que-ha-dentro-dos.html>>. Acesso em: 23 set. 2015

7-
da



Maquinário do
bombeamento
água
desativado

¹⁷ Reportagem Mirante Rural exibida em 26 de ago/2013 disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/08/sem-maquina-e-assistencia-projeto-salango-esta-quase-abandonado.html>>. Acesso em 24 de set/2015.

FONTE: JONATAS CARLOS. Disponível em:
<<http://www.blogdojonatas.com/2013/02/documentario-sobre-o-projeto-salango.html>>. Acesso em: 23 set. 2015

Quanto às perspectivas atuais de revitalização do projeto, nos dias 05 e 06 de abril de 2013 foi realizado um evento com iniciativa da Prefeitura de São Mateus do Maranhão intitulado “Revitalização do Projeto Salangô, Planejamento e Federalização, Visão de Futuro”, com reunião das lideranças locais visando o recebimento de ajuda do Governo Federal na tentativa de “salvar” o empreendimento, e tendo em vista que a falta de estrutura para a produção de arroz era uma das maiores reclamações dos agricultores desse município.

No dia 18 de abril de 2015, o projeto de irrigação Salangô foi oficialmente reativado pelo Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA¹⁸), quando o atual governador anunciou investimentos na ordem de R\$ 3 milhões para o projeto, marcando a abertura da colheita 2015. A reativação do projeto Salangô possui perspectivas de beneficiar aproximadamente 457 famílias de agricultores distribuídas em várias associações. (MARANHÃO, 2015).

Flávio Dino, atual governador do estado, explicou a importância econômica e social que o projeto representa para o Maranhão, que está sendo retomado com recursos estaduais, fato que contribuirá na melhoria dos indicadores sociais:

Vamos trabalhar com o propósito de garantir a revitalização deste importante projeto que estava abandonado há duas décadas e sempre foi visto de forma pejorativa. Portanto, chegou a hora de virar essa página e fazer do Salangô um exemplo, e eu assumo esse compromisso, quanto

¹⁸ Reportagem no site oficial da SAGRIMA disponível
<<http://www.sagrma.ma.gov.br/2015/04/22/governador-anuncia-investimentos-de-r-3-mi-no-projeto-salango/>>. Acesso em 24 set. 2015.

mais produção houver, mais investimentos eu conseguirei para o desenvolvimento do projeto¹⁹. (PRONUNCIAMENTO FLÁVIO DINO - MARANHÃO, 2015 – PORTAL SAGRIMA).

Diante da proposta de revitalização desse projeto no ano de 2015, cabe aos produtores rurais de São Mateus do Maranhão associado à Prefeitura Municipal de São Mateus cobrar pelos investimentos anunciados, além de requerer ajuda de assistência técnica e financeira no manuseio dos maquinários.

Em 1999, o complexo industrial intitulado “Projeto USIMAR” começou a ser implantado no Distrito Industrial de São Luís (DISAL) baseado no tripé siderurgia-fundição-usinagem. Os órgãos responsáveis por sua viabilização financeira foram a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o governo do estado do Maranhão, na gestão de Roseana Sarney.

A unidade siderúrgica processaria 540 mil toneladas anuais de minério de ferro da serra dos Carajás, fornecido pela Companhia Vale, para produzir 300 mil toneladas de ferro-gusa (liga de ferro e carbono resultante da redução de minério de ferro em alto-forno). Dessas 300 mil toneladas, 120 mil se destinariam à exportação e 180 mil à segunda unidade de complexo – a fundição (JORNAL PEQUENO²⁰, 2000).

A fábrica de peças de automóveis de São Luís do Maranhão custaria, numa primeira fase, 1,38 bilhão de reais. O investimento total seria de 1,7 bilhão. Os produtos fabricados na USIMAR seriam blocos de motores e peças de alumínio e aço fundido, como virabrequins e cabeçotes etc. No entanto, o volume de dinheiro público envolvido comparado à tramitação rotineira pelo governo do estado chamou atenção dos procuradores, sendo alvo de investigação por fraude e desvio de recursos financeiros na elaboração do projeto. (OLTRAMARI, 2000).

Esse projeto foi paralisado com galpão abandonado, restou aplaca dando publicidade à obra e ao seu valor total (FIGURA 8), que deu sustentação ao título da reportagem “A fraude está até na placa”. (OLTRAMARI, 2000).

Figura 8- Terreno abandonado do projeto USIMAR.

¹⁹Pronunciamento do governador Flávio Dino na reativação do projeto Salangô, SAGRIMA, 2015.

²⁰Jornal Pequeno, Ano 4, número 117, São Luís (MA), domingo 09/07/2000.



FONTE: OLTRAMARI, Alexandre. **Revista Veja**, ed. 1742, 13 mar. 2002.

Após o período em que a gestora Roseana Sarney consolidou o discurso do “Novo Tempo” através de investimentos econômicos que não aconteceram e/ou não tiveram continuidade, José Reinaldo Tavares assumiu o cenário político, com o discurso “Tempo de Novas Conquistas” (2003-04) e seguiu na política após novas eleições com o discurso “Rompendo com o Atraso” (2004-2006), quando ilustrava o rompimento com o grupo político dominante e encabeçado por José Sarney.

Na gestão de José Reinaldo Tavares, foi anunciado o Complexo Siderúrgico do Maranhão para implantação de uma unidade de produção de placas de aço nesse estado. Esse projeto seria viabilizado pela siderúrgica chinesa Baosteel, em sociedade com a Companhia Vale do Rio Doce.

O debate acerca desse empreendimento em São Luís ocorria há anos, sendo previsto para o ano de 2004. Apesar dos chineses alegarem que São Luís apresentava infraestrutura e logística para atender a demanda do empreendimento, o mesmo não teve continuidade por causa da indefinição do governo maranhense em relação à viabilidade da posse do terreno onde seria erguida a usina e toda a infraestrutura que o investimento exige, além das preocupações ambientais e tributárias.

O projeto produziria 3,7 milhões de toneladas de placas de aço anuais para exportação na primeira fase, tinha custo estimado em 1,5 bilhão de dólares. Em 2005, o investimento que inicialmente estava orçado em US\$ 1,5 bilhão foi revisto para US\$ 2,4 bilhões com gastos adicionais com impostos, acarretando na desistência dos chineses em relação ao projeto.

Posteriormente à gestão de José Reinaldo Tavares, houve novas eleições e acirradas disputas de permanência na política maranhense, sendo o candidato

Jackson Lago vitorioso na disputa com Roseana Sarney, o qual se baseou no discurso “Agora é a Vez do Povo” (2007-2009). A então candidata Roseana Sarney já havia exercido dois mandatos, pelo PFL, atual DEM (entre os anos de 1995 e 2002), e assumiu o comando do Estado pela terceira vez, por força de uma determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) após a cassação do mandato do governador Jackson Lago (PDT).

Com a retomada do poder por via judicial, Roseana Sarney (PMDB) enalteceu o discurso denominado “De Volta ao Trabalho” (2009-10) e, posteriormente “Governar é Cuidar das Pessoas” (2011-13) seguindo as mesmas características do discurso do “Maranhão Novo” (1965), do patriarca da Família, e conseqüentemente do “Novo Tempo” (1996) apresentando outros projetos de investimentos no estado, propondo-se a continuar com as estratégias para dinamizar a economia do estado (TABELA 1).

Tabela 2- Período, Gestores e Discurso maranhenses - 1996 a 2013.

PERÍODO	GESTOR	DISCURSO
1996-99	Roseana Sarney	Um Novo Tempo
2000-02	Roseana Sarney	Um Novo Tempo
2003-04	José Reinaldo Tavares	Tempo de Novas Conquistas
2004-06	José Reinaldo Tavares	Rompendo com o Atraso
2007-09	Jackson Lago	Agora é a Vez do Povo
2009-13	Roseana Sarney	De Volta ao Trabalho Governar é Cuidar das Pessoas

FONTE: Site Governo do Estado do Maranhão

Para Marx os criadores das visões de mundo são as classes sociais, mas quem as sistematiza, desenvolve, dá-lhes forma de teoria, de doutrina, de pensamento elaborado, são os representantes políticos ou literários da classe: os escritores, os líderes políticos etc. (LÖWY, 1991).

A leitura correta das ações e medidas dos representantes políticos nesse contexto é importante de acordo com Peet (2007, p. 23), pois as ideias por trás de

práticas institucionais, tais como elaborar e implementar políticas, não são concebidas de forma neutra [...] mas, ao invés disso, políticas são feitas para servir aos interesses político-econômicos dominantes.

Compreende-se de acordo com Furtado (2000, p. 22) que “a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e tampouco à formulação de uma política de desenvolvimento e sua instalação são concebíveis sem preparação ideológica”. Para Peet (2007, p. 22) “a política de desenvolvimento toma a forma de uma ideologia [...] o Estado é expandido para se tornar uma ordem massiva de poderosas instituições de governança global”. É nessa perspectiva que os ciclos atuais de investimentos estão inseridos numa articulação entre Estado e representantes do capital, enaltecendo o desenvolvimento e a indústria, onde novas cadeias produtivas surgem legitimadas pelo discurso político-ideológico dos gestores.

3.2 Ciclos atuais de investimentos: o discurso “De Volta ao Trabalho” e o projeto da Refinaria de Petróleo no Maranhão

A compreensão dos ciclos atuais de investimentos no estado do Maranhão pode ser baseada na análise de como ocorreu a efetivação do planejamento a partir das diretrizes federais, ou seja, das políticas territoriais inseridas nos Planos Plurianuais - PPA's. (FERREIRA, 2008; 2012).

Isto porque em 1996, o Estado brasileiro retomou o planejamento objetivando materializar a ocupação, apropriação e/ ou uso do território através dos Planos Plurianuais²¹, que é o principal instrumento norteador da ação governamental e, como tal, dele constam todos os Programas e Ações da Administração Pública, com seus respectivos indicadores.

No estado do Maranhão, são destacados quatro Planos Plurianuais (PPAs) que foram determinantes na implantação de projetos, execução dos gastos e realização dos investimentos públicos:

²¹ Estabelecem as diretrizes, os objetivos e metas no período de quatro anos e contribuem para alcance das prioridades pactuadas entre o governo e a sociedade maranhense. O Projeto de Lei do Plano Plurianual, elaborado pelo Executivo, é um instrumento do planejamento encaminhado a Assembleia Legislativa para apreciação. A Lei do PPA aprovada pelo Legislativo orientará os Gestores Públicos na implantação dos projetos, execução dos gastos e realização dos investimentos públicos (PLANO PLURIANUAL MARANHÃO, 2012 – 2015).

1º Plano Plurianual (PPA) federal de 1996-1999: Foram planejados quinze empreendimentos que visaram à integração regional através dos sistemas de transportes (Ferrovia Norte-Sul²² e rodovias), à ampliação da oferta de energia elétrica, disponibilidade de créditos financeiros para o PRODECER²³ III, regularização fundiária para projetos de assentamento e investimento em turismo. No final, apenas nove empreendimentos foram concluídos. (FERREIRA, 2008).

As políticas territoriais contemporâneas foram baseadas no PRODECER III no Sul do Maranhão, que equivale ao Projeto Colonização Gerais de Balsas (PC-GEBAL), destinado ao mercado externo de *commodities* cujas empresas com escala de atuação nacional e internacional foram atraídas pelo governo estadual que reduziu impostos. (FERREIRA, 2008).

2º Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003: O estado do Maranhão foi incluído nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento denominados Araguaia-Tocantins e Transnordestino. Esse eixo Araguaia-Tocantins priorizou a redução dos custos de transportes de cargas por causa da expansão da agricultura e agroindústria nacionais, integradas ao mercado internacional (BRASIL, 2000); neste caso, o Corredor Multimodal Araguaia-Tocantins foi priorizado através da melhoria da pavimentação de estradas (BRs 226 e 010) e da estrutura do Porto do Itaqui, além da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE Estreito)²⁴. O eixo Transnordestino abarcou os sub-eixos Costeiro, dos Cocais e do Cerrado (MARANHÃO, 2003), cujas ações incluíam projetos de energia, irrigação, ferrovia e meio ambiente.

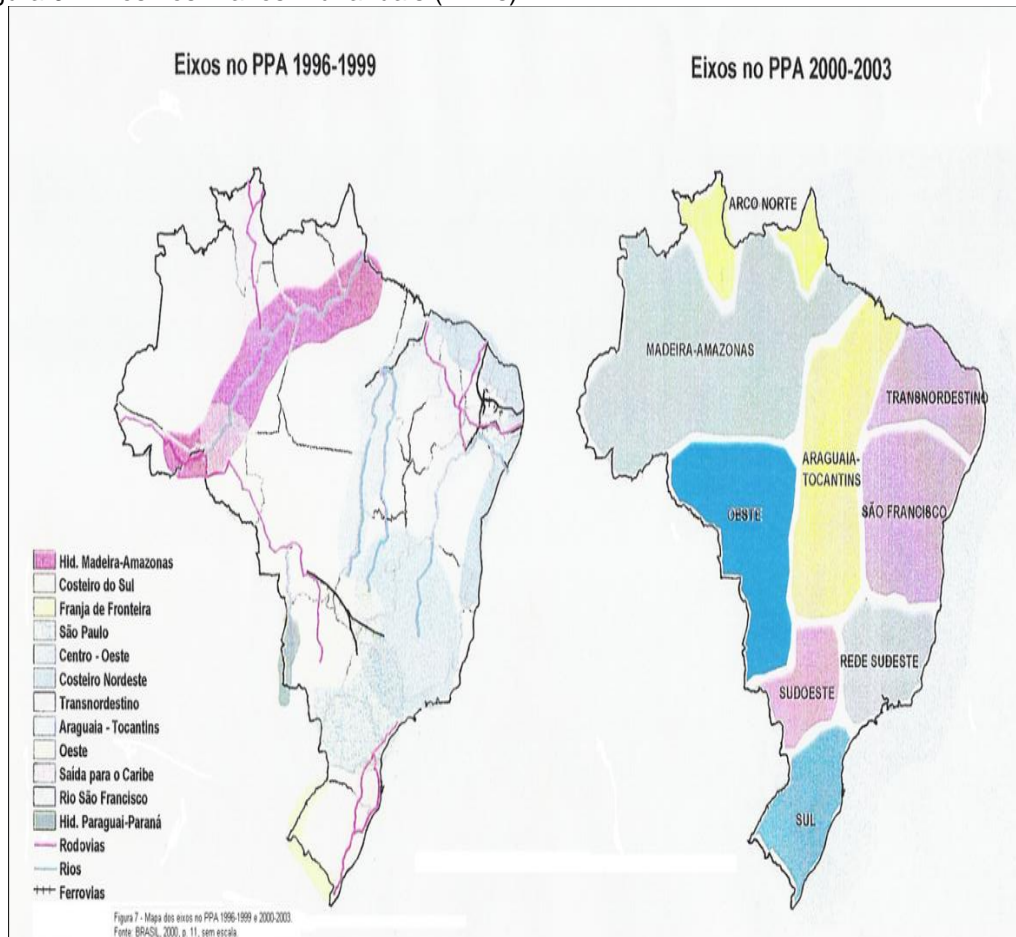
²² É um projeto que contempla a construção de uma ferrovia de aproximadamente 2.100 quilômetros, atravessando as regiões do Centro-Oeste e Norte do país, conectando-se no Maranhão à Estrada de Ferro Carajás e ao sul com a Ferrovia Centro-Atlântica. O trecho ferroviário que liga as cidades maranhenses de Estreito e Açailândia já está concluído e em operação desde 1996 (DOURADO, 2008).

²³ Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, que no sul do Maranhão corresponde à fase III. O programa foi negociado entre os governos do Brasil e do Japão tem como coordenador político institucional o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária. Foi concebido para o plantio de grãos, principalmente para atender o mercado externo. O objetivo foi estabelecer um sistema de produção agrícola através do desenvolvimento, aplicação e aperfeiçoamento de técnicas agrícolas compatíveis com a região.

²⁴ O Consórcio Estreito Energia – CE, formado pelas empresas GDF Suez-Tractebel Energia, Vale, Alcoa e Intercement, é responsável pela construção e operação da UHE Estreito, que está localizada no Rio Tocantins, na divisa dos Estados do Maranhão e Tocantins. A entrada em operação da usina possui capacidade nominal instalada de 1.087 MW, o suficiente para abastecer uma cidade com quatro milhões de habitantes. O investimento é de R\$ 5 bilhões (valor atualizado em 2012). Quanto à geração de emprego, cerca de 36 mil empregos diretos e indiretos (no auge das obras civis), com aproveitamento de cerca de 85% da mão de obra dos dois estados beneficiados pelo empreendimento (CESTE UHE ESTREITO, 2015).

O PPA 2000-2003 previa investimentos públicos e privados nas áreas de energia, transportes, telecomunicações, desenvolvimento social, meio ambiente (FERREIRA, 2008). Os eixos no PPA 1996-1999 e os eixos no PPA 2000-2003 estão representados abaixo (FIGURA 9):

Figura 9- Eixos nos Planos Plurianuais (PPAs)



FONTE: FERREIRA, 2008.

Na escala estadual, as transformações indicadas a partir de 1950 e acentuadas na década de 1990 são redimensionadas com o “Portifólio de Oportunidades de Investimentos do Maranhão”, que foi anunciado no final de 2000, reproduzia o contido no documento homônimo da União e pretendia gerar até 2010 aproximadamente 66.000 empregos diretos os quais teriam origem na inversão de US\$ 19,4 bilhões em atividades produtivas (US\$ 11,2 bilhões) e infraestrutura (US\$ 8,2 bilhões). (FERREIRA, 2015).

3º Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007: As prioridades de investimentos do governo federal e estadual “articulavam cinco dimensões - social, econômica, regional, ambiental e democrática” (FERREIRA, 2008, p. 60), correspondendo aos

seguintes: continuação das obras da ferrovia norte-sul; ampliação e recuperação do Porto do Itaqui – as obras visavam à construção dos berços 100 e 108, assim como a implementação do Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM²⁵); efetivação dos perímetros de irrigação da Baixada Ocidental Maranhense; instalação de 120 km de Linha de Transmissão para expansão do Sistema de Transmissão Associado à Usina Hidrelétrica de Tucuruí e de 695 MVA de transformação de potência em subestações, além da instalação do Sistema de Transmissão Miracema-Imperatriz (500 kV), de Presidente Dutra-Teresina-Fortaleza (Linha de Transmissão de 500 kV e aproximadamente 960 km, assim como de três subestações associadas com 2.250 MVA); construção da Adutora do Italuís, com 45 km, que atenderia a demanda de água tanto da população residente na capital maranhense quanto dos projetos que pretendiam se ampliar e/ ou instalar.

É importante destacar, que o Governo do Maranhão, com a Lei Complementar N.º 108 de 21/11/2007, criou a nova regionalização através de 32 regiões de planejamento as quais estão vigorando até os dias atuais. Essa desconcentração da estrutura administrativa e a implementação do planejamento descentralizado tem como objetivo o desenvolvimento sustentável das regiões, por meio do fortalecimento dos municípios e da parceria com a sociedade civil organizada (MARANHÃO, 2008). Essas regiões de planejamento foram definidas visando dinamizar o desenvolvimento econômico do estado.

Dentre as regiões de planejamento institucionalizadas, enfatiza-se a Região de Planejamento do Baixo Munim (FIGURA 10), abrangendo Bacabeira, Axixá, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino e Rosário, tendo em vista que o campo empírico desta dissertação é Bacabeira. As potencialidades econômicas são: extrativismo vegetal e mineral, atividade pesqueira, agropecuária, artesanato de cerâmica e fibras vegetais e turismo. (MARANHÃO, 2009).



Figura 10- Região de Planejamento do Baixo Munim

dos. Trata-se de um palmente à demanda o-oeste do país, pois os no Porto do Itaqui

FONTE: MARANHÃO, 2009.

4º Plano Plurianual (PPA) de 2012-2015: O governo estadual resume, aproveitando-se de um novo ciclo de investimentos em instalação, nos ramos do petróleo e gás, de geração e distribuição de energia elétrica e de logística (HOLANDA, 2013). Esses empreendimentos que deveriam ser instalados forneceriam subsídios e dariam sustentação à atividade econômica do estado do Maranhão e contribuiriam para a melhoria da competitividade sistêmica, em vista dos avanços na logística de transportes e do adensamento de importantes cadeias produtivas, com a da minerometalurgia e agroalimentar. (DOURADO, 2008).

O PIB do Maranhão que era de R\$ 13,88 bilhões em 2003, passou para R\$ 16,55 bilhões, em 2004, um dos maiores crescimentos entre os estados da Federação, principalmente por causa da minerometalurgia e do agronegócio (DOURADO, 2008). No entanto, questiona-se a respeito do crescimento do PIB, que não ocorre associado à melhoria dos indicadores sociais do estado. Qual a explicação para indicadores sociais tão baixos?

Conclui-se que a partir de dados oficiais, o discurso de desenvolvimento se contrapõe à realidade socioeconômica maranhense, pois segundo a pesquisa do IBGE, dos 556 municípios com menor PIB per capita do Brasil, a maior parte está concentrada nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará. No entanto, os municípios que registraram maior PIB per capita estão concentrados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Nesse contexto, por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? As regiões que conseguem se desenvolver para Becker (2008, p. 38) são aquelas

que conseguem integrar os interesses locais (sociais e ambientais) regionalmente, em torno de um modelo próprio e específico, e inseri-lo na dinâmica global de desenvolvimento. [...] Assim, o desenvolvimento regional resultaria do envolvimento direto dos agentes regionais, econômicos, sociais e políticos na concepção e execução de um projeto próprio de desenvolvimento.

Quais os requisitos necessários para viabilizar o desenvolvimento regional de cada espaço? Conforme Siedenberg (2008, p. 169):

Dois elementos são necessários para desencadear um processo de desenvolvimento regional: o diagnóstico (a região como ela é), que visa a identificar, acionar e utilizar potencialidades e minimizar estrangulamentos, para propor, através de um pacto social, um novo cenário de referência (como a região pretende ser).

O debate sobre o desenvolvimento regional nos faz pensar sobre a realidade socioeconômica do Maranhão, que possui 217 municípios com população de 6.574.789 habitantes (IBGE, 2010). A ONU divulgou o ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no Brasil, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e com a Fundação João Pinheiro. Nessa pesquisa foi estabelecido um ranking coma renda per capita mensal das cidades brasileiras. O resultado mostrou que dentre as cidades com IDHM²⁶ considerado muito baixo, quatro são maranhenses. Dentre os municípios do estado do Maranhão considerados com os menores IDHM, estão os seguintes: Fernando Falcão (0,443), Marajá do Sena (0,452), Jenipapo dos Vieiras (0,490) e Satubinha (0,493).

A proposta de desenvolvimento entendida nesta pesquisa como sendo eficaz refere-se àquela capaz de promover mudanças nos indicadores sociais dos espaços regionais. De acordo com Ferreira (2015), em termos territoriais, contudo, tal portfólio de investimentos desconsiderou as potencialidades do Litoral Ocidental, Litoral Oriental, Leste, Centro e Sudoeste do Maranhão que outros instrumentos já haviam ressaltado, implicando que tal indução econômica impôs uma (re) estruturação que interessa ao capital e não à sociedade como um todo, com o agravante de que nessa unidade da Federação predominam baixos indicadores sociais. Os números dos indicadores sociais do estado do Maranhão são

²⁶ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal compreende indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O IDH vai de 0 a 1: quanto mais próximo de 0, pior o desenvolvimento humano; quanto mais próximo de 1, melhor. Essa faixa “Muito Baixo” varia de 0 até 0,499. (PNUD, 2013).

esclarecedores, pois essa unidade da Federação também apresenta o menor índice de desenvolvimento social, de acordo com o Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM²⁷). Possui a média mais baixa, com ISDM de 3,35, numa escala que varia de 0 a 10. (SOUZA, 2012).

Além disso, outros indicadores testificam que a concentração de pessoas em condições precárias de pobreza no estado é considerada alta. Conforme estudos, a população de 6,5 milhões de habitantes, 1,7 milhão estão abaixo da linha de miséria, com rendimentos de até R\$ 70 por mês, segundo o IBGE. A população do Maranhão tem um dos maiores índices de taxa de mortalidade infantil (que corresponde ao número de crianças mortas no primeiro ano de vida, em cada grupo de 1.000 nascidos), associados aos índices dos municípios de Alagoas e Amapá.

Entre os anos 2000 e 2008, a economia maranhense atrelou-se intensamente ao ciclo de expansão do comércio mundial, por causa da expansão das exportações de *commodities* primárias minerais e agrícolas. Uma das principais características oriundas dessa expansão é a elevada concentração de exportações nas *commodities agrícolas* do ferro, alumínio e soja (HOLANDA, 2013). (GRÁFICO 1). Afinal, para onde são destinadas as commodities minerais e agrícolas (ferro, alumínio e soja)? O ferro de Carajás, a soja do Sul e Leste do estado, além do alumínio da ALUMAR são destinados ao corredor de exportação, para países como China, Estados Unidos, Argentina, Canadá e etc. Com a expansão das exportações o Maranhão se reconecta com a economia mundial, principalmente devido a Ferrovia Carajás e o Porto do Itaqui. Nesse contexto, há o avanço do agronegócio, mas em contrapartida ocorre a expulsão dos camponeses do campo.

Gráfico 1-Composição da pauta de exportações do estado do Maranhão – 2012 (% do total).

²⁷ Média ponderada dos indicadores das dimensões Habitação, Renda, Trabalho, Saúde e Segurança e Educação (H, R, T, S e E) padronizada pela média do Brasil.



FONTE: HOLANDA, 2013.

Essas cadeias produtivas são indutoras do adensamento e da dinamização do segmento, gerando efeitos multiplicadores (DOURADO, 2008). Atualmente, o estado referido é a quarta economia mais aberta ao exterior no Brasil. No entanto, essa concentração gera vulnerabilidade da economia maranhense em relação às flutuações dos mercados internacionais de *commodities*. (HOLANDA, 2013).

As principais fontes de dinamismo na economia maranhense no período de 2002 a 2010 foram: a) expansão das exportações de *commodities* minerais e agrícolas, b) expansão das transferências federais; c) expansão do crédito ao consumo e do financiamento imobiliário e d) mais recentemente, a partir do biênio 2009-10, a combinação de um conjunto de investimentos públicos e privados, especialmente nos segmentos de petróleo, gás e energia, logística, mineração e agronegócios, que aprofundam a vocação primário-exportadora desse estado. (HOLANDA, 2013).

O Projeto Carajás e a ALUMAR redirecionaram a atividade produtiva para outros setores que não aqueles tradicionais do extrativismo e industrialização do babaçu, da indústria têxtil, do cultivo e beneficiamento do arroz, por exemplo. Viabilizou-se a exploração sustentada em larga escala da siderurgia e da metalurgia como elos fortes da produção industrial do estado. (DOURADO, 2008).

Dentre os estados da região de influência do Programa Grande Carajás, o Maranhão se destaca com a instalação de infraestrutura necessária para atender a demanda da exploração e escoamento dos produtos minerais dos projetos de desenvolvimento, estimulando o comércio e projetando-o em escala internacional, principalmente no fornecimento de insumos primários. Com destaque ao transporte

ferroviário, que é a infraestrutura fundamental do Corredor Centro-Norte de Exportação.

O modelo de desenvolvimento no estado do Maranhão, associados ao Programa Grande Carajás (PGC) viabilizaram desde o final da década de 1970 a instalação de diversas infraestruturas, dentre as quais:

Estradas de Rodagem; Estrada de Ferro Carajás (EFC); Complexo Portuário de São Luís, formados pelo Porto de Itaqui²⁸ e Porto Grande²⁹, que são geridos pela Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP³⁰, Ponta da Madeira³¹ administrado pela Companhia VALE e da ALUMAR pertencente ao Consórcio Alumínio do Maranhão, subsidiária da multinacional do alumínio Alcoa; a Usina Hidrelétrica de Estreito e a Termelétrica do Porto do Itaqui, que agrega vantagem competitiva à Unidade da Federação através das exportações de soja oferecendo condições importantes, que são o menor custo de transporte, maior lucro para os produtores e diminuição no tempo de acesso aos principais mercados consumidores americanos e europeus. Posteriormente, destaca-se também a instalação de oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás; uma indústria de alumina e alumínio e processamento industrial de minério de ferro (VALE) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais em Alcântara - Centro de Lançamento de Alcântara - CLA; projetos de monocultura agrícola (soja, milho) no sul e sudeste do estado; projetos de carcinicultura no litoral maranhense; criação de búfalos na Baixada Maranhense; e pecuária bovina extensiva em todo espaço maranhense. (SANT'ANA JÚNIOR et al., 2009).

Os novos processos de reestruturação produtiva, a infraestrutura e a logística reconfiguram as cidades e a economia do estado, pois há uma (re) configuração da organização da zona rural e da urbana, sob a perspectiva do desenvolvimento, pois diversas transformações ocorreram no sistema produtivo do estado, nas duas últimas décadas, a ponto de promover alterações profundas na economia (DOURADO, 2008), assim como na própria organização socioespacial.

²⁸ Está localizado no interior da Baía de São Marcos e seu acesso hidroviário se faz por um canal de profundidade natural mínima de 27 metros e largura aproximada de 1,8 quilômetros. Esse Porto está recebendo investimentos da ordem de R\$ 600 milhões para sua ampliação, modernização e reestruturação, preparando-o para acompanhar o crescimento previsto do agronegócio maranhense e consolidá-lo como termo do Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, caminho natural da produção econômica das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil (DOURADO, 2008).

²⁹ O terminal pesqueiro Porto Grande foi desativado há seis anos. Localiza-se ao Sul do Porto do Itaqui.

³⁰ Empresa pública de direito privado, por força do convênio firmado entre o Ministério dos Transportes e o governo do estado do Maranhão.

³¹ O Terminal de Ponta da Madeira foi inaugurado em janeiro de 1986. Inicialmente projetado para operar na exportação de minérios de ferro e manganês, vem diversificando suas operações, com ferro-gusa a partir de 1988 e soja desde 1992, abrindo um grande mercado exportador para a produção dos cerrados maranhenses, do centro-oeste brasileiro e do Planalto Central. Foi considerado o melhor do Brasil pelo Centro de Estudos em Logística da Coppead, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos critérios de infraestrutura, profundidade e acesso rodoviário, em pesquisa realizada junto a trezentas empresas exportadoras, armadores e agências marítimas, levando-se em conta, ainda, o tempo médio de espera dos navios (DOURADO, 2008).

Essas alterações econômicas são evidenciadas pela infraestrutura de transportes, além de São Luís (capital do estado) consolidar-se como o núcleo urbano mais influente e importante para a economia maranhense, devido a maior densidade de recursos humanos e centros de ensino. (DOURADO, 2008).

A convergência da logística e infraestrutura disponíveis para o porto de Itaqui são explicadas principalmente pelas:

As políticas territoriais imprimiram novo dinamismo econômico (substituição da coleta indígena e extrativismo caboclo pela agropecuária, grandes empreendimentos e industrialização) e espacial (a densidade demográfica salta de 4,86 habitantes/ km² em 1950 para 16,91 habitantes/ km², em 2000) visto que, além da área exigida para as mesmas, houve a redefinição do papel de cidades (existiam 90 em 1970 que ascenderam para 217, em 2000) na rede urbana maranhense (a exemplo de Açailândia, Santa Inês e Balsas) e impôs-se a situação estratégica desse estado e de São Luís (especialmente) em relação aos interesses nacionais devido às condições naturais do Complexo Portuário da baía de São Marcos no concernente ao mercado externo, e à articulação com outras macrorregiões e unidades da Federação. (FERREIRA, 2008, p. 23).

A minerometalurgia e a siderurgia surgem como os ramos mais proeminentes dos instalados no estado do Maranhão a partir do PGC, além de outros que surgem via agronegócio. Diante dessa realidade, para Dourado (2008) mantêm-se as expectativas de um forte crescimento industrial, o que de algum modo vem ocorrendo.

A atual configuração de investimentos no estado do Maranhão recebeu influência do Programa Grande Carajás (PGC), e conseqüentemente reconfigurou sua economia seguindo as estratégias das empresas implantadas em todas as localidades que se fez necessário sua interferência, e seguindo a lógica do capital exigida por esse projeto. A base da economia sustentava-se principalmente pela prática agropecuarista, porém suas dimensões tornam-se ampliadas pelas transformações que o PGC impôs, a partir da década de 1980.

Para Santos (1996), essas alterações se contrapõem à natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história foram substituídos por objetos (fabricados, técnicos, mecanizados e cibernéticos), fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Esses objetos técnicos, representados pelas hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades marcam o espaço dotado de artificialidade, tendenciosos a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes.

Sobre os fatores locacionais que exercem influência na demanda dos objetos técnicos:

As empresas vão se localizar junto aos principais mercados ou próximo das fontes de matérias-primas. O desenvolvimento dos meios de transporte efetua-se pela necessidade de ligar as zonas produtoras com as fontes de matérias-primas e os centros consumidores. A infraestrutura existente de meios de transporte influencia, por seu turno, a localização futura de novas indústrias. De sorte que resulta uma hierarquia de regiões segundo sua estrutura produtiva e configuração urbana. Com o desenvolvimento de núcleos urbanos de tamanho médio, com sua respectiva infraestrutura de serviços básicos, a indústria tende a descentralizar filiais e tornar as regiões mais homogêneas em termos de renda *per capita*. (SOUZA, 2009, p. 21).

Esses fatores locacionais são explicados pela atual fase do capitalismo da organização, que é comandado pela presença de firmas multinacionais, cujo processo de acumulação do capital não poderia fazer-se sem que tais grandes firmas pudessem ir buscar, seja onde forem, as condições para a obtenção de um lucro maior. (SANTOS, 1978).

Dentre os novos elementos capazes de atrair atividades e investimentos, especialmente no que diz respeito às atividades industriais, vêm sendo frequentemente apontados: a existência de mão-de-obra qualificada, a presença de competentes Centros de Ensino e Pesquisa Científica e Tecnológica, a existência de um bom clima de negócios (empresários locais abertos a parcerias e alianças estratégicas e atores públicos locais ativos), a existência de uma massa crítica de fornecedores locais de componentes e serviços, entre outros. Trata-se, portanto, de fatores locacionais não tradicionais. (ARAÚJO, 1999).

O estado do Maranhão está localizado na Região Nordeste. Ocupa uma superfície de 331.936,948 km² e tem uma população de 6.574.789 habitantes (IBGE, 2010), com 217 municípios. O modelo de desenvolvimento econômico do estado, em sua estrutura produtiva de 2000-2013 caracteriza-se pela necessidade de superar um desenvolvimento baseado no modelo primário-exportador, considerando a sua alta vulnerabilidade às oscilações do mercado internacional de *commodities* minerais e agrícolas, viabilizando uma diferenciação na estrutura produtiva. (HOLANDA, 2013).

As transformações revelam que o Maranhão passou de uma economia agro-exportadora para industrial baseada em empreendimentos siderúrgicos (a predominância das exportações se assentava em matéria-prima até 1985 e em 1996 residia em ferro gusa e ligas de alumínio). (FERREIRA, 2008).

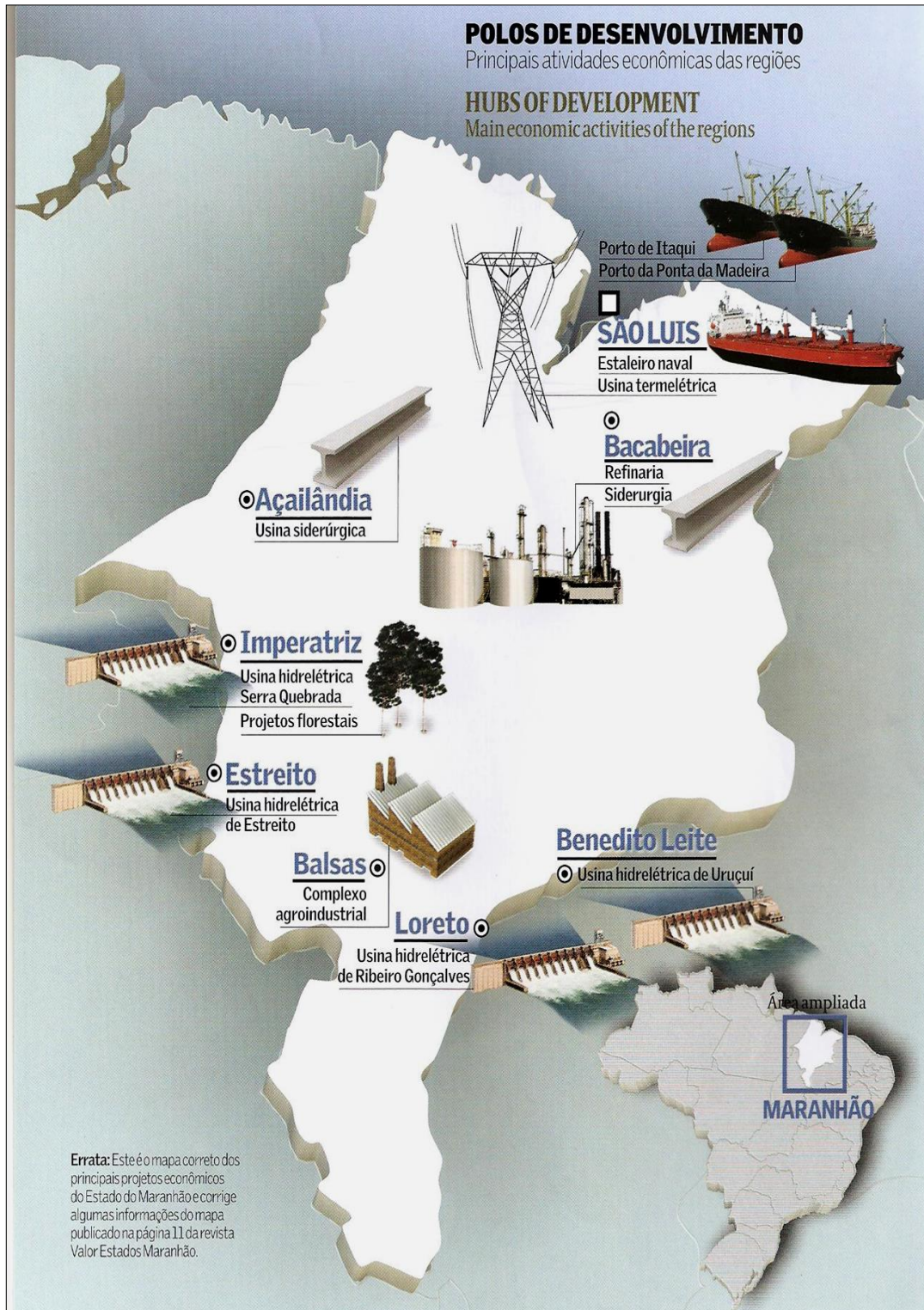
O Maranhão se instaura como receptor de investimentos estruturantes que propiciaria a abertura de novas oportunidades e perspectivas. Aproximadamente R\$ 100 bilhões em investimentos públicos e privados ofertariam 240 mil novos empregos nos próximos cinco anos –, como também são extraordinários os desafios que se colocam no caminho do crescimento econômico. (MARANHÃO, 2010). Esses investimentos estavam embutidos no citado discurso de “Volta ao Trabalho”.

A essa nova realidade o governo do estado e o empresariado maranhense definem políticas voltadas para o aproveitamento maior da potencialidade industrial no Maranhão, com destaque para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial da Federação das Indústrias do Maranhão (PDI-FIEMA), cuja primeira versão é de 2003.

A economia do Maranhão foi estruturada em dois grandes eixos de desenvolvimento e integração, que englobam macro cadeias produtivas de elevado dinamismo e modernização: o agronegócio de alimentos e energia, com destaque para a moderna produção da região Sul, onde se expande a soja, o milho, a cana-de-açúcar e a pecuária; e o complexo minerometalúrgico, concentrado na parte Oeste e Norte (São Luís) do estado. Esses dois eixos expressam e consolidam uma relativa diversidade econômico-social interna, concentrando o dinamismo nas microrregiões Sul e Sudoeste, e no eixo da ferrovia, além da capital, ponto de convergência e de suporte logístico da economia maranhense (FIEMA, 2009). Esse documento representa os interesses do setor industrial maranhense e se adequa ao discurso “De Volta ao Trabalho”, uma vez que o mesmo foi planejado para o horizonte de 2020.

Os projetos econômicos são articulados no estado do Maranhão a partir da instalação e/ou expansão dos investimentos econômico-industriais vinculados ao Complexo Portuário-Industrial em São Luís. Sendo assim, surgem novos espaços regionais ou novos centros dinâmicos (FIGURA 11) planejados para recepcionar empreendimentos, viabilizando a reestruturação produtiva do Maranhão, e conseqüentemente reorganizando o espaço maranhense, revelando que a prioridade é ao longo da Estrada de Ferro Carajás, o que na verdade é justificado pela logística existente e na prática manterá a desigualdade socioespacial já que os investimentos não são distribuídos de forma a somar a potencialidade coma complementariedade das funções no território estadual. (FERREIRA, 2008).

Figura 11- Principais projetos econômicos no Estado do Maranhão



FONTE: Valor Estado do Maranhão, 2010.

Convém ressaltar, que em 2008, foi divulgado pelo Ministério do Planejamento, o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento na Visão Estratégica Nacional no Horizonte 2027, o qual apontou seis Vetores de

Desenvolvimento Territorial (Bioma Florestal Amazônico, Centro-Oeste, Centro-Norte, Semiárido Nordeste, Litoral Sudeste-Sul, Litoral Norte-Nordestino); dentre esses seis vetores de desenvolvimento, o estado do Maranhão está inserido em três, que correspondem ao Vetor Centro Norte (2B1); Vetor Semi-Árido Nordeste (2B2); e Vetor Litoral Norte-Nordestino (3B).

A partir desse documento do Ministério do Planejamento são destacadas as principais ações de desenvolvimento e investimentos: petróleo e gás – extração e distribuição; refino – de produtos do petróleo e petroquímica; recursos hídricos – integração de bacias e oferta de água; transporte urbano; saneamento; habitação – popular e financiamentos; eletricidade – geração, transmissão e distribuição; luz para todos – energia elétrica; biocombustíveis – álcool e outros; logística – rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos; e telecomunicações (FIGURA 12).

Figura 12- Visão Estratégica Nacional no Horizonte 2027 (2B1 = Vetor Centro Norte; 2B2 = Vetor Semi-Árido Nordeste; 3B = Vetor Litoral Norte-Nordestino).



FONTE: Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, MP, 2008.

Os novos investimentos pós-2010 e as cidades receptoras destes são destacados: sobressai-se que até 2012 não havia produção de celulose no estado do Maranhão. Tal fato foi alterado em dezembro de 2013 com a entrada em

operação da fábrica da Suzano; Porto Franco tem se sobressaído porque possui a única esmagadora de soja desse estado; o município de Açailândia tem se destacado pela situação geográfica ao longo do corredor da Estrada de Ferro Carajás, que concorreu para a implantação de seu distrito industrial, em Pequiá, e para a instalação de empreendimentos dedicados à guseria, de modo que é considerado o polo mais expressivo do estado e o terceiro maior PIB municipal; entre os novos investimentos no Leste maranhense, sobressai-se a instalação do Parque Eólico da Bionergy; a possibilidade de prospecção de petróleo na Bacia de Barreirinhas, que abarca o município homônimo deverá incrementar a importância dessa cidade que já é o segundo polo receptor de turistas do Maranhão devido ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; some-se a isso que foi descoberta “uma reserva gigante de gás natural no município de Capinzal do Norte”; a indicação da instalação de investimentos dedicados à produção de ouro no Noroeste do Maranhão, mais precisamente em Godofredo Viana, Centro Novo do Maranhão e Centro do Guilherme, por empresas como Jaguar e Aurizona; A área de influência de Chapadinha, que foi redimensionada a partir de 2000 com a instalação de investimentos da sojicultora. (FERREIRA, 2015).

Quanto ao bloco de investimentos em implantação no estado, este atinge, segundo os dados da Secretaria de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Estado – SEDINC³²-MA, o montante de R\$ 120 bilhões, no período 2010 a 2017 (HOLANDA, 2013). Conforme a perspectiva dessa secretaria, o setor de gás e petróleo reflete o momento econômico do estado, em que diversas empresas como a Petrobrás, OGX, Petra Energia, Gasmar, Engept e as Panergy investem em projetos como refinaria, gasoduto, exploração de petróleo e gás natural.

A Petrobrás se destacou como uma empresa de capital aberto presente em 25 países, com papéis negociados na bolsa de valores e mais de 500 mil acionistas, sendo que seu acionista majoritário é o governo brasileiro. A maior estatal brasileira completou 62 anos, tornando-se uma das empresas mais bem-sucedidas no ramo de petróleo do mundo, além de ser reconhecida pela tecnologia de energia, biocombustível e pré-sal.³³

³²É a Instituição do Governo do Estado responsável pela captação de investimentos produtivos para o Maranhão.

³³ O “pré-sal” é uma área de reservas petrolíferas encontrada sob uma profunda camada de rocha salina, que forma uma das várias camadas rochosas do subsolo marinho. O termo “pré” de pré-sal refere-se à temporalidade geológica e não à profundidade. Considerando-se a perfuração do poço, a

De acordo com o art. 61 da Lei de Petróleo (Lei Nº 9.478 de 1997), “a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS é uma sociedade de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins, conforme definidas em lei”.

No contexto recente dos Planos de Investimentos da Petrobrás, quatro refinarias foram anunciadas com o objetivo de ampliar a capacidade de refino de petróleo³⁴ no país, para atender a demanda crescente de combustíveis decorrente do processo de desenvolvimento econômico e da expansão do mercado internacional, com destaque: Complexo Petroquímico (COMPERJ), no Rio de Janeiro; Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco; Refinaria Premium I, no Maranhão; Refinaria Premium II, no Ceará.

As cadeias produtivas indutoras do adensamento e da dinamização do segmento como um todo, gerando efeitos multiplicadores, como é o caso das cadeias da minerometalurgia, da construção civil e de todas aquelas relacionadas ao agronegócio, por exemplo. Dentre essas, vale ressaltar a produção de biocombustíveis, que assume papel cada vez mais relevante no contexto produtivo do estado, e o beneficiamento e industrialização da soja e demais produtos agrícolas de escala. (DOURADO, 2008).

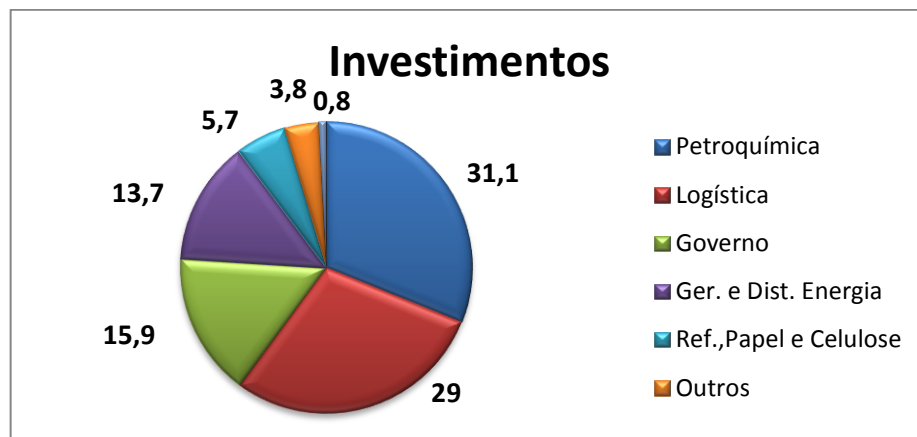
No contexto dos investimentos direcionados ao estado do Maranhão, correspondem a 31% derivados ao investimento da refinaria da Petrobrás que consistia, além da refinaria propriamente dita, de uma faixa de dutos de interligação e de um terminal de tancagem no entorno do Porto de Itaqui; outros 15, 29% estão

partir da superfície, o petróleo do pré-sal é considerado subsal, pois está abaixo da camada de sal. Entretanto, a classificação destas rochas segue a nomenclatura da Geologia, que se refere à escala temporal em que os diferentes estratos rochosos foram formados. A rocha-reservatório do pré-sal foi formada antes de uma outra camada de rocha salina, que cobriu aquela área milhões de anos depois, ou seja, mais recentemente na escala de tempo geológica. Portanto, o “pré” do pré-sal refere-se à escala de tempo, ou seja, está em uma camada estratigráfica que é mais antiga do que a camada de rochas salinas. Conceito disponível no link <<https://diariodopresal.wordpress.com/o-que-e-o-pre-sal/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

³⁴O petróleo é um hidrocarboneto fóssil de origem orgânica encontrado em bacias sedimentares resultantes do soterramento de antigos ambientes aquáticos. Pode ser encontrado nos estados sólido (transformado em asfalto nas refinarias), líquido (óleo) e gasoso (gás natural) Atualmente, além de ser a principal fonte de energia do planeta, o petróleo é uma matéria-prima importantíssima, presente de forma constante em nosso cotidiano. Com ele, as indústrias petroquímicas fabricam o plástico, a borracha sintética, as tintas, os fertilizantes e os adubos utilizados na agricultura.

relacionados à logística (estradas, duplicação da Estrada de Ferro Carajás, e ampliação das instalações portuárias); 13,7% com a geração e distribuição de energia (Usina Hidrelétrica de Estreito, Termelétrica do Itaqui - MPX, entre outros); 5,7% com o reflorestamento (eucalipto); e a instalação da Suzano³⁵ Papel e Celulose, entre outros empreendimentos (GRÁFICO 2). No entanto, o projeto da Refinaria Premium foi o que concentrou o maior volume de investimentos, correspondendo a R\$ 37 bilhões (HOLANDA, 2013).

Gráfico 2- Investimentos em andamento e planejados no estado do Maranhão (2010-2017) (em % do Total)



FONTE: HOLANDA, 2013; MARANHÃO, 2013

De acordo com esse ciclo de investimentos, estes poderão representar novos fatores de competitividade da indústria de transformação estadual, pois são atividades que viabilizam oportunidades de geração de empregos e, conseqüentemente maior potencial de criar condições para um crescimento sustentado e endógeno da economia. (HOLANDA, 2013).

No período 2009-2013, Roseana Sarney anunciou a implantação Refinaria Premium I da Petrobrás, de capacidade gigantesca – 600mil bpd – que seria a quinta maior do mundo e a maior do Brasil, como trunfo do seu quarto mandato a partir da mensagem midiática baseado no slogan “De Volta ao Trabalho”,

³⁵ Nova unidade moderna da Suzano Papel e Celulose, instalada na cidade de Imperatriz com capacidade de produção de 1,5 milhão de toneladas/ano de celulose para exportação, totalmente autossuficiente em energia e geração de mais de 15 mil empregos. A produção da fábrica será toda exportada para a Europa e para os Estados Unidos. Desde 2008, a empresa já havia preparado a base florestal necessária para o funcionamento da planta industrial. O suprimento de madeira é oriundo de plantios próprios, do Programa Vale Florestar e de outros produtores locais através do Programa de Parceria Florestal (REVISTA QUESTÃO AMAZÔNICA, dez/2013).

oriundo de um contexto turbulento na política maranhense. A produção seria escoada pelo Terminal Portuário do Mearim, às margens do rio Mearim em Bacabeira, a ser construído pela Aurizônia Empreendimentos.

No caso dessa refinaria de petróleo em Bacabeira, o processo de licenciamento ambiental foi coordenado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, em novembro de 2009, e ocorreram cinco audiências públicas³⁶ em quatro municípios afetados pela Premium I. (SANT' ANA JÚNIOR; MENDONÇA; RIBEIRO; RABELO, 2013).

Esse projeto foi divulgado como sendo um “mega” investimento capaz de dinamizar a economia do estado, recebendo a visita do presidente do Brasil da época, Luís Inácio Lula da Silva. Os debates sobre seu processo de implantação lançado no segundo governo do Presidente Lula deixaram registrado na mídia eletrônica, na imprensa escrita, no debate político, nos processos do Tribunal de Contas da União (TCU) e na memória coletiva da sociedade diversas informações sobre a possibilidade do Maranhão sediar um empreendimento de alta produtividade. Essas informações foram veiculadas desde 2009, quando começaram a divulgar a escolha da cidade de Bacabeira (MA) como futura sede da refinaria.

O crescimento econômico projetado para o município em que a refinaria seria instalada foi observado nos outdoors em Bacabeira, e conseqüentemente, o discurso de desenvolvimento foi perceptível antes e durante o período das eleições para governador do estado do Maranhão no ano de 2010 (FIGURA 13).

Figura 13-Outdoors sobre o projeto da REPRE I em Bacabeira, 2011

³⁶ Uma audiência, nos municípios de Bacabeira (09/09/2009), Rosário (10/09/2009) e Santa Rita (11/09/2009), e duas audiências no município de São Luís, sendo que uma ocorreu no bairro Renascença I, na zona urbana (12/09/2009), e outra, na Vila Maranhão, zona rural e próximo ao Complexo Portuário (13/09/2009). Durante as audiências públicas e no material de divulgação da Refinaria Premium I, constata-se, como forma de legitimação discursiva do empreendimento, a ênfase na geração de empregos (SANT' ANA JÚNIOR; MENDONÇA; RIBEIRO; RABELO, 2013).



FONTE: FELIPE KLAMP. Disponível em <<http://comcontinuacao.blogspot.com.br/2011/04/refinarias-as-imagens-nao-mentem.html>>. Acesso em: 10 set. 2014.

Em janeiro de 2010, ocorreu o lançamento da pedra fundamental da Refinaria Premium I em Bacabeira, e conforme a reportagem exibida no Maranhão TV do apresentador José Raimundo Rodrigues, foram realizados os seguintes pronunciamentos:

Essa refinaria, ela neste momento, ela desenvolve esperança, essa refinaria desenvolve a expectativa de que é possível melhorar a vida das pessoas, essa refinaria significa, portanto um impacto muito grande sobre a vida das pessoas que moram nessa região (SÉRGIO GABRIELLE, PRESIDENTE DA PETROBRÁS NO ANO DE 2010).

Aqui assinala-se, neste momento, sem sombra de dúvida, o início de um tempo novo, de uma fase diferente (EDSON LOBÃO, MINISTRO DE MINAS E ENERGIA NO ANO DE 2010).

É um novo momento do Brasil, é um novo momento do Nordeste, é um novo momento do Maranhão. Parabéns governadora Roseana, Parabéns prefeito, Parabéns Petrobrás e o reconhecimento do Brasil ao presidente Lula, que de fato é o cara (DILMA ROUSSEF, MINISTRA CHEFE DA CASA CIVIL NO ANO DE 2010).

Eu queria deixar para saudar, especialmente, isoladamente, um político extraordinário do Maranhão, que se chama Edson Lobão. Presidente, o Lobão está comigo há 40 anos. Trabalho e lealdade e vossa excelência hoje é um dos que reconhece e diz publicamente essas qualidades do nosso grande político do estado do Maranhão (JOSÉ SARNEY, PRESIDENTE DO SENADO NO ANO DE 2010).

Aqui vão ser refinados 600 mil barris dia e firmamos o termo de adesão dos moradores perante a Defensoria Pública e Ministério Público. Daremos uma bolsa a partir de fevereiro, o Governo do Estado dará bolsa de 500 reais para cada família, a partir de fevereiro, durante doze meses. E em seis meses o governo do estado se comprometeu a entregar casas novas para essas pessoas com infraestrutura completa para as famílias que serão removidas das áreas que foi desapropriada (ROSEANA SARNEY, GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO NO ANO DE 2010).

Atrás de um empreendimento desse vêm outras empresas, que vão gerar mais investimentos, mais empregos, portanto mais consumo e mais empregos e mais investimentos. Por detrás de um empreendimento desse

virão hotéis, virão restaurantes, virão estradas e virão uma série de coisas, que nós ainda não temos conseguido enxergar a plenitudes das coisas que podem acontecer no estado do Maranhão. É importante, portanto, a gente fazer Roseana, quantas parcerias for necessárias entre o governo federal, entre o governo estadual, entre a Petrobrás para que a gente possa formar a mão-de-obra necessária para este obra aqui no estado do Maranhão e de preferências nas cidades vizinhas (LULA, PRESIDENTE DO BRASIL NO ANO DE 2010)

O empreendimento de elevado padrão da Refinaria Premium I foi divulgado como propulsor de desenvolvimento econômico regional e local, como sendo um novo polo econômico, principalmente por causa da elevada demanda de bens de capital, de insumos e de mão-de-obra especializada:

Refinaria Premium I, uma vez em pleno funcionamento, faria o refino de 600 mil *barris por dia* (bpd), o que é quase o dobro dos 365 bpd de capacidade da REPLAN, a maior refinaria em operação no Brasil, e aumentaria a capacidade nacional de refino para 2.600 bpd. Segundo os dados apresentados pela Petrobrás, de cada barril, seriam extraídos 50% de diesel, 20% de nafta petroquímica, 11% de querosene de avião, 8% de coque, 5% de GLP e 3% de bunker. (FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE, 2009).

O empreendimento originalmente previsto para implantação da Refinaria Premium I, consistia, além da refinaria propriamente dita, de uma faixa de dutos de interligação e de um terminal de tancagem na região do Porto de Itaqui. Foi concebida para, quando totalmente instalada, processar 600 mil barris/dia de petróleo nacional de médio grau API, transformando-o em produtos de alto valor agregado, em especial diesel (61%), nafta (16%) e querosene (11%) com vistas a ampliar a exportação de derivados. O projeto previa a configuração de dois trens de 300 mil bpd a ser implantados em duas etapas, com investimento da ordem de R\$ 35 bilhões. (RELATÓRIO CÂMARA/TCU, 2013).

Os derivados de petróleo que seriam obtidos pela Refinaria Premium I são anunciados como de qualidade superior quanto à emissão de poluentes em seu uso (daí a denominação Premium), de forma a atender às exigências do mercado europeu e, portanto, destinados à exportação, com alto valor agregado. A título de exemplo, podemos, com base nos dados do EIA-RIMA (FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE, 2009) citar que, atualmente, o diesel usado no Maranhão contém 2 mil partes por milhão (ppm) de enxofre, enquanto o diesel produzido na Refinaria Premium I deveria conter 10 ppm de enxofre. (SANT'ANA JÚNIOR; MENDONÇA; RIBEIRO; RABELO, 2013).

As pressões inflacionárias registradas, no pós-2010, levaram o governo federal a comprimir os chamados preços administrados, dentre os quais as tarifas de combustíveis. Este fato agravou as dificuldades financeiras da Petrobrás e se constituiu em um sério obstáculo, para a realização do conjunto de investimentos necessários à ampliação da matriz energética do país e ao equilíbrio da balança de transações correntes. (HOLANDA, 2013).

As perdas no cenário econômico concorreram para que a empresa deixasse a 12ª posição no ranking das maiores do mundo em valor de mercado, conquistada no ano de 2010. A partir da publicação do último ranking das maiores empresas do mundo em março de 2014, o Jornal britânico *Financial Times* mostrou que essa estatal brasileira perdeu 108ª posições, sendo atualmente a 120ª maior empresa do mundo. Em similar resultado, a empresa caiu da 5ª para a 7ª posição no ranking das marcas brasileiras mais valiosas.

Apesar dos investimentos no Plano de Negócios da Petrobrás com oportunidades de ampliar a capacidade de refino no Brasil, a empresa apresentou prejuízos na área de abastecimento da companhia pelos seguintes motivos: queda do valor do petróleo no mercado internacional, indicativo de altos níveis de corrupção, além de denúncias³⁷ de superfaturamentos nos projetos executivos de investimentos da empresa.

Nesse contexto de crise da Petrobrás, os prazos de conclusão de diversas obras e serviços dos investimentos não foram cumpridos, desencadeando um cenário de indignação por toda a sociedade e/ou descontinuidade dos projetos. As obras de implantação da Refinaria Premium I estavam sendo auditadas, no âmbito da Fiscobrás³⁸, desde o ano de 2010. As auditorias realizadas identificaram alterações que modificaram o contrato de terraplanagem, acarretando profusão de aditivos. De acordo com Relatório de Fiscalização³⁹ (Sintético) disponibilizado no site da Câmara, os aditivos e irregularidades acarretaram atrasos à continuidade do projeto.

³⁷ Dentre as diversas investigações e suspeitas que a Petrobrás tem enfrentado, destaca-se a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA) no ano de 2006 com capacidade para refinar cerca de 120 mil barris de petróleo por dia. A estatal já desembolsou um total de 1,18 bilhão de dólares com a refinaria. A outra metade ficou com a trading belga Astra Oil. A parceria chegou ao fim em junho de 2012, após uma batalha judicial entre Petrobrás e a empresa belga. Para pôr fim ao litígio, a estatal brasileira comprou os outros 50% restantes da refinaria. A empresa submeteu a refinaria à venda, porém a única oferta recebida foi a da norte-americana Valero correspondendo a cerca de 180 milhões de dólares, pouco mais de um décimo do valor pago (Relatório da CPMI da Petrobrás, 2014).

³⁸ Programa de Governo utilizado para controlar a fiscalização de obras públicas no país.

³⁹ Relatório elaborado pela Câmara e encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU). Trata de auditoria realizada na Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A. - MME, no período compreendido entre 11/3/2013 e 19/4/2013 com o objetivo de fiscalizar as obras de Implantação da Refinaria Premium I, no Município de Bacabeira, Estado do Maranhão, em especial as relacionadas ao Contrato 0859.0059.374.10.2, celebrado para a realização dos serviços de preparação do terreno onde seria implantada a refinaria. Documento (TC 006.280/2013-7 Fiscalização 123/2013) acessado pelo site www.camara.org.br. Acesso em 14 de maio de 2013. Não foi possível sua análise completa durante o processo investigativo, pois o documento acessado não estava apreciado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo em vista esses documentos tramitar em sigilo de justiça.

Nesse cenário macroeconômico de crise, os grandes matutinos globais como *Financial Times*⁴⁰, *The New York Times*⁴¹ e *Clarín*⁴² citam categoricamente que a Petrobrás foi usada politicamente desde o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (Luís Inácio Lula da Silva) para fins eleitorais, além de sua trajetória política ao longo desse tempo de governo traçada para fazer *Caixa 2*⁴³ na empresa visando futuras eleições. Nesse contexto, diversas peças publicitárias⁴⁴ apontam a imagem da empresa na posição de “vítima” diante da sociedade⁴⁵, dentre as quais se destacam as Revistas *Veja*, *Época*, *Exame*, *Isto É*, *Carta Capital*, etc. (FIGURA 14).

Figura 14- Peças publicitárias sobre a crise da Petrobrás



FONTE: VEJA, 9 de abril de 2014; CARTA CAPITAL, 11 set. 2014; VEJA, 4 de fevereiro de 2015.

No contexto da mídia impressa e eletrônica, as denúncias foram publicadas em diversas peças publicitárias, com destaque para o conteúdo sobre o

⁴⁰ Jornal internacional de negócios com sede no Reino Unido.

⁴¹ Jornal de circulação diária, internacionalmente conhecido, publicado na cidade de Nova Iorque.

⁴² Jornal de maior circulação da Argentina.

⁴³ É uma expressão referente aos recursos financeiros não contabilizados e não declarados aos órgãos de fiscalização competentes do Poder Executivo.

⁴⁴ Não se pode deixar de considerar neste trabalho a indicação clara do controle da informação, os profundos interesses por trás das informações dessas revistas, pois a grande mídia tem extrema capacidade de homogeneizar o pensamento. Conforme Althusser (1985) podem ser considerados aparelhos ideológicos do Estado (AIE) as igrejas, escolas públicas e privadas, sistema político, a imprensa, o rádio, a televisão etc.

⁴⁵ Reportagem no Bom Dia Brasil com comentários da economista Mirian Leitão. Edição dia 28.01.2015 disponível em <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/01/apos-adiar-2-vezes-petrobras-divulga-balanco-sem-baixas-por-corrupcao.html>>. Acesso em 22.02.2015.

superfaturamento do projeto, desde os serviços de terraplanagem. (FIGURA 15 e 16).

Figura 15- Peças publicitárias sobre a Premium I



FONTE: O ESTADO DO MARANHÃO, 27 fev. 2014; O GLOBO, 11 maio 2014.

Figura 16- Canal de Drenagem, Proteção de Talude, Colchão Reno; Construção de Ponte, Obra paralisada.



FONTE: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de Fiscalização (Sintético). Fiscalização 123/2013. Disponível

em: <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2014/Fiscobras2013/anexo2/SINTETICOS%5Csint%C3%A9tico_2013_123.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015.

Convém destacar que a crise econômica internacional de 2008-2009, especialmente em meados de 2011 e que se estende até os dias atuais (HARVEY, 2011), afetou o Brasil e, conseqüentemente o Maranhão. Neste contexto, a economia maranhense, uma das mais vulneráveis ao ciclo internacional, começou a andar mais devagar. (HOLANDA, 2013).

O pacote de investimentos em implantação no estado do Maranhão constitui-se em alternativa para combater os efeitos da fase descendente do ciclo internacional de *commodities*. Estudos indicaram que o cenário externo desfavorável se constituiu em fator de adiamento de alguns dos projetos em instalação no estado⁴⁶, dentre os quais destacam-se a situação financeira da Petrobrás, pois inviabiliza a capacidade da empresa de concluir o Projeto da Premium I, conforme anunciado. (HOLANDA, 2013).

A REPRE⁴⁷ I teve as obras de terraplanagem iniciadas em 2011, enfrentando desafios em sua inserção no setor da indústria maranhense por causa do cenário externo adverso: de crise de superfaturamento e corrupção. Após período longo de obras paralisadas, o 10º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) estabeleceu a possível data de 31 de janeiro de 2029 para a conclusão da refinaria.

No entanto, após longo prazo de incertezas e indefinições quanto à continuidade do projeto em Bacabeira, tendo em vista a paralização das obras e serviços de terraplanagem, aliada à repercussão internacional e nacional em que a Petrobrás está envolvida, no dia 28 de janeiro de 2015 o projeto teve um desfecho definitivo, pois foi declarado oficialmente pelo Plano de Investimentos da Petrobrás do ano de 2014, que tanto os investimentos da Refinaria Premium I, no Maranhão quanto a Refinaria Premium II, no Ceará foram cancelados, por causa de prejuízos na área de abastecimento da companhia, além do cenário externo de crise e indicativos de altos níveis de corrupção (investigadas na Operação Lava Jato⁴⁸) pelos quais a maior estatal brasileira tem passado.

A partir dos comentários realizados baseados nos resultados do balanço do 3º trimestre⁴⁹, representantes da Petrobrás se reuniram com jornalistas, empresários e investidores e afirmaram que:

⁴⁶ Foram adiados indefinidamente os projetos de instalação de duas usinas siderúrgicas no estado do Maranhão, uma no município de Açailândia e outra em Bacabeira, ambos, situados na área de influência da Estrada de Ferro Carajás.

⁴⁷ Refinaria Premium I da Petrobrás, empreendimento anunciado pelo Governo federal e estadual. Em 2015, anúncio de cancelamento do projeto.

⁴⁸ Operação Lava Jato, levantada pela Polícia Federal, surgida em março de 2014, onde são investigadas um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobrás, grandes empreiteiras do país e políticos. A Petrobrás divulga através do site as providências relacionadas à Operação Lava Jato disponível em <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/conheca-nossas-providencias-relacionadas-a-operacao-lava-jato.htm>>. Acesso em 22.02.2015.

⁴⁹ Documento disponível em <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/divulgamos-os-resultados-do-3-trimestre-2014-nao-revisados.htm>. Acesso em 29.02.2015

O mote do nosso plano 2015-2019 é o redimensionamento da Petrobrás. Esse crescimento não se dará num nível de aceleração que nós prevemos no plano 14-18, por diversas razões: a financiabilidade da companhia, os efeitos decorrentes da Operação Lava Jato, que certamente trarão algum nível de impacto a realização física das nossas obras⁵⁰ (GRAÇA FOSTER, EX-PRESIDENTA DA PETROBRÁS, 29 de janeiro de 2015).

A Petrobrás declarou que foram gastos R\$ 2,7 bilhões de reais nos dois projetos (Premium I - 2.111 milhões e Premium II - 596 milhões), cuja previsão era para produzir, nas duas refinarias, 900 mil barris/dia. O Governador do Ceará, Camilo Santana demonstrou seu posicionamento através de nota oficial⁵¹ sobre o cancelamento do projeto:

O Governo do Estado repudia totalmente a decisão da Petrobrás de suspender os investimentos da refinaria Premium II, um sonho do povo cearense e importante vetor de desenvolvimento local e regional. Essa atitude representa uma quebra unilateral do compromisso firmado com o estado e configura um desrespeito da empresa com o povo cearense. O governador Camilo Santana recebeu a notícia com surpresa e indignação, cobrou explicações da Petrobrás, conversou com o ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Aloizio Mercadante, e solicitou uma audiência com a presidenta Dilma Rousseff. Uma vez que o Ceará cumpriu todos os requisitos para a instalação da refinaria, o Governo afirma que continuará lutando e empreendendo todos os esforços para viabilizar este importante projeto. (CAMILO SANTANA, 28 de Janeiro de 2015).

A suspensão das obras das Refinarias Premium I e II, na Região Nordeste, enaltece a questão, pois foram “dois projetos monumentais, vedetes das obras do PAC”.

A produção da Premium I e da Premium II, nomes dados aos projetos, seria vitaminada com o óleo do pré-sal e vendida no mercado externo. Passados oito anos, com terrenos vazios, umas poucas máquinas deteriorando-se e 2,7 bilhões de reais jogados fora, a Petrobrás anunciou o que já era mais do esperado: decidiu cancelar as obras. (GASPAR; COURA, 2015, p. 53).

Os investimentos das refinarias estavam sendo divulgados há anos, com eventos oficiais, visitas técnicas, reuniões e palestras. Em relação ao fato dessas refinarias terem sido viabilizadas por razões de ordem política, um geógrafo aponta em seus estudos sobre essa perspectiva da lógica do capital que “existem muitas

⁵⁰Reportagem no Jornal Nacional sobre os comentários da ex-presidente da Petrobrás Graça Foster quanto aos comentários do balanço do 3º trimestre da Petrobras. Edição dia 29.01.2015 disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/petrobras-admite-que-prejuizo-pode-ser-maior-do-que-o-apurado.html>> Acesso em 30.01.2015.

⁵¹Entrevista do Governador do Ceará Camilo Santana concedida ao Jornal Nacional na edição do dia 30.01.2015 sobre o cancelamento das duas Refinarias na Região Nordeste. Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2015/01/30.html>> Acesso em 01.02.2015.

outras maneiras de acumular o poder social proporcionado pelo dinheiro através da fraude, corrupção, banditismo, roubo e tráfico ilegal”. (HARVEY, 2011, p. 58).

Segundo a análise de Harvey (2011) existem barreiras potenciais à circulação do capital, e que qualquer uma dessas barreiras, pode provocar uma crise (definida como a situação de bloqueio da produção e de reinvestimento de excedentes), fazendo com que o crescimento cesse e exponha um excesso de sobreacumulação do capital relativamente às oportunidades de utilizá-lo de forma proveitosa. Ele afirma que se o crescimento não recomeçar, o capital sobreacumulado é desvalorizado ou destruído.

Nessa perspectiva de análise de Harvey (2011), infere-se que a lógica do capital sobreacumulado, tornando-se desvalorizado é identificada no projeto da REPRES I, em Bacabeira. Nessa mesma percepção, esse pesquisador define seis barreiras potenciais à acumulação, que terão de ser negociadas para que o capital se reproduza, dentre as quais são perceptíveis em Bacabeira a partir do projeto da Premium I:

1) insuficiente capital monetário inicial; 2) escassez da força de trabalho ou dificuldades políticas relacionadas com ela; 3) fatores de produção inadequados, incluindo os chamados limites naturais; 4) tecnologias e formas organizacionais inapropriadas; 5) resistência ou ineficácia no processo de trabalho; e 6) falta de procura apoiada em dinheiro para pagar no mercado. O bloqueio de qualquer destes pontos perturbará a continuidade do fluxo do capital e, se prolongar, acabará por produzir uma crise de desvalorização (HARVEY, 2011, p. 62).

No contexto do processo investigativo da pesquisa empírica, o “falso” discurso de desenvolvimento torna-se perceptível também nos outdoors em Bacabeira após o período eleitoral de 2010. No cenário mais recente, seguem abaixo duas peças publicitárias anunciando à população bacabeirense sobre o cancelamento definitivo do projeto da REPRES I editado no Jornal local “O Imparcial” em 2015 (FIGURA 17 e 18).

Figura 17- Retirada de outdoor sobre a REPRE I após eleições de 2010



FONTE: FELIPE KLAMP. Disponível em: <<http://comcontinuacao.blogspot.com.br/2011/04/refinaria-as-imagens-nao-mentem.html>>. Acesso em: 10 set.2014.

Figura 18- Peças publicitárias sobre o cancelamento do projeto da REPRE I



FONTE: O IMPARCIAL, 28 jan. 2015; O IMPARCIAL, 29 jan.2015.

Em nota oficial, Flávio Dino, eleito o Governador do Estado do Maranhão para o período 2015-2018 com o discurso intitulado “Governo de Todos Nós”, fez seu pronunciamento oficial sobre o cancelamento desse projeto enfatizando que:

I.O Governo do Estado lamenta profundamente que os esforços feitos pela iniciativa privada e pelo povo maranhense para garantir a instalação da Refinaria Premium I, como fator de desenvolvimento e geração de oportunidades para nossa gente, tenha apenas se transformado em um rol de notícias negativas, que envolvem antigos gestores do Governo do Estado;

II. Estamos prontos a dialogar com a Petrobrás para a retomada de investimentos no Maranhão, sendo sanados os erros técnicos do projeto original, que não são de responsabilidade do povo maranhense;

III. Seguiremos trabalhando em sintonia com o Governo Federal para que nosso Estado receba projetos que efetivamente tragam desenvolvimento para todos. (FLÁVIO DINO, 30 de Janeiro de 2015).

O ex-presidente da República, José Sarney também manifestou seu posicionamento⁵² sobre o cancelamento da Premium I:

É com grande revolta e profunda indignação que verifico como são tomadas as decisões no Brasil, esquecendo o maior dos problemas, o das desigualdades regionais. Critica-se a valer que o Maranhão é pobre, com baixos índices sociais e apontam mazelas, mas sem estrutura industrial de base, sem desenvolvimento industrial, é impossível crescer ou distribuir riquezas. Ninguém oferece solução e, quando elas surgem, acabam. Passei a vida toda defendendo esta tese e lutando contra o abandono em que a área econômica deixa o Maranhão. De Getúlio nada ficou. Juscelino veio inaugurar uma locomotiva. Jânio Quadros ainda autorizou, a meu pedido, a importação de estacas para o Porto do Itaqui. A decisão da Petrobrás de cancelar a construção da Refinaria Premium não se justifica nem o Maranhão pode pagar pela corrupção ou os desmandos que se verificam naquela empresa pública. É uma luta de 30 anos que desaparece e não tenhamos dúvida que a decisão para substituir a Refinaria de Bacabeira será ampliar as refinarias que já existem fora das regiões pobres, no Centro-Sul. É hora de protestarmos, de tornar pública nossa indignação. Unam-se o governo, as classes produtoras e o povo, sem distinção de cor política, e se levante em sua totalidade contra esse crime que atinge o Estado, o povo, mata esperanças e progresso. Embora sem mandato, nos poucos anos que me restam não silenciarei na defesa do Maranhão e no combate aos crimes contra a criação de um parque de desenvolvimento econômico em nossa região.

O prefeito de Bacabeira, Alan Linhares também expressou seu posicionamento através da seguinte nota oficial:

⁵² Pronunciamento disponível em <<http://www.josesarney.org/blog/a-refinaria-da-petrobras/>> Acesso em 22.02.2015.

A Prefeitura Municipal de Bacabeira lamenta profundamente a decisão da Petrobrás de descontinuidade do projeto da Refinaria Premium I, pois desde o início, não mediu esforços para oferecer à estatal todas as condições necessárias para a instalação do empreendimento, visando o desenvolvimento socioeconômico do município de Bacabeira, da região do Munim, do próprio estado e do país. A notícia de suspensão da instalação da refinaria pôs fim ao sonho de muitos, e aumentou a expectativa de desenvolvimento tão almejado pela população.

Portanto, é importante salientar que a Prefeitura, independente do sucesso ou não da refinaria, vinha planejando e aprimorando estratégias que possibilitassem ao município continuar gerando renda, emprego e melhorias de qualidade de vida aos cidadãos. Nesse sentido, já deu passos importantes para a instalação de projetos estruturantes formatados dentro de diretrizes de curto, médio e longo prazo e dentro de um cenário projetado até o ano de 2030.

Para a concretização dessas estratégias já buscou parcerias com o Governo do Estado, com a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA, universidades e empreendedores, para juntos desenvolverem ações visando a atração de investidores para esses projetos que vão desde a instalação de sites portuários, aeroporto de cargas, distrito industrial, centro logístico, estação rododiferroviária e uma Zona Primária de Exportação.

Assim, Bacabeira continua com o seu Plano de Desenvolvimento Econômico, propondo ser um Centro Regional Educacional e Profissionalizante, Polo Industrial Portuário e Minerador, Centro Logístico e Polo de Apicultura e Aquicultura, favorecida pela sua excelente posição geográfica e vantagens competitivas de estar na região metropolitana da grande São Luís e na baía de São Marcos, onde está inserido um dos maiores Complexos Portuários do mundo. (ALAN LINHARES, 30 de Janeiro de 2015).

Segundo o prefeito de Bacabeira, a cidade se preparou para receber o empreendimento que mudaria a vida da população, considerando que:

Na área da educação, por exemplo, fizemos convênio com a própria Petrobrás. Fizemos uma renúncia de receita, que resultou em investimento enorme na área da Educação. Hoje, para colocar isso em funcionamento, tivemos que pedir auxílio do governo. Fizemos investimentos em todas as áreas de Bacabeira. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) chegou a projetar uma rotatória elevada para facilitar o tráfego de veículos, já que a cidade, por estar no entroncamento que leva aos Lençóis Maranhenses, maior destino turístico do estado. (MARANHÃO HOJE, 2015, p. 24).

Em reação a essa decisão da Petrobrás sobre o cancelamento da Premium I no Maranhão, diversos parlamentares se mobilizam no Congresso Nacional, em Brasília, para defender o projeto através de reuniões e debates com a finalidade de retomar o mencionado investimento, e no sentido de investigar as razões pelas quais o projeto não passou da etapa de terraplanagem, ter sido adiado para 2029, e por último, ter sido cancelado. (JOSÉ SARNEY⁵³, 2015).

⁵³ SARNEY, José. O Estado do Maranhão. São Luís. 5 fev 2015. Caderno Política, p. 3

A Câmara dos Deputados aprovou a criação de uma Comissão Externa para acompanhar e fiscalizar todos os fatos relacionados ao cancelamento das construções das refinarias Premium I e II, da Petrobrás, situadas no Maranhão e Ceará, respectivamente. O colegiado foi criado no Legislativo a pedido da deputada Eliziane Gama (PPS) e do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), que subscreveram requerimento e pediram a apuração do processo de interrupção dos projetos. Após finalizar os trabalhos e elaborar um relatório, a comissão encaminhará todo o material para o Ministério Público Federal, para que este tome as providências que considerar necessárias. (JOSÉ SARNEY⁵⁴, 2015).

O prefeito Alan Linhares e o secretário de Portos, Indústria, Comércio e Meio Ambiente de Bacabeira, Silvino Ezon, defenderam a continuidade do projeto da Refinaria Premium I e buscaram apoio da classe política, por meio de carta-ofício encaminhada aos parlamentares em mandato, ao Governo de Estado e ao Ministro da Casa Civil através de notícia⁵⁵ veiculada no site da Prefeitura de Bacabeira.

A partir dessas questões compreende-se que a formação de um Estado não pode ser dissociada da gestação de um grupo responsável pela organização e pelo exercício do espaço político (REIS, 2007). No entanto, o que pode ser compreendido na realidade socioeconômica maranhense é que a gestão de um grupo político atuante desde 1965 não tem sido sinônimo de desenvolvimento social.

Nesse contexto, infere-se que por mais que oligarquias sejam legitimadas pelas eleições, não se pode negligenciar que a atuação e/ou representação desse grupo político no cenário maranhense não tem viabilizado o desenvolvimento na realidade social do estado. O discurso de desenvolvimento se contrapõe aos indicadores sociais do estado do Maranhão. Essa unidade da Federação configura um dos estados brasileiros que detém menores índices de Produto Interno Bruto (PIB) per capita, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE.

Ao longo da administração dos gestores maranhenses infere-se que a atuação do grupo político encabeçado por Sarney evidenciou a falsa ideia de “desenvolvimento”, expondo o caráter socialmente excludente do processo de

⁵⁴ SARNEY, José. O Estado do Maranhão. São Luís. 12 fev 2015. Caderno Política, p. 3

⁵⁵ Reportagem veiculada no site da Prefeitura de Bacabeira no dia 25 de fevereiro de 2015. Disponível em <<http://www.bacabeira.ma.gov.br/prefeito-alan-linhares-defende-continuidade-do-projeto-da-refinaria-premium-i-e-busca-apoio-da-classe-politica/>> Acesso em 02.03.2015

modernização, que corresponde à miséria, fome e violência, e que se torna perceptível nos indicadores sociais do estado até os dias atuais.

Os investimentos industriais têm maiores potenciais para dinamizar a economia através, por exemplo, da geração de empregos. A reestruturação produtiva da economia maranhense caracteriza-se pelo investimento na indústria, principalmente por causa do seu efeito multiplicador. Quais os efeitos quando não ocorre esse dinamismo econômico? Um dos efeitos é o modelo de desenvolvimento econômico que se configura a partir da atuação dos gestores maranhenses, através da articulação do Estado com o capital privado.

No entanto, o questionamento que se faz é o seguinte: até onde esse desenvolvimento anunciado é do Estado ou é o capital que se apropria da privilegiada cartografia maranhense? Conclui-se que o capital se apropria da estrutura produtiva e das potencialidades do estado, e associada a isso, os investimentos econômicos, de certa forma, servem de uso político-eleitoral como uma estratégia oportuna para que os gestores possam se perpetuar e continuar no exercício de suas funções.

De fato o Maranhão viveu um processo de crescimento sem orientação, sendo objeto de interesses particulares. A política no Maranhão, centrada em apenas um pólo, levava as atividades governamentais em torno de interesses de um único grupo, sem dar rumo ao conteúdo do desenvolvimento do estado. A economia do Estado também viveu, até então, centrada num processo influenciado em torno do grupo político, e os investidores/empreendedores só conseguiam viabilizar seus projetos na medida em que houvesse a participação societária, ou algo parecido, daquele grupo. Os empreendimentos tinham o tom do “Marafolia”. A sociedade civil, que poderia ser proativa e pressionar o governo, foi e é, ainda, uma sociedade não amadurecida, sem contorno definido. Foram décadas de uso político-eleitoral de empreendimentos econômicos divulgados com a mesma característica em todos eles de salvar o estado. (TSUJI, 2008, p. 04).

A partir do “Cenário e Visão de Futuro do Maranhão Grande”, a partir dos Resultados do projeto de pesquisa “O que o Maranhão quer ser quando for grande?” promovidos pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) foi indicado que:

A visão de futuro é, então, o que o Maranhão quer ser quando for grande. Sem dúvida, é um Maranhão politicamente mais democrático, com o processo de desenvolvimento ocorrendo não só na capital, mas em todo o espaço geográfico do Estado, apresentando diversos pólos sociais e econômicos no território, bem dinâmicos, havendo um controle social dos gastos públicos pela sociedade. O elemento dinamizador do desenvolvimento é a educação, especialmente dos jovens, naturalmente não excluindo a capacitação em todos os níveis, bastante voltada para o

empreendedorismo que valoriza as vocações locais e regionais. Os empreendimentos maiores aproveitam as vantagens comparativas em função do minério de ferro, alumínio, soja, espaços para a produção de produtos que resultam em biodiesel e álcool. O turismo é intenso, contando com empreendimentos nacionais e estrangeiros. O sistema de saúde está menos concentrado na capital. (TSUJI, 2008, p. 16).

O que o Maranhão quer ser quando for grande? A resposta para essa pergunta perpassa pela democracia. A sociedade não pode ser subestimada do processo de desenvolvimento, os recursos devem ser distribuídos. Os investimentos econômicos devem ser pensados em prol da qualidade de vida da população. Conforme Becker (2008) uma sociedade é mais organizada socialmente quanto mais participativa politicamente. E uma sociedade mais participativa politicamente é uma sociedade muito mais desenvolvida economicamente.

Portanto, a perspectiva do desenvolvimento com projeções de crescimento econômico representaram na realidade socioeconômica maranhense o falso “milagre” do desenvolvimento, cuja diretriz remonta ao regime militar e à “retomada do planejamento” na gestão do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, através dos Planos Plurianuais.

4 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA REFINARIA PREMIUM I DA PETROBRÁS EM BACABEIRA

Neste capítulo é analisada a caracterização socioeconômica de Bacabeira, desde a fase em que Bacabeira era um povoado de Rosário, sua emancipação e projeção como sendo a “cidade de futuro”, devido aos investimentos planejados para essa localidade. Outro ponto a ser abordado refere-se ao processo de implantação da Refinaria e sua influência, a partir de seus impactos econômicos, sociais e ambientais.

4.1 Caracterização socioeconômica de Bacabeira: povoado de Rosário, criação e “cidade de futuro”

O processo de ocupação de Bacabeira remonta à década de 1930 (FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE, 2009), quando ainda não havia estradas, e o pioneiro a fixar residência nas proximidades de um brejo foi o cearense Antonio Simão Costa. Nesse local de fixação havia abundância da palmeira bacaba e o mesmo distava, aproximadamente, 300 metros da atual BR 135. Em 1941, com a construção dessa rodovia o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) implantou acampamento nesse entroncamento para servir de apoio a essa obra de engenharia.

Esse entroncamento se tornou atrativo para as pessoas que estavam querendo se fixar nas proximidades do citado brejo, que passou a ser conhecido como Bacabeira. A denominação do nome do município de Bacabeira é um fitotopônimo (DICK, 1990), pois se remete à classificação toponímica, apresentando nome de origem vegetal, já que:

Bacabeira recebeu este nome por existir uma palmeira bacaba (*Oenocarpus bacaba*), perto do poço de água vertente, e por servir de sombra para o descanso de trabalhadores do DNER e DER responsáveis pela construção da estrada. O lugar começou a ser conhecido como Bacaba e logo depois ficou denominado Bacabeira por existir muita bacabeira no lugar. (TRAVASSOS, 1998, p. 73).

A atração populacional que o então povoado Bacabeira exerceu, o qual pertencia ao município de Rosário, resultou na instalação de um posto de táxi a fim de transportar pessoas e mercadorias rumo às outras localidades e cidades próximas. A partir disso, várias casas foram sendo instaladas, além de vendas de café, lanches, frutas e cerâmicas. Ao longo dos anos, esse povoado foi aumentando seu contingente populacional devido à dinâmica do comércio informal às margens da rodovia BR-135. Em 1993 era um aglomerado de casas que se [...] espalhava [...] ladeando as rodovias mencionadas, além de uma rua que, partindo da margem direita da BR-135 vai se interiorizando em direção ao campo de Perizes. (MARANHÃO, 1998).

O município foi elevado à condição de cidade, com a denominação de Bacabeira em 1994, pois a porção Norte do Estado do Maranhão teve sua cartografia político-administrativa alterada pela criação de novos municípios, a partir da revisão territorial, conforme a Lei Estadual nº 6.187 de 10 de novembro de 1994, precedida de um plebiscito em 1990, resultando na instituição do município de Bacabeira e de vários outros municípios. (SILVA, 2012).

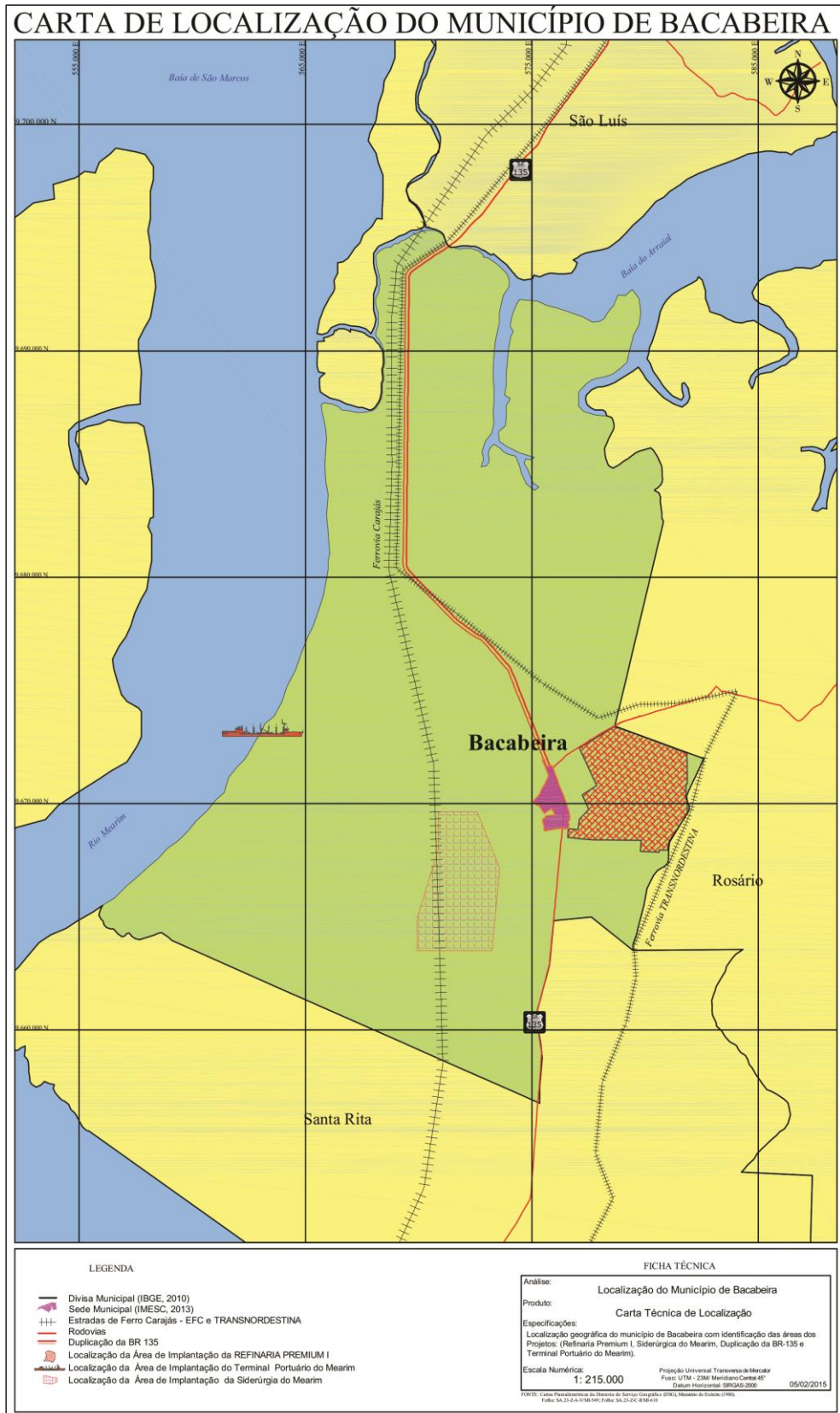
O processo de crescimento de Bacabeira após ter sido desmembrado do município de Rosário foi favorecido por novos moradores e comerciantes, a partir do incremento populacional resultando na expansão do número de residências e estabelecimentos comerciais que se espalham às margens da BR-135. No entanto, essa configuração de casas e comércios às margens dessa rodovia passa por transformações, tendo em vista a duplicação da BR-135, e conseqüentemente a desapropriação dessas pessoas das margens da rodovia.

Em Bacabeira, pode ser observado um território misto, distribuído em áreas urbanas, áreas industriais, áreas rurais e áreas de grupos sociais com baixa qualidade de vida, evidenciando o interesse do Estado em atender motivações econômicas e políticas em detrimento da distribuição de renda e condições de vida oportunizadas a toda a população. (SILVA, 2012).

Bacabeira está inserido na Amazônia Legal, na Mesorregião Geográfica do Norte Maranhense e na Microrregião Geográfica de Rosário. Ocupa uma área de 615, 586 km². Limita-se: ao Norte com o município de São Luís; a Leste com Rosário; a Oeste, com Cajapió; e ao Sul, com Santa Rita. É o município continental mais próximo da capital, São Luís, cujo acesso ocorre por meio da BR-135, o que

Ihe potencializa em termos de sediar investimentos vinculados à logística e complexo portuário (FIGURA 19).

Figura 19- Localização do município de Bacabeira



FONTE: SANTOS, Jeremias., 07/02/2015 (IMESC).

O crescimento populacional de Bacabeira foi crescente na última década, com acréscimo populacional de 4.449 pessoas sobre a população total, entre 2000 e

2010, representando 42% desse incremento (TABELA 2). A população bacabeirense é de 14.965 habitantes, resultando numa densidade demográfica de 24,25 hab/km² (IBGE, 2010).

Tabela 2- Crescimento populacional de Bacabeira

ANO	POPULAÇÃO				
	Total	Rural	% s/t	Urbana	% s/t
1996	9.601	4.916	51,2	4.685	49
2000	10.516	8.624	82,5	1.892	18
2007	14.611	11.455	78,3	3.156	21,6
2010	14.965	11.641	77,8	3.324	22,2

FONTE: Adaptado do IBGE (1996; 2000; 2007 e 2010).

Bacabeira possui dinâmica integrada à economia de São Luís, viabilizando investimentos municipais em outros setores. Com destaque os incentivos de desenvolvimento do setor industrial, sendo fomentado pela atividade de exploração mineral nas pedreiras, pois as mesmas fornecem matérias-primas básicas para as indústrias e a construção civil, sobretudo, as sediadas na capital, e consolidando esse setor econômico. (SILVA, 2012).

Por conta dos resultados de outros investimentos da iniciativa privada na região (Margusa, empresas de extração de pedra britada, etc), o PIB do município teve um aumento de 184% entre 2000 e 2010, no entanto não significa distribuição de renda e ascensão social dos bacabeirenses (TABELA 3).

Tabela 3- Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) do município de Bacabeira

Ano	PIB (preços correntes - Mil Reais)
2000	41.460
2002	52.525
2004	68.925
2006	93.147
2008	125.309
2010	117.822
2012	204.383

FONTE: Adaptado do IBGE, 2010.

Em contraponto ao PIB do município de Bacabeira, o indicador social do IDHM não cresceu na mesma proporção. No ano de 2000, o registro foi de 0,433; e

em 2010, passou para 0,629. (IBGE, 2010; PNUD, 2013). Segundo o IBGE (2010), cerca de 22,21% da população reside na zona urbana, sendo que a incidência de pobreza no município e o percentual dos que estão abaixo do nível de pobreza é de 52,24% e 39,63% respectivamente. (CORREIA FILHO, 2011).

No campo da saúde, a cidade conta com seis estabelecimentos públicos. O município não possui um sistema de esgotamento sanitário eficiente, sendo que o transporte dos efluentes domésticos e pluviais ocorrem por meio de uma rede superficial de drenagem urbana. A disposição final do lixo urbano, não é feita adequadamente em um aterro sanitário, pois os resíduos são lançados em um lixão. (CORREIA FILHO, 2011).

A pecuária, a extração vegetal, as lavouras permanente e temporária, as transferências governamentais, o setor empresarial com 58 unidades instaladas e o trabalho informal são as maiores fontes de recursos para o município de Bacabeira. (CORREIA FILHO, 2011).

O atual logotipo da Prefeitura de Bacabeira intitulado “A cidade de futuro” projeta o município como um espaço favorável a investimentos de alta produtividade. Numa perspectiva futura, o município deve estar preparado, pois um conjunto de outros empreendimentos⁵⁶ de grande porte tem sido planejado para essa área, tais como o Terminal Portuário do Mearim e a Siderúrgica do Mearim. A partir da projeção governamental, esses empreendimentos são estratégicos ao desenvolvimento do município e do estado em questão.

Para o Terminal Portuário do Mearim em Bacabeira os investimentos são de R\$ 3 bilhões e previsão de 3.600 empregos diretos e indiretos. O Terminal terá atracadouros para granéis líquidos e sólidos, além de um píer específico para cargas siderúrgicas com capacidade para atender navios de 43 a 72 mil toneladas, e mais uma área aproximada de 950 mil metros quadrados de retroporto. Já o projeto da Companhia Siderúrgica do Mearim - CSM, do grupo Aurizônia Empreendimentos, em Bacabeira, está exigindo R\$ 11,2 bilhões para se tornar realidade. O projeto inclui ainda um terminal portuário. A primeira etapa está prevista para operar em

⁵⁶ A partir das perspectivas de crescimento econômico maranhense, conforme as políticas estaduais de atração de investimentos estão projetados distritos industriais em Açailândia, com área de 500,00ha, tipificado para minerometalurgia e agroindústrias; em Bacabal, com 300,00ha, para agroindústrias, e em Bacabeira, com 200,00ha, para indústrias de grande porte – fundições, guserias, metalurgia, siderurgia etc (DOURADO, 2008).

2016 e terá capacidade para produzir 2,5 milhões de toneladas/ano de placas de aço. No terminal portuário serão investidos R\$ 3 bilhões. (MARANHÃO, 2012).

Os investimentos não influenciam apenas o município de Bacabeira, mas abrangem todos aqueles inseridos na área de influência direta e indireta desses empreendimentos. Nesse contexto, a partir do processo de implantação do projeto da Refinaria Premium I evidencia-se o crescimento dos municípios adjacentes, culminando com a inserção de Bacabeira, Rosário e Santa Rita na Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) no ano de 2013.

Quanto à inclusão de Bacabeira à RMGSL, predominou a justificativa baseada nas possíveis transformações locais decorrentes da instalação da REPRE I, cuja produção anunciada era de 600 mil barris por dia, e potencialmente produzindo efeito multiplicador nas áreas de influência do empreendimento, tais como Rosário e Santa Rita, dentre outros.

Uma das questões alegadas é de que a inclusão de novos municípios à institucionalização metropolitana responde a uma necessidade de se preparar para futuros acontecimentos que alteraram de forma brusca a configuração urbana dessas localidades e a região à qual fazem parte. (CORDEIRO; BURNETT; FERREIRA, 2013).

Nesse contexto, se sobrepõe na atuação dos gestores públicos uma articulação entre a esfera político-institucional municipal com a estadual, principalmente quando há possibilidade de aplicação de investimentos (públicos e privados) em atividades situadas nesses municípios. Essa articulação foi perceptível em relação ao projeto da Refinaria Premium I em Bacabeira, principalmente nos registros do Parecer nº 001/2008, da Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional (CORDEIRO; BURNETT; FERREIRA, 2013). Esse documento oficializa as preocupações político-institucionais favoráveis ao projeto de lei que viabilizava a inclusão de Bacabeira na RMGSL:

No presente caso, o projeto mostra-se relevante, tendo em vista, a busca de melhor infraestrutura além da integração, organização, planejamento e execução de serviços públicos de interesse comum para região, principalmente com a instalação da Siderúrgica no Município de Bacabeira que demandará uma atividade conjunta dos municípios limítrofes. (MARANHÃO, 2008, p. 16).

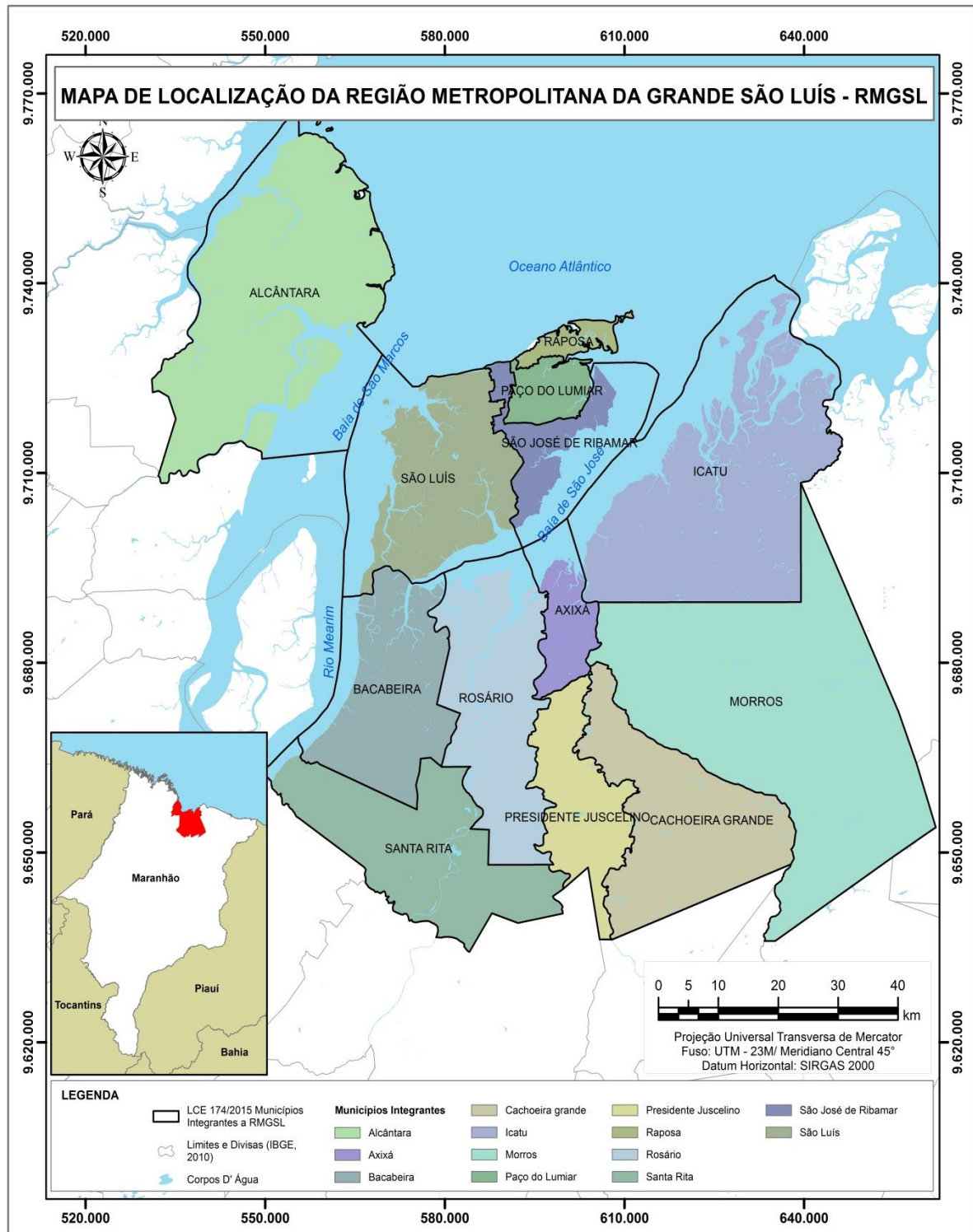
A inserção de Bacabeira na RMGSL exemplifica uma situação que, é comum haja vista que alguns políticos defendem a inclusão de outros municípios, alegando principalmente motivos pautados em estratégias de captação de recursos públicos

(CORDEIRO; BURNETT; FERREIRA, 2013), tais como o município de Santa Rita, Icatu e outros na “região” do Munim.

Ressalta-se que a nova configuração da RMGSL ocorreu após o início das obras de terraplanagem da Refinaria Premium I em Bacabeira, que projetou uma possibilidade de integração maior entre esses municípios e os quatro localizados na ilha do Maranhão. Essa integração foi viabilizada tendo em vista os equipamentos urbanos, infraestrutura, proximidade com o Distrito Industrial de São Luís, além da perspectiva dos empreendimentos econômicos orientados para essa área serem capazes de dinamizar toda a região. Sendo assim, a dinâmica econômica e crescimento horizontal das sedes desses municípios tem gerado um processo conhecido como conurbação.

No contexto atual, a Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) é composta por 13 municípios. Integram a Região Metropolitana da Grande São Luís os Municípios de Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís. Os critérios para a inserção desses municípios na RMGSL foram: I - articulação funcional entre os municípios, com contiguidade e/ou descontinuidade da mancha de ocupação (portos, aeroportos, serviços complexos, cidade dormitório, pesquisa e inovação, grandes investimentos econômicos e de infraestrutura, aterro sanitário, mananciais hídricos, etc.); II - inserção na região de influência da cidade de São Luís, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (REGIC); III - taxa de crescimento anual da população acima da média do Estado (1,52% a.a. entre 2000 e 2010); IV - existência ou necessidade de funções públicas de interesse comum; V - elevado interesse turístico, de proteção ambiental e de valorização cultural; VI - relevante movimento pendular da população para trabalho e/ou estudo. (LEI COMPLEMENTAR Nº 174, DE 25 DE MAIO DE 2015) (FIGURA 20).

Figura 20- Configuração atual da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL)



FONTE: SANTOS, Jeremias., 19/11/2015 (IMESC).

Convêm ressaltar as principais informações sobre dados populacionais, área territorial, densidade demográfica, IDHM e PIB dos municípios integrantes da RMGSL (TALELA 04).

Tabela 4- Municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís

Município	População, 2010	Área da unidade territorial (km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)	IDHM, 2010	PIB, 2012 (a preços correntes - mil reais)
Alcântara	21.851	1.457,916	14,70	0,573	89.893
Axixá	11.407	203,153	56,15	0,641	80.315
Bacabeira	14.925	615,589	24,25	0,629	204.383
Cachoeira Grande	8.446	705,645	11,97	0,537	32.849
Icatu	25.145	1.448,779	17,36	0,546	99.215
Morros	17.783	1.715, 175	10,37	0,548	69.083
Presidente Juscelino	11.541	354,696	32,54	0,563	46.766
Paço do Lumiar	105.121	122,828	855,84	0,724	406.399
Raposa	26.327	66,280	397,21	0,626	130.498
Rosário	39.576	685,036	57,77	0,632	171.871
Santa Rita	32.366	706,385	45,82	0,609	128.562
São José de Ribamar	163.045	388,371	419,82	0,708	676.030
São Luís	1.014.837	834.785	1.215,69	0,768	24.601.718

FONTE: IBGE, 2015 (Disponível em www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 2 nov/2015).

Nesse contexto, a abordagem sobre o termo “Capital Social” faz referência às instituições e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas nas comunidades e na sociedade em seu conjunto. São grupos que intervêm ativa ou passivamente na vida social, econômica e política nos municípios das regiões. Abrangem as comunidades e associações, organismos públicos, sindicatos, partidos políticos, cooperativas, empreendimentos dos grupos de poder econômico, Organizações Não-Governamentais- ONG’s, grupos de base das igrejas, e em geral, todos os agentes que sejam afetados em seus interesses e qualidade de vida pelos efeitos dos processos locais de desenvolvimento. (PASSOS, 2008).

Para tanto, é importante destacar o capital social dos municípios de Bacabeira, Santa Rita e Rosário, principalmente por causa dos investimentos planejados para Bacabeira (caso empírico) e que, conseqüentemente, influenciaram diretamente os municípios adjacentes. (TABELA 5):

Tabela 5-Mapeamento do capital social de Bacabeira, Rosário e Santa Rita.

MUNICÍPIO	ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS	CONS. DE POLÍTICAS PÚBLICAS E OUTROS ÓRGÃOS COLEGIADOS	ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
Bacabeira	Prefeitura Municipal Câmara Municipal Sec. Mun. de Meio Ambiente e Agricultura Sec. Mun. de Desenvolvimento Econômico e Social Sec. Mun. de Pesca	CEAT Cons. Municipal de Saúde Cons. Mun. de Assist. Social	Assoc. Periz de Cima STTR Assoc. Urbana de Comunicação
Rosário	Câmara Municipal Prefeitura Municipal U.R.S AGERP Sec. de Saúde AGED Banco do Brasil Sec. de Desenvolvimento	Cons. Municipal de Saúde Cons. Mun. de Assist. Social	STTR COOARO Assoc. de Peq. Prod. Rurais
Santa Rita	Prefeitura Municipal Câmara Municipal Sec. de Agricultura	Cons. Municipal de Saúde Cons. Mun. de Assist. Social	STTR Com. Quilombolas Sec. de Agricultura

FONTE: Adaptado PASSOS, 2008.

4.2 A Refinaria Premium I e seus impactos econômicos, sociais e ambientais

Uma área de 20 km², localizada no Distrito Industrial de Bacabeira (DIBAC), na rodovia MA-110, Km 1, no município de Bacabeira (60 km ao Sul de São Luís) foi destinada para a implantação da REPRES I no estado do Maranhão. Esse município foi escolhido para sediar o empreendimento por questões técnicas, posição geográfica, proximidade com o porto do Itaqui e rodovias de fácil acesso. (FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE, 2009).

A Petrobrás assinou o contrato para a construção da REPRES I com o consórcio GSF (Queiroz, Galvão, Serveng e Fidens) em 14 de julho de 2010, mas os prazos de conclusão da etapa da terraplanagem não foram cumpridos, sendo suspensos posteriormente. Em 2015, a Petrobrás cancelou o projeto, restringindo o acesso e uso da área pela comunidade bacabeirense. (FIGURA 21).

Figura 21- Sede da Refinaria, 2015; Canteiro de obras em 2012; Vista aérea da Premium em 2012.



FONTE: MARANHÃO, 2012.

O projeto de alta produtividade e capital intensivo (houve uma contrapartida de R\$ 100 milhões do Governo do Estado para realização de obras em infraestrutura e outras que garantiriam sua concretização) concernente à REPRE I foi proposto para atender a lógica econômica, porém esse empreendimento é identificado como “uma manobra lançadas às vésperas da eleição de 2010, passou a ser vista como algo para beneficiar a então governadora Roseana Sarney (PMDB) e o também peemedebista senador Edison Lobão (ex-Ministro de Minas e Energia), à época querendo uma reeleição”. (MARANHÃO HOJE, 2015, p. 22).

O decreto que viabilizaria esse projeto foi assinado por Jackson Lago em 2008. No entanto, o mesmo foi cassado em 2009 pela Justiça Eleitoral, e o projeto foi inserido no discurso de Roseana Sarney. A última projeção da Petrobrás sobre este empreendimento foi feita em outubro de 2014, quando foi incluída nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nesse período, o projeto estava previsto para os anos 2011-2014 com orçamento R\$ 1. 775. 560. 000,00 bilhão, e

após o ano de 2014, passou para R\$ 35. 511.180.000,00 bilhões. (MARANHÃO HOJE, 2015).

No contexto dos investimentos econômicos para a refinaria, o porto e a siderurgia, conforme Burnett (2012, p. 141) “o poder público tem adotado iniciativas restritas, como o planejamento municipal do uso do solo e os programas federais de capacitação de mão-de-obra”.

Em relação ao planejamento, o zoneamento⁵⁷, previsto no Plano Diretor de Bacabeira (Lei Nº 205/2007) distribui a área do município nas seguintes zonas: 1) Zonas Urbanas Diversificadas (ZUD); Zonas Urbanas de Expansão (ZUE); Zonas Urbanas Consolidadas (ZUC); Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA); Zonas Especiais de Negócios (ZEN); Zonas Rural-Urbano e Zonas Rurais. (SILVA, 2015).

Dentre essas zonas, destaca-se a área de aproximadamente 20.693 hectares destinadas à Zona Especial de Negócios (ZENs), de caráter industrial, considerando sua abrangência voltada a agronegócios, indústrias e serviços. De acordo com o Plano Diretor de Bacabeira, a “Zona Especial de Negócios - ZEN industrial 2” apresenta potencial para a instalação de indústrias de grande e médio porte, assim como, empreendimentos de apoio ao transporte intermodal com instalações de apoio logístico, cuja classificação será regulamentada através da Lei de Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo. (SILVA, 2015).

A Zona Especial de Negócios constituiu a área do Distrito Industrial de Bacabeira (DIBAC) destinada para a implantação da Refinaria Premium I. De acordo com o Art. 81 do Plano Diretor de Bacabeira (Lei Nº 205/2007), essa área é considerada de grandes equipamentos urbanos, pois alguns dos requisitos para que essas áreas impliquem em:

Empreendimentos sujeitos à apresentação de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), nos termos da legislação pertinente; empreendimentos que possibilitem a reunião ou aglomeração de mais de 500 pessoas, simultaneamente; e empreendimentos que ocupem mais de uma quadra ou quarteirão urbano.

⁵⁷ É um instrumento de dupla face: técnica, referente à informação precisa sobre o território; e política, referente à negociação entre atores. De acordo com Zacharias (2010, p. 25), zoneamento significa ordenar “zonas”, com o propósito de hierarquizar e identificar as áreas homogêneas da paisagem para o delineamento das potencialidades e restrições de seu território.

Além da preocupação com o local a ser implantada a refinaria, foi elaborado o Relatório de Monitoramento dos Impactos relacionados à implantação da Refinaria Premium I (MA) em 2012, sob a responsabilidade de uma equipe interdisciplinar da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e teve como base os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs⁵⁸).

Nesse documento destaca-se o tema “*Garantir a Sustentabilidade Ambiental*”, que teve seu conteúdo baseado nas informações e dados referente à ocupação territorial/uso e cobertura da terra dos referidos municípios, no período de 2000 a 2010, portanto, anterior ao processo de implantação do empreendimento da Refinaria Premium I, com a finalidade de subsidiar a medição de diversos indicadores principalmente, diagnosticar e analisar para posterior mitigação⁵⁹ e monitoramento dos impactos quando o projeto entrasse em operação definitiva.

A implantação da refinaria, sob a ótica do “novo projeto redentor” teve impactos diretos na cidade de Bacabeira. Esse processo urbano, de acordo com essa lógica capitalista pode ser compreendido a partir da análise de três questões:

A primeira questão consiste no novo empreendedorismo, que como elemento principal a noção de “parceria público-privada” cujo objetivo é buscar a integração dos poderes locais, novos investimentos, financiamentos, novas fontes de emprego. Ou seja, a autoridade local exerce um papel de facilitador, mediador de interesses, a fim de alcançar o desenvolvimento com as mudanças. A segunda questão é a atividade da parceria público-privada, sujeita aos riscos deste novo modo de planejar, diferente das fases antigas. Já a terceira, refere-se ao empreendedorismo, que tem como alvo a economia política do lugar mais que o território. Quando há uma melhoria no território, é para atender aos interesses econômicos, a melhoria da imagem da cidade se resume no recebimento das instalações de um novo empreendimento. A terceira questão baseia-se no novo empreendedorismo urbano se apóia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato. (HARVEY, 2005, p. 172).

As obras de adequação na BR-135/MA, no subtrecho Estiva – Entrada da BR-402 compõe os investimentos que estão acontecendo em Bacabeira, impulsionadas pela possibilidade de implantação da refinaria nesse município. Essa duplicação tornou-se prioritária, na medida em que a rodovia é a única via de acesso

⁵⁸ Informações sobre o ODM Brasil disponíveis <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 22 fev. 2015

⁵⁹ Termo que significa consiste numa intervenção humana com o intuito de reduzir ou remediar um determinado impacto ambiental, nocivo.

terrestre (entrada e saída) à capital, São Luís e demais municípios localizados na ilha do Maranhão.

Em 2012, a partir da proposta de implantação do projeto da Premium I e de suas necessidades para o escoamento da produção, a duplicação da BR-135 foi autorizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), e realizada pela mesma empresa de engenharia, a SERVENG, que esteve na etapa da terraplanagem da Refinaria em tela.

As obras da duplicação da BR-135 estão em andamento, no entanto a etapa vinculada à desapropriação de 200 famílias residentes às margens da rodovia foi realizada. Em 2015, essas famílias desocuparam a área destinada para a duplicação, pois receberam prazo de 60 dias para cumprirem a ordem.

Pelo discurso político, Bacabeira vem sendo selecionado⁶⁰ para receber empreendimentos e sua comunicação com outros municípios também tem sido modificada, através do fluxo de pessoas, investidores e corporações empresariais na reestruturação do território bacabeirense. Nesse contexto, baseado nessas mudanças estruturais de uma cidade por causa de um investimento de alta produtividade, o que se verifica é que:

Um novo sentido é atribuído às cidades. Essas não são mais lugares para se habitar, mas para exibir. As cidades são tratadas como “ambientes visuais”, como se fossem imensos videoclips publicitários [...] O consumo visual do espaço como instrumento de realização do capital faz das paisagens um novo valor de troca. É nesse sentido que as corporações empresariais tornam as cidades um grandioso acúmulo de espetáculos publicitários, onde a produção intensiva de imagens é um veículo indispensável ao sucesso dos negócios. (BARBOSA, 2002, p. 91).

A perspectiva do “moderno” e do “novo” é visualizada também nas propagandas publicitárias sobre os loteamentos residenciais dos outdoors e jornais locais. Em Bacabeira, com efeito, alguns loteamentos residenciais foram

⁶⁰ No dia 28 de agosto de 2015, o atual governador Flávio Dino assinou um memorando com tratativas para possível investimento em siderurgia no Maranhão. Através da CBStell, empresa chinesa constituída para investimentos no Brasil, investidores do setor siderúrgico buscam o Maranhão como destino de investimentos por sua capacidade logística, energética e natural. O CEO da empresa, Zhang Shengsheng, assinou novo protocolo de intenções com o Estado do Maranhão. No mês de maio, o governador do Maranhão e a empresa Beijing Huiquan Investimentos Ltda assinaram termo de cooperação (delimitação do mercado e contribuição técnico-científica bilateral) para trabalharem em conjunto. O documento foi assinado por Flávio Dino, Zhang Shengsheng e pelo secretário de Projetos Especiais, Felipe de Holanda. O prefeito de Bacabeira, Alan Linhares, e sua equipe de Governo também estiveram presentes e contribuirão no processo de consolidação do acordo (ASCOM/PREFEITURA DE BACABEIRA, 2015). Disponível no link <http://www.portaldomunim.com.br/governo-e-china-continuam-dialogo-para-realizacao-de-investimentos-no-maranhao/>. Acesso em 29 de set/2015.

divulgados para atender a demanda de moradia e comércio diante do fluxo de pessoas conforme o projetado para a localidade. Além disso, outro projeto de moradia foi a construção do Primeiro Condomínio Clube intitulado João Freitas Condomínio prontos para serem entregues no ano de 2015. É um empreendimento Cerita (Cerâmica Industrial Ita Ltda), com financiamento pela Caixa Econômica Federal e vendas na Consultoria Imobiliária Reginaldo Calvet com prestações de apartamentos a partir de R\$ 480,00 reais (FIGURA 22).

Figura 22- Peças de publicidade sobre loteamentos residenciais em Bacabeira



FONTE: Disponível em <<http://www.condominiojoaofreitas.com/>>. Acesso em: 21 fev.2015.

Enquanto algumas obras estão em andamento, outras foram abandonadas e/ou desvalorizadas, como é o caso do *Gran Solare* hotéis e resorts, que seria um hotel executivo de luxo (seria construído pela Oikos Engenharia, Propriedade Karvan Desenvolvimento Imobiliário e Administração BHG Brazil Hospitality Group). Lançado em 2012, começou a ser construído na euforia do projeto da Premium I, com 246 apartamentos, ocuparia uma área de 10.000 m². Para viabilizá-lo, a Petrobrás se comprometeu em garantir ocupação de 50% dos apartamentos. Previsto para ser inaugurado em julho de 2015, está com as obras paralisadas desde o ano de 2013 (MARANHÃO HOJE, 2015). Outros empreendimentos menores, como as quitinetes também estão desvalorizadas (FIGURA 23), assim como restaurantes, postos de gasolina e comércio em geral.

Figura 23- Quitinetes construídas; Resort abandonado; Divulgação do Gran Solare Hotéis e Resorts em Bacabeira.



FONTE: SILVA, Hellen M. P., 06/02/2015.

No cenário externo de petróleo e gás, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o setor cresceu 318% entre 1998 e 2004. Além do combustível, a cadeia produtiva do petróleo envolve a indústria de plástico, química, farmácia e fertilizantes, sendo responsável por 9% do PIB nacional. Nesse contexto, o discurso de desenvolvimento do projeto da REPRES I desencadeou uma verdadeira euforia nos diversos setores da sociedade maranhense. Entre a classe estudantil, algumas instituições de ensino promoveram e organizaram cursos na linha de Petróleo e Gás, que foram oferecidos, tanto a estudantes do nível superior quanto de nível técnico e profissionalizante.

A principal instituição que se destacou na oferta desse curso foi o Centro Universitário do Maranhão (UNICEUMA), ofertando a primeira turma de Nível Superior de Engenharia de Petróleo, a partir de perspectivas anunciadas do governo

federal em recepcionar o projeto de refino do petróleo no estado, além da iniciativa na formação de mão-de-obra para trabalhar nas descobertas das jazidas de gás no município de Capinzal do Norte e proposta de implantação da Refinaria Premium I, em Bacabeira. Segundo a meta institucional, o objetivo é formar profissionais capacitados para trabalhar nas indústrias, que seriam atraídas pelo efeito multiplicador vislumbrado.

Geralmente os alunos do Curso de Engenharia de Petróleo se inscrevem nesse curso porque realmente gostam da área. Esse curso possui cinco turmas, sendo três turmas no período vespertino e duas turmas no período noturno (Sérgio Silva, coordenador do Curso de Engenharia de Petróleo do CEUMA-Campus Renascença).

O Instituto Florence de Ensino (FLORENCE) formou três turmas do Curso de Petróleo e Gás, porém teve que cancelar a oferta das aulas do curso por causa da descontinuidade do projeto pela Petrobrás.

Em formação de nível técnico, o CEMP formou apenas uma turma de Gás e Petróleo. Alguns alunos egressos dessa primeira turma receberam propostas de emprego para trabalhar em Santo Antônio dos Lopes⁶¹ por causa da descoberta da potencialidade em gerar energia termelétrica a gás natural na região (DEISE LISBOA, coordenadora do Centro de Ensino Médio Profissionalizante-CEMP-Unidade Rua do Passeio).

Já no nível profissionalizante, o Curso Soft Informática (SI) em São Luís (MA) disponibiliza vagas em diversas áreas, dentre as quais se destacam o setor de Petróleo e Gás, Açúcar e Álcool e Mineração. Essas aulas acontecem com um professor monitor em sala de aula para auxiliar o aluno, porém as aulas são ministradas por um programa de computador.

Segundo a perspectiva de Harvey (2011, p. 41) “até o Estado pode atuar como um capitalista quando, por exemplo, utiliza as receitas fiscais para investir em infraestruturas que estimulam o crescimento e geram mais receitas em impostos”. Dentre as principais motivações governamentais para instalação dessa refinaria, pode ser mencionado, o potencial logístico de acesso ao mercado nacional e internacional (rodovias, ferrovias e instalações portuárias), acesso aos insumos primários com infraestrutura portuária adequada para recebimento de navios de petróleo, potencial de acesso marítimo e terrestre, além do potencial de crescimento econômico.

⁶¹ UTE Parnaíba – Termelétrica (MPX Energia e Petra Energia), que é uma usina a gás natural, com capacidade de 1863 MW, investimento de R\$ 4 bilhões, com 3.700 empregos na fase de construção e 480 na fase de operação (MARANHÃO, 2010).

Para Harvey (2011, p. 52) “o nexa entre o Estado e as finanças há muito que tem funcionado como o sistema nervoso central da acumulação do capital”. Nesse contexto, evidencia-se a principal justificativa para sediar o investimento no município de Bacabeira, que corresponde ao fator econômico, pois seria o lugar que mais traria retorno financeiro para o mesmo. (FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE, 2009).

Além das vantagens consideráveis no cenário do comércio nacional e internacional, se evidencia também a “chantagem da localização”. Nesse sentido, os grandes empreendimentos se sobrepõem no espaço favorecidos pela lógica do mercado e pelo posicionamento do estado, na figura dos gestores públicos que atraem investimentos realizando a chantagem locacional através da flexibilização das leis trabalhistas e fiscais, dentre tantas outras vantagens logísticas. (ACSERALD; HERCULANO; PÁDUA, 2004).

Em contraponto à divulgação realizada pelo modelo de desenvolvimento econômico do estado do Maranhão e pelos discursos dos gestores públicos de que o investimento promoveria o desenvolvimento social, a análise do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos pontua que a experiência brasileira revela que a instalação de refinarias está relacionada a uma grande elevação da renda per capita, mas não cria, por si só as condições para a distribuição da renda e das oportunidades.

A partir de como se configura o modelo de desenvolvimento econômico do estado do Maranhão, com estratégia de articular interesses políticos, ideológicos e econômicos, cujo exemplo empírico é o da REPRE I, constata-se a ponderação do geógrafo David Harvey (2011, p. 52) o qual aponta que “o nexa entre o Estado e as finanças possui todas as características de uma instituição feudal, cheia de intrigas e de passagens secretas, exercendo um poder estranho e totalmente não democrático não só sobre o modo como o capital circula e se acumula, mas também sobre todos os aspectos da vida social”.

O Governo do Estado do Maranhão, assim, cedeu o terreno em Bacabeira para a construção dessa refinaria, além de ter viabilizado a transferência gratuita da propriedade à Petrobrás. As obras e serviços de terraplanagem foram iniciados, no entanto os povoados localizados próximos da refinaria sofreram impactos e insatisfações quanto ao processo de litígio da terra e modo de vida e cultura, tais como os de Santa Quitéria, Salva Terra I, Salva Terra II, dentre outros.

Quanto aos empregos anunciados que seriam gerados, convém ressaltar que seria um número muito inferior ao envolvido no processo de implantação da refinaria. Conforme dados fornecidos pela Engenharia da Petrobrás em novembro de 2011, a mão de obra utilizada na etapa de terraplanagem foi de 30% de Bacabeira, 25% de Rosário, 9% de Santa Rita e 15% de São Luís (SILVA, 2014). O restante era oriundo de outros estados, pois nenhum município do interior do Maranhão teria a mão-de-obra completa para atender a demanda de um mega investimento como esse.

Os efeitos do processo de implantação da citada Refinaria no âmbito do trabalho foram registrados por Silva (2014, p. 178), a partir de entrevistas com trabalhadores no povoado Santa Quitéria, onde 26% estiveram ligados ao setor de serviços (proposta diretamente ou indiretamente ligadas ao empreendimento), inclusive contabilizando os 6% que estavam desempregados, foram inseridos na obra de terraplanagem, com carteiras assinadas e que atualmente, retornaram para a informalidade.

No povoado Santa Quitéria foi constatado conforme Silva (2014, p. 180) que “82% dos moradores entrevistados afirmaram que o modo de vida piorou, pois não podiam plantar, o custo de vida tinha aumentado e a especulação imobiliária tinha crescido”. Foi perceptível que o litígio da terra foi a grande questão, pois por causa do processo de implantação da refinaria não podiam melhorar as condições de suas moradias, não podiam mais plantar e, portanto, manter o mínimo de condições dignas de sobrevivência, eles se manifestaram quantos aos efeitos da refinaria nos seus modos de viver e trabalhar (SILVA, 2014). Tal fato não é novo, pois:

Existem todos os tipos de truques para o grande capital expulsar o pequeno (uma regulamentação particularmente pesada para as pequenas empresas desemboca numa maior concentração do capital). A expropriação de pequenos operadores (comércio local ou explorações agrícolas familiares) para abrir espaço a grandes empresas (cadeias de supermercados e indústria agroalimentar), muitas vezes com o apoio de mecanismos de crédito (HARVEY, 2011, p. 64).

Conforme Silva (2014, p. 144), “Salva Terra foi o primeiro povoado em Rosário-MA a ser atingido diretamente pela implantação da refinaria. Considerando a desapropriação da terra, seguida de doação para a implantação do projeto, os moradores foram expulsos de suas terras com a anuência do estado”. No caso de Salva Terra II, é possível verificar que, apesar da resistência buscada por parte de

seus moradores, não foi possível evitar o deslocamento compulsório (SANT'ANA JÚNIOR; MENDONÇA, RIBEIRO, RABELO, 2013). Segundo depoimento do Presidente da Associação de Moradores de Bacabeira, os habitantes dessa área estão estabelecidos, atualmente, em terrenos próprios, com casas novas construídas e infraestrutura necessária para que tenham qualidade de vida.

A ação do Estado, seja pelas consequências das atividades econômicas voltadas à acumulação de capital, a sustentabilidade das práticas de reprodução material e simbólica de diferentes populações está ameaçada, sendo que seu deslocamento ou a remoção desses grupos significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localização, com condições físicas diferentes, não permite a retomada dos modos de vida nos locais de origem, sem contar o desmoronamento da memória e da identidade centrais nos lugares. Assim, as comunidades perdem literalmente a base material e simbólica dos seus modos de socialização com a sua desestruturação. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Com a suspensão no início de 2015, por determinação da empresa, das obras e serviços de terraplanagem, diversos empresários desistiram de seus investimentos em Bacabeira, pois registraram prejuízos e/ou não estavam dispostos a esperar os prazos estipulados para que o projeto entrasse em funcionamento.

O discurso de desenvolvimento em torno do projeto foi intenso e causou repercussão em toda a sociedade (universitários, gestores públicos, trabalhadores rurais, pescadores, moradores bacabeirenses). Tendo em vista esse discurso, o período entre 2011-2012 foi marcado por intensa especulação imobiliária e fluxos de pessoas de outras cidades nas áreas de influência do empreendimento (Bacabeira, Rosário e Santa Rita).

No entanto, a indefinição quanto ao cumprimento dos prazos e início de funcionamento do empreendimento na localidade causaram reações na sociedade, principalmente no empresariado. No período entre os anos 2012-2013 em que as obras e serviços de terraplanagem estavam paralisados, diversos empresários e/ou investidores foram abandonando seus projetos por causa do longo período em que as obras e serviços ficaram suspensos, conforme a publicação na manchete do Jornal Pequeno (FIGURA 24 e 25).

Figura 24- Manchete sobre reação de empresários em Bacabeira



FONTE: JORNAL PEQUENO, 24 mar. 2013.

Figura 25- Lojas comerciais e quitinetes disponíveis para aluguel em Perizes de Baixo



FONTE: SILVA, Hellen M. P., 06/02/2015.

O capital tem seus riscos, sendo perceptíveis os diversos investimentos realizados por empresários visando ao crescimento profissional do negócio, mas que tiveram prejuízos desde a fase de suspensão dos serviços de terraplanagem da Premium I. Neste caso, tem-se que:

Os gestores municipais incentivaram a expansão dos negócios dizendo que era para a gente investir o que a gente tinha e o que a gente não tinha, pois a demanda da refinaria seria muito grande (JOEL M. SILVA, 40 anos, empresário e proprietário de restaurante em Bacabeira).

Eu conheço terreno que foi vendido por R\$ 500.000 reais. Hoje, não acha R\$ 100.000 reais. Muita gente investiu e perdeu dinheiro (HELBER MICHEL DUARTE RAMOS, Presidente da Associação de Moradores de Bacabeira).

Muitos investiram na compra de terrenos, o que levou os terrenos a ficarem valorizados. Por outro lado, outras pessoas perderam muito também, tendo prejuízos, principalmente as pessoas que ainda não tem terra e querem ganhar um pedaço de terra para poder produzir e plantar (JAYRES SOUSA, 27 anos, natural de Bacabeira).

A partir da realidade empírica de Bacabeira, Harvey (2011) torna-se esclarecedor quando ressalta que o capital desvalorizado pode existir sob muitas formas: fábricas desertas e abandonadas, escritórios e estabelecimentos comerciais vazios, mercadorias excedentárias que não se consegue vender, dinheiro imobilizado que não se rende valores em queda de ações e obrigações, de terra, de propriedades, de objetos de arte etc.

Diante do exposto, torna-se necessário compreender a resposta que a empresa ofereceu em referência aos custos orçamentários do projeto da Premium em Bacabeira frente às atividades de exploração da Petrobrás. Em reportagem divulgada na revista Maranhão Hoje (Edição nº 23 de fevereiro de 2015), a Petrobrás prestou os seguintes esclarecimentos sobre o investimento da Refinaria Premium I:

Os custos englobam, além da terraplanagem, a construção de canais perimetrais, canteiros de obras e pontes de acesso, licenças de tecnologia adquiridas para a construção das unidades, os projetos básicos, o pré-detalhamento com definição de quantitativos, estudos ambientais, análises do canal do rio Mearim, monitoramento do ruído, levantamento, captura e reintrodução de fauna, cadastramento florestal, compensação ambiental para o Maranhão, convênio com a Prefeitura de Bacabeira, realização de audiências públicas, treinamento de mão-de-obra local, estabelecimento de escritórios em São Luís, salários de empregados da Petrobrás, transporte e hospedagem de equipes, obras da subestação de Energia Elétrica para recebimento de Linha de Transmissão, estudos de projetos para a interligação com a rede elétrica (MARANHÃO HOJE, 2015, p. 24).

Sendo assim, em resposta ao cancelamento do projeto, os impactos negativos e positivos, a partir da perspectiva do “deslocamento” e da “espera” tornam-se perceptíveis nos depoimentos abaixo.

Em Bacabeira, o grande impacto que houve foi a especulação imobiliária. Com a vinda da refinaria, um terreno que a gente conseguia comprar por R\$ 2.000 reais passou de imediato para R\$ 10.000 reais (um lote pequeno). Então, até hoje em Bacabeira você não consegue comprar um lote por menos de R\$ 15.000 reais ou 20.000 reais. Na sede do município, um lote de 10 por 20 custa hoje em dia R\$ 25.000reais, sendo que antes da refinaria, há 10 anos atrás custava R\$ 2.000, 3.000 reais ou 5.000 reais no máximo. Aqui em Perizes de Baixo não foi diferente, inclusive quando a gente começou com a duplicação da BR-135 todo mundo teve que se deslocar também e um grande problema que nós enfrentamos foi de conseguir um terreno (a gente ainda sofreu o impacto da refinaria) porque mesmo depois de saber que a refinaria não viria mais, os preços não

baixaram. Quem colocou uma placa de venda de R\$ 15.000 reais num terreno continuou querendo os R\$ 15.000 reais. Então, com isso, todo mundo que precisou se deslocar da BR por causa da duplicação, recebeu somente pelo valor da benfeitoria feita na casa. Com o valor do imóvel, elas tiveram que comprar o terreno para construir sua nova casa. Eu tenho como impacto negativo da refinaria esse problema de especulação imobiliária de terrenos que ficaram a preços absurdos, surreais para a realidade da comunidade, do município. Um ponto negativo foi porque a refinaria foi embora, foi só politicagem, a marginalidade aumentou porque a população cresceu (HELBER MICHEL DUARTE RAMOS, Presidente da Associação de Bacabeira).

Por causa da vinda da refinaria, eles apressaram a duplicação. Um ponto negativo maior que eu achei foi porque a rodovia é um local bom de comércio. As pessoas colocavam uma bananinha na sua porta e já era o sustento delas, podia ter certeza que elas iam vender, era um café para as pessoas que estavam passando. Tudo que botava vendia e as pessoas tiveram que se retirar da BR e muitos foram para áreas que não tem possibilidade de comércio (MADALENA PAIVA, 57 anos).

Com a vinda da refinaria, a Prefeitura reorganizou o Plano Diretor. A área da refinaria não era industrial. Mudou de classe urbana para área industrial (HELBER MICHEL DUARTE RAMOS, Presidente da Associação de Bacabeira).

Quanto aos impactos positivos, são destacados os seguintes depoimentos:

Eu moro aqui faz 35 anos na beira da BR. Achei muito bom a promessa da refinaria porque pelo menos eles tiveram que correr com a duplicação da BR. Foi bom porque eu saí de lá, a casa era velha e eu já vim para a outra casa nova, tinha muita poeira lá, não tinha mais condições para mim, o barulho dos caminhões era muito grande, era um sacrifício atravessar a BR (MARCELINA MORAES, 75 anos, aposentada, moradora de Perizes de Baixo, Bacabeira).

Mas, de certa forma, durante o período da refinaria eu vejo como um lado positivo, que com isso, o município em si conseguiu tomar notoriedade. Tem o projeto do Porto e da Siderúrgica, outras empresas passaram a enxergar Bacabeira. O município conseguiu arrecadar alguma coisa que deixou como legado alguns benefícios, pois para a refinaria ser instalada aqui teve um acordo com a Prefeitura de Bacabeira de redução de 5% (ISS⁶² local) para 2,5% de ISS e isenção de IPTU por 20 anos. A arrecadação do município foi muito grande, com frente de serviços enorme. Além disso, tiveram 30 milhões de reais em benefícios para o município. Então, foram construídas pela Petrobrás 5 escolas bem estruturadas. Todas com quadras poliesportivas e mobiliadas. Além das 5 escolas, 3 creches e 1 centro de capacitação. Tudo isso com esses 30 milhões. Existe. Já está no município. Aqui em Perizes de Baixo tem 1 escola e 1 creche, em Perizes de Cima tem 1 creche, na sede do município foi feito 1 escola, 1 creche e 1 centro de capacitação. Além disso, as duas restantes estão em fase de conclusão: uma em São Pedro e outra na Gameleira. Tudo isso foi feito pela Petrobrás. Então, de certa forma deixou um legado no meu ponto de vista (HELBER MICHEL DUARTE RAMOS, Presidente da Associação de Bacabeira).

⁶² Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)

A partir do depoimento abaixo pode ser feita alusão ao que Harvey (2005) analisa sobre o fato do estado do Maranhão estar inserido no contexto do capitalismo neoliberal, seguindo a política desenvolvida no âmbito federal, adotando uma política de investimentos industriais, visando atrair o capital privado nacional e internacional em troca de vantagens fiscais e mão de obra barata, rotulada de desqualificada.

Eu trabalhei em 2011-2013 na função de estoquista. As obras foram suspensas pela empresa por causa das chuvas. Eram 1.800 trabalhadores em apenas um turno, sendo que eram 2.000 refeições por dia. Os impactos foram muito grandes, pois vários animais morreram e várias peças foram encontradas na área também (referindo-se aos sítios arqueológicos⁶³). A maioria dos trabalhadores foram contratados para serviços “pesados” na obra. (JAYRES DE JESUS SOUSA, 27 anos, natural de Bacabeira, trabalhava no Setor de Estoque de Alimentos).

Quantos aos impactos ambientais, é importante ser destacado que na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente⁶⁴ e o Desenvolvimento – CNUMAD (Eco-92) foi articulado um novo modelo que deveria ser construído a partir do tripé economia-ecologia-equidade social. No entanto, conforme Zhouri e Laschefski (2010), o discurso sobre desenvolvimento sustentável foi apropriado, nesse contexto, em um sentido diferente daquele pretendido pela luta dos “povos da floresta” e de seus apoiadores. Para esses últimos, os modos de vida dos grupos locais – incluindo apropriação material e simbólica da natureza – representavam um contraponto ao modo de vida da sociedade urbana-industrial que, a partir desse ponto de vista, não poderia ter continuidade na trilha do desenvolvimento, tendo em vista a sua insustentabilidade.

⁶³ Ao longo de 172 dias de atividades ininterruptas de escavações e pesquisas, promovidas por uma equipe de 15 arqueólogos nos sítios “Rabo de Porco I” e “Mangueiras”, foram coletadas mais de 19 mil peças arqueológicas, como fragmentos cerâmicos, objetos líticos, louças históricas, vidros, materiais construtivos e carvão, em especial ferramentas feitas de pedra lascada, utilizadas para cortar, raspar e perfurar. Além desse material, há na coleção centenas de peças relativas ao período de ocupação europeia, principalmente manufaturados trazidos por portugueses, franceses e holandeses. Nas atividades de resgate arqueológico foram contabilizadas 10.622 evidências arqueológicas no sítio “Rabo de Porco I” e 8.408 evidências arqueológicas no sítio “Mangueiras”, distribuídas entre materiais cerâmicos, líticos, louças históricas, vidros, material construtivo, carvão, entre outros (PETROBRÁS, 2012).

⁶⁴ Desde meados do século XX, a questão ambiental ganha cada vez mais destaque, pois está vinculada à condição de ser no mundo. A questão ambiental é fundamental à existência humana, pois é do ambiente que provém a base material de reprodução de diversas formas de vida. É do ambiente que são extraídos os recursos para produção do abrigo, alimento, artefatos técnicos, vestuário, entre tantas coisas necessárias à manutenção de vida, qualquer que seja a forma de organização social que os humanos estabeleceram ao longo de milhares de anos de presença no planeta (RIBEIRO, 2010).

Em contraponto a essa visão, a perspectiva política que se consolidou fez emergir o paradigma da participação na gestão ambiental e social com o objetivo de conciliar os interesses econômicos, ambientais, e sociais e, assim, “moldar” o modelo clássico de desenvolvimento. Assim, emergiram as ações de prevenção de impactos ambientais através de meios técnicos ou, nos casos em que isso não fosse possível, a adoção de medidas de mitigação e de compensação para os danos ambientais. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

A questão do desenvolvimento não pode ficar atrelada apenas no nível do discurso, deve ir além desses horizontes, pois as experiências empíricas no estado coloca em dúvida o fato da industrialização ser levantada como solução maior para o problema do desenvolvimento e das disparidades regionais. (CANO, 1985).

No âmbito do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) foram retomados grandes projetos de infraestrutura, como hidrelétricas, hidrovias, portos, entre outros ao longo dos antigos eixos de desenvolvimento, dessa vez com a perspectiva da “inclusão internacional” da nação ao mercado global. Observam-se que os ganhos ambientais, como o Código Florestal, o licenciamento ambiental, as propostas de realização de zoneamento ecológicos e econômicos (ZEEs) e o direito de grupos indígenas, quilombolas e povos tradicionais ancorados na Constituição de 1988, tem sido considerados como entraves ao desenvolvimento. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Nesse contexto de ser considerado entrave ao desenvolvimento de um projeto de alta produtividade, e a partir de estudos de pesquisadores torna-se perceptível que a Refinaria Premium I requer em termos de análise a articulação de duas lógicas. A primeira é a lógica do empreendimento, que faz intensas intervenções sociais e ambientais no território concebendo-o como suporte e possibilidade de uso; e a segunda é a lógica dos grupos locais, que percebem o território como fonte de sua reprodução social e simbólica. (SANT’ANA JÚNIOR; MENDONÇA; RIBEIRO; RABELO, 2013).

A questão ambiental estabelece a necessidade de introduzir reformas democráticas no Estado⁶⁵, de incorporar normas ecológicas ao processo econômico e de criar novas técnicas para controlar os efeitos contaminantes e dissolver as

⁶⁵ A Constituição do Brasil de 1988 e estadual do Maranhão, de 1989, legitima que todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, que deve ser bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as atuais e futuras gerações.

externalidades socioambientais geradas pela lógica do capital. Ou seja, o desafio é conciliar desenvolvimento com a conservação ambiental. (LEFF, 2001).

Diante do caso empírico da Refinaria Premium I em Bacabeira, os trabalhos realizados foram de terraplanagens, de acesso e drenagem na área destinada para a implantação da refinaria. Além de atividades de campo, laboratório de análise e curadoria da cultura material escavada, além de processamento de dados e pesquisa de fontes históricas sobre a região. Com a descontinuidade do projeto, a área encontra-se desmatada e de uso restrito à comunidade.

Convém ressaltar, que o município de Bacabeira está inserido na unidade de conservação estadual da Área de Proteção Ambiental Upaon-Açú/Miritiba/Alto do rio Preguiças, que está localizada no Litoral Oriental e Golfão Maranhense. Essa UC é intitulada de uso sustentável⁶⁶, criada em 1992. Essa unidade de conservação abrange 24 municípios, dentre os quais: Axixá, Apicum-Açu, Bacabeira, Barreirinhas, Belágua, Cachoeira Grande, Humberto de Campos, Icatu, Morros, Paço do Lumiar, Presidente Juscelino, Primeira Cruz, Raposa, Rosário, Santa Quitéria do Maranhão⁶⁷, Santa Rita, Santo Amaro do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, São José de Ribamar, São Luís, Tutóia e Urbano Santos.

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Upaon-Açú/Miritiba/Alto do rio Preguiças abrange a superfície territorial de São Luís (37,8%), Bacabeira (44,7%), Rosário (100,0%) e Santa Rita (55,5%). (LIMA et al, 2012). Ou seja, são áreas que devem ser preservadas, tendo em vista os impactos ambientais das mais diversas origens (humana, industrial, agricultura, dentre outros) a que estão suscetíveis.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) anunciou a conclusão do Plano de Manejo⁶⁸ da Área de Proteção Ambiental Upaon-Açú/Miritiba/Alto Preguiças em junho de 2014. O Plano de Manejo foi elaborado pela Tramitty Serviços Ltda, empresa responsável pela elaboração do documento e

⁶⁶ São áreas naturais legalmente constituídas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) com o objetivo de compatibilizar o uso sustentável dos recursos naturais locais e a conservação da natureza.

⁶⁷ Refere-se ao município que está a 350 km da capital São Luís. Está localizado na Mesorregião do Leste Maranhense e Microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense.

⁶⁸ É um instrumento de gestão da unidade de conservação que tem como objetivos ordenar e disciplinar o uso dos seus recursos naturais. Informações sobre o Plano de Manejo (PORTAL ICMBIO). A Lei Nº 9.985/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) define o Plano de Manejo como um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos de gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais (PORTAL ICMBIO, 2015).

detalhamento do uso e ocupação de todas as áreas dos municípios que compõe essa unidade de conservação.

No âmbito das unidades de conservação municipais, a SEMA contratou, através de licitação, a empresa de consultoria Tramitty⁶⁹ Serviços Ltda para elaborar também um relatório sobre a criação⁷⁰ de três unidades de conservação no município de Bacabeira, a fim de fortalecer o Sistema Municipal de Unidades de Conservação (SMUC).

Esse relatório foi elaborado no período de junho/2013 a maio/2014 para prestar serviços de assessoramento técnico especializado à gestão e à execução dos recursos do Fundo Estadual de Compensação Ambiental (FEUC), a partir das deliberações da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA).

Esse documento foi resultado da compensação⁷¹ ambiental da Petrobrás, estabelecido pela SEMA visando ao cumprimento da legislação ambiental, contendo um conjunto de informações de caráter socioeconômico e diagnóstico geoambiental sobre as três áreas selecionadas como prioritárias para a criação de unidades de conservação municipais em Bacabeira.

O artigo 36 da Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) determina que:

Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamentos em estudos de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a instalação e manutenção de unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral. (BRASIL, 2000, p.1).

O órgão ambiental licenciador (SEMA) deve estabelecer, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento, o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor (Petrobrás). Esse processo configura a compensação ambiental, delimitado pelas determinações do Direito Ambiental brasileiro. Os pontos principais sobre a compensação ambiental correspondem:

⁶⁹ Empresa contratada pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Maranhão para elaborar o Relatório Final sobre a criação de unidades de conservação no município de Bacabeira-MA.

⁷⁰ Convém ressaltar, que a criação dessas unidades de conservação foram indicadas desde o ano de 2007, através do Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico do Município de Bacabeira (Lei Municipal nº 205 de 14 de junho de 2007).

⁷¹ É legitimado pelo Direito Ambiental Brasileiro, sendo uma contribuição financeira que aplica o usuário-pagador de modo que o empreendedor deve efetuar independente de culpa (CHIUVITE, 2010). O órgão ambiental licenciador (SEMA) deve estabelecer, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento, o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor (Petrobrás).

Situação da atividade a ser desenvolvida: empreendimento que causa significativo impacto ambiental negativo identificado pelo órgão ambiental competente após a análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Como regra geral, o empreendedor é obrigado a apoiar a instalação/manutenção de Unidades de Conservação do Grupo de Proteção Integral. Pelo *caput* do art. 36, apenas as unidades de Proteção Integral seriam beneficiadas (CHIUVITE, 2010, p. 145).

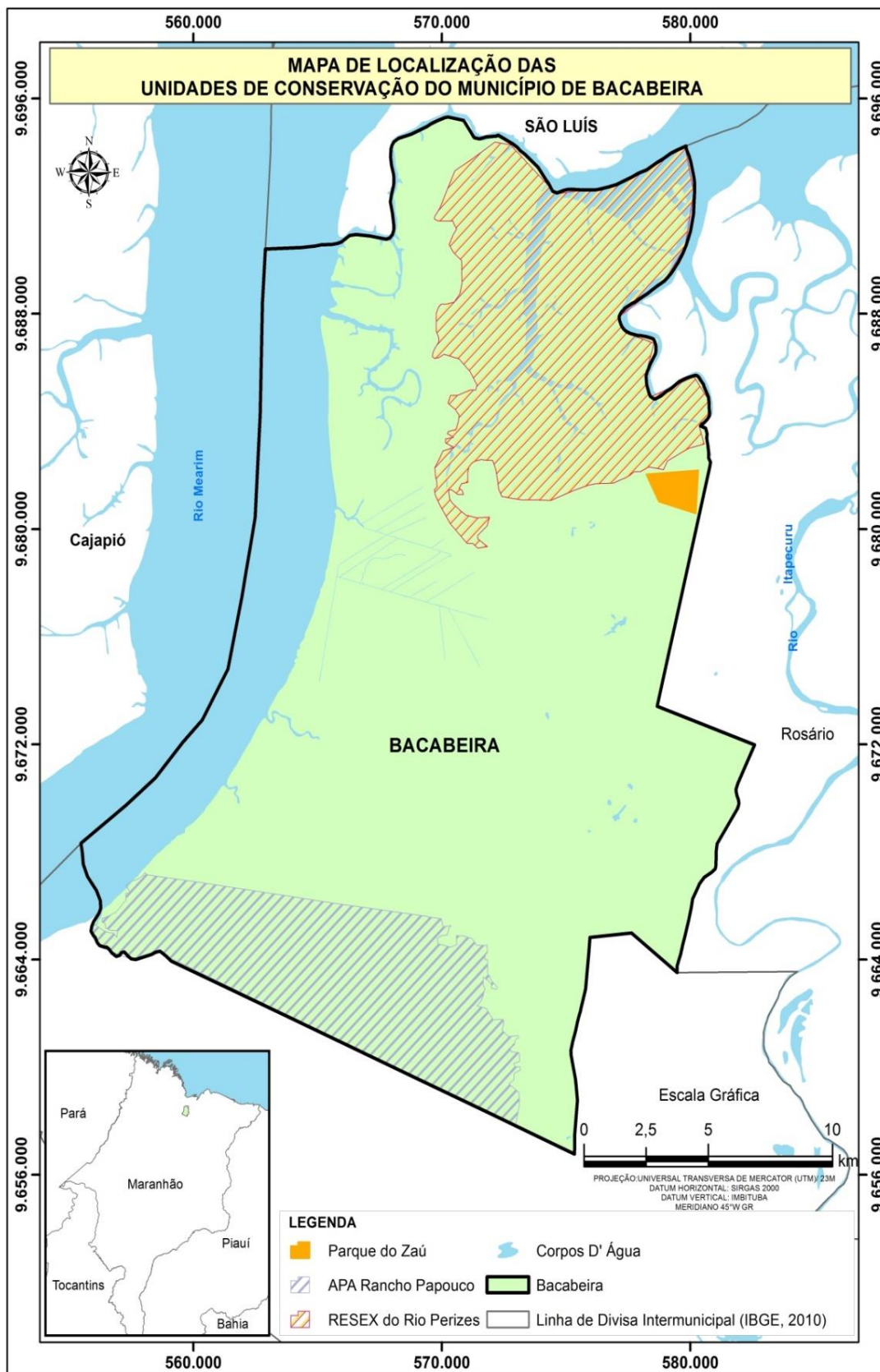
Segundo essa perspectiva, é o órgão ambiental licenciador que define as unidades que seriam beneficiadas (mediante proposta do Estudo de Impacto Ambiental - EIA, ouvindo o empreendedor), determinando, até mesmo criação de novas unidades. É importante destacar que a compensação⁷² ambiental é uma contribuição financeira que aplica o usuário-pagador de modo que o empreendedor deve efetuar independente de culpa. (CHIUVITE, 2010).

A constituição de uma racionalidade ambiental e a transição para um futuro sustentável exigem mudanças sociais que transcendem o confronto de entre duas lógicas (econômico-ecológica) opostas. É um processo político que mobiliza a transformação de ideologias teóricas, instituições políticas, funções governamentais, normas jurídicas e valores culturais de uma sociedade; que se insere na rede de interesses de classes, grupos e indivíduos que mobilizam as mudanças históricas, transformando os princípios que regem a organização social. (LEFF, 2001).

O processo de compensação ambiental da Petrobrás, que ilustra esse princípio da racionalidade ambiental, além de uma forma de medida compensatória pelo cancelamento do projeto no Maranhão, selecionou as seguintes áreas no município de Bacabeira, a partir das conclusões e recomendações da Tramitty Ltda/SEMA, sendo que o objetivo era o fortalecimento dessas unidades de conservação. Esse documento criou as seguintes unidades de conservação: Parque Municipal do Zaú; Área de Proteção Ambiental do Rancho Papouco; e Reserva Extrativista do Rio Perizes (FIGURA 26).

⁷²De início, tratou do tema a Resolução CONAMA 002/96, hoje substituída pela Resolução CONAMA 371/06. No entanto, o decreto regulamentador da Lei 9.985/00 – Decreto 4.340/02, com redação do Decreto 5.566/05 e mais recentemente do Decreto 6.848, de 14 de maio de 2009, tratou especificamente da compensação ambiental nos artigos 31, 31-A, 31-B, 32 e 33 (CHIUVITE, 2010).

Figura 26- Unidades de Conservação de Bacabeira- MA



FONTE: SANTOS, Jeremias., 02/09/2015 (IMESC).

5 CONCLUSÃO

Os investimentos econômicos abordados nesta pesquisa estão inseridos no contexto de expansão capitalista maranhense, que organiza e (re) organiza os espaços sob a lógica do desenvolvimento local, regional e transnacional. A quem esses projetos econômicos beneficiam? Esses projetos de desenvolvimento caracterizam o privilégio de grupos dominantes que além de beneficiarem, se perpetuam no poder legitimado pelas urnas, com finalidade de atrelar o Estado aos interesses privados. Ou seja, são projetos que atendem interesses econômicos em detrimentos dos interesses sociais.

O discurso de desenvolvimento que evidencia o “novo”, o “moderno”, o “industrial”, que se contrapõe ao “tradicional” e “atrasado” foi perpetuado pelas práticas discursivas na gestão de José Sarney e nos resultados das ações de seu governo, e que foram consolidadas desde os anos 1966/1970 delimitando as bases para a entrada de capital de maneira mais organizada e intensiva, de maneira que houvesse articulação a nível global e local.

O processo de reestruturação produtiva no território maranhense, a partir da atuação dos gestores públicos abrindo espaço ao capital financeiro, expansão das infraestruturas econômicas modernas e nova ênfase na indústria priorizam o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social e da qualidade ambiental das localidades em que esses projetos aconteceriam. No entanto, o discurso em torno desses investimentos econômicos deve, de fato e de verdade, promover a mudança nas estruturas sociais do estado.

Nesse contexto, tornar-se importante considerar outras racionalidades e estratégias de desenvolvimento que visem principalmente à justiça social, a conservação/preservação dos recursos naturais e, conseqüentemente a qualidade de vida da população. As decisões relativas à localização e às implicações socioambientais e sanitárias dos projetos econômicos devem ser democratizadas, onde sejam consideradas as particularidades ambientais, sociais e culturais. A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender as disparidades entre o discurso de “desenvolvimento” e o de crescimento sem igualdade social, que na prática se consolida.

Convém ressaltar que, há uma contradição entre os discursos oficiais dos gestores nas três esferas, pois na prática os principais projetos de “modernização”

do Maranhão contemplam uma minoria da sociedade e, sobretudo, aos que tem acesso às informações privilegiadas. Ou seja, esse discurso não condiz com a realidade da população local e fortalece as desigualdades de apropriação dos recursos naturais e de qualidade de vida.

Portanto, esses projetos inseridos no território municipal estudado viabilizam o debate crítico de que não proporcionaram à população local e aos imigrantes a qualidade de vida e as oportunidades de emprego e renda conforme anunciados na fase primeira de divulgação dos projetos, ao contrário, agravaram os problemas urbanos locais e dos municípios de influência em torno dos empreendimentos.

Dentre os projetos caracterizados para “modernizar” o estado do Maranhão, foi enfatizado o caso empírico da Refinaria Premium I, que corresponde ao projeto mais recente, e que teve repercussão no país como um grande projeto “redentor”, mas que não saiu do papel. Segundo relatório de auditoria realizado em 2013, a gênese de todo o problema parece estar na decisão de iniciar-se uma obra desse porte sem um planejamento adequado, passível de toda sorte de modificações. O motivo fundamental da auditoria decorreu da informação de que o contrato principal, relativo a terraplenagem, com valor da ordem de setecentos milhões de reais estaria sendo encerrado por decurso de prazo, sem que os serviços planejados estivessem concluídos.

O objeto do trabalho das auditorias realizadas foi verificar sob quais condições estaria acontecendo esse desfazimento, e chegaram às conclusões de que desde a auditoria realizada no âmbito do Fiscobrás 2011 (Processo TC 07.321/2011), já se verificavam atrasos consideráveis no andamento dos serviços de terraplenagem. A situação encontrada na presente auditoria veio confirmar todas as apreensões relatadas em fiscalizações anteriores.

As razões do atraso eram conhecidas desde há muito: deficiências de projeto, pressa em iniciar a construção sem a liberação completa do terreno, mercê da presença de posseiros e de duas linhas de transmissão energizadas, e ocorrência de sítios arqueológicos. Dos motivos listados, considera-se que apenas o último estaria fora do controle da estatal em referência.

A partir desse contexto, confirma-se o uso político eleitoral da Premium I. As expectativas e frustrações na sociedade foram as mais variadas possíveis, tanto para as pessoas que investiram em estabelecimentos comerciais quanto para as

peças que esperavam melhorar de vida ou ser beneficiado pelo efeito multiplicador que o projeto causaria na realidade socioeconômica maranhense e particularmente em Bacabeira. Apesar do superfaturamento das obras e indicativos de corrupção, a discussão que se faz também é sobre o uso político-eleitoral do projeto da refinaria.

Os impactos econômicos, sociais e ambientais em Bacabeira ao longo de cinco anos do processo de implantação da Refinaria Premium I correspondem ao rápido crescimento horizontal da cidade (aumento do número de ruas, praças, moradias (subnormais) e comércios); fluxos de pessoas oriundas de outros municípios e/ou estados na área de influência do projeto (Bacabeira, Rosário e Santa Rita) gerando rápido incremento demográfico e ampliação de demandas; especulação imobiliária dificultando a aquisição e acesso de imóveis pela população de baixa renda por causa da apropriação de terras por parte do projeto e da revalorização do espaço; valorização imobiliária desenfreada no período de euforia do projeto no ano de 2010, e nessa última fase de descontinuidade do projeto em 2015, o efeito contrário, pois o fluxo de pessoas e/ou investidores de outros estados e municípios diminuiu consideravelmente; surgimento de conflitos sociais (movimentos de resistência e deslocamentos compulsórios), revelando desigualdades que se concretizam no espaço; incremento dos setores de comércio e serviços, com a criação de empresas locais e instalação de filiais oriundas de outros estados; implantação de condomínios residenciais, loteamentos, quitinetes, etc, revelando a introdução de novos usos e valores socioculturais.

Em relação aos aspectos positivos, destacam-se as cinco escolas, creches e o centro de capacitação que foram construídas no município com recursos da Petrobrás. Além da compensação ambiental que a Petrobrás se responsabilizou a partir da criação das unidades de conservação municipais visando preservá-las. Essas áreas devem ser protegidas, pois são de extrema relevância ambiental e econômica. Dentre outros fatores, evidencia-se a restrição do uso dessas áreas para evitar fins prejudiciais não só a natureza, mas aos animais e populações que residem nessas áreas, dependendo delas para obterem sua reprodução simbólica.

Destacam-se como aspectos positivos também as atividades de resgate arqueológico (materiais cerâmicos, louças históricas, vidros, carvão, entre outros) encontradas nos sítios Rabo do Porco I e Mangueiras, que reuniram um conjunto de informações de enorme valor cultural, pois o material coletado produziu informação

inédita sobre a presença humana no vale do baixo Itapecuru, além de informações sobre o processo de ocupação naquela região e seus ecossistemas.

Numa perspectiva futura, o município deve estar preparado, pois um conjunto de outros empreendimentos de grande porte tem sido planejado para essa área, tais como o Terminal Portuário do Mearim, que recebeu licença de instalação (nº 257/2009) da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) e aval da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), desde agosto de 2008 (MARANHÃO, 2012). A Siderúrgica do Mearim, também está inserida nesse contexto, pois a partir da projeção governamental, esses empreendimentos são estratégicos ao desenvolvimento do município e do estado em questão. No entanto, toda essa dinâmica facilmente anunciada em nível do discurso pode proporcionar desequilíbrios ambientais, sendo necessário ampliar a discussão e estimular tanto as iniciativas de estudo na fase anterior a esses investimentos, diagnosticando os impactos possíveis, quanto na fase posterior ao empreendimento, ressaltando a etapa de monitoramento (acompanhamento) desses impactos.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fund. Ford, 2004. p. 9-20.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 13-43.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 2 ed.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.30, n.2, p. 144-161,1999.
- ARCANGELI, Alberto. **O Mito da Terra**: uma análise da colonização Pré-Amazônia maranhense. São Luís: UFMA/PPG/EDUFMA, 1987.
- AQUINO, Maria J. S.; SANT’ANNA JÚNIOR, Horácio A. Ferro, “Canga”, Mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: FERRETTI, S. F.; RAMALHO, J. R. **Amazônia**: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural. São Luís: EDUFMA, 2009.
- BACABEIRA (MARANHÃO). Lei municipal nº 205/07. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico do Município de Bacabeira – MA. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, ano XXXII, n. 66, 4 abril 2008.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- BARBOSA, Jorge Luiz. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: **Territórios territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB-Niterói, 2002. p. 89-105.
- BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil**: Lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. São Luís: Ed. UEMA, 2006.
- _____. Novas formas de acumulação do capital no espaço regional: a experiência do Maranhão. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., São Paulo, 2011. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.p. 1-5.
- BARBOSA, Zulene Muniz; ALMEIDA, Desni Lopes. A rota dos grandes projetos no Maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e o transnacional. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5., Londrina, PR, 2013. **Anais...** Londrina: Grupo de Estudos de Política da América Latina, GEPAL, 2013.

BECKER, Dinizar F. A economia política do (des) envolvimento regional contemporâneo. In: BECKER, Dinizar F.; WIPTMANN, Milton Luiz (Orgs). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. 2 ed. Santa Cruz do Sul, 2008. p. 37-65.

BECKER, Howard S. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BRASIL. Senado Federal. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. **Lei nº 9.478**, de 06 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm>. Acesso em: 24 fev. 2015.

_____. Departamento de Geografia. **Regiões de Influência das cidades (REGIC) 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 13-29.

_____. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000, Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/SBF, 2000.

_____. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento**. Brasília: MP, 2008.

BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz**: escritos urbanos e regionais. São Luís: Ed. UEMA, 2012.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1830-1970**. São Paulo: Global/ UNICAMP, 1985.

CARDOSO, Mirian Limoeiro. **Ideologia e Desenvolvimento – Brasil: JK – JQ**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHIUVITE, Telma Bartholomeu Silva. **Direito Ambiental**. São Paulo: Barros, Fischer e Associados, 2010.

CORDEIRO, Eduardo C; BURNETT, Carlos F. L.; FERREIRA, Antonio J. de A. A efetivação da Grande São Luís: do que se trata e como foi tratada. In: SANTOS, Protásio C. dos; MATTOS JÚNIOR, José S. de. (Orgs.). **Desenvolvimento socioespacial**: novos olhares. São Luís: EDUEMA, 2013, p. 111-133.

CORREA, Bianca Sampaio; BARBOSA, Zulene Muniz. A rota do empreendedorismo no Maranhão: mapeamento dos empreendimentos que integram a atual política do governo do estado. In: SEMINÁRIO DESENVOLVIMENTO, MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE, 3., São Luís, 2012. **Anais...** São Luís:UFMA,GEDMMA/SEDMMA, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
CORREIA FILHO, Francisco Lages. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão**: relatório diagnóstico do município de Bacabeira. Teresina: CPRM, Serviço Geológico do Brasil, 2011.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento Regional**: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. p. 85-109.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DINIZ, Péricles Carvalho. **A Refinaria Premium I no município de Bacabeira**: perspectivas e impactos socioeconômicos de um projeto de enclave no Maranhão a partir de 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

DOURADO, José de Ribamar. **A indústria do Maranhão**: um novo ciclo. Brasília: IEL, 2008.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e reorganização do espaço maranhense**. São Paulo, 2008. 269f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)- Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2008. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11082009-141934/>.

_____. As políticas territoriais enquanto categoria para interpretação do atual estado do Maranhão, Brasil: indicações para o debate. In: CASTRO, Cláudio E. de; MATTOS JÚNIOR, José S. de; PORTO, Iris M. R. (Orgs.). **Geografia, Território e Paisagem**. São Luís: EDUEMA/PPDSR, 2012. p. 115-137.

_____. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão**: passado e presente, há futuro – São Luís: EDUFMA, 2014.

_____. Novos investimentos econômicos e suas implicações na reestruturação urbana contemporânea do estado do Maranhão, Brasil. In: XIV SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, Fortaleza, CE, 2015. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO (FIEMA). **PDI 2020**: Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial no Maranhão. São Luís: FIEMA, 2009.

FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA. **Refinaria Premium I – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental**. São Luís: FSADU, agosto de 2009.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

_____. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico – estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GASPAR, Malu; COURA, Kalleo. Muito real por nada. **Revista Veja**. ed. 2411, p. 52-53, 4 fev. 2015.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2011.

HOLANDA, Felipe de. **Dinâmica da Economia Maranhense nos Últimos 25 Anos**. São Luís: IMESC, 2008. (Cadernos IMESC, 4).

_____. Dinâmica da economia maranhense no período 2000 a 2012. In: MARANHÃO. **Estudos sobre a economia maranhense contemporânea**. São Luís: IMESC/SEPLAN, 2013, p. 15-48.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 24 set. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Relatório de Pesquisa Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil e Arranjos Institucionais da Gestão Metropolitana, Região Metropolitana da Grande São Luís**. IPEA/IMESC, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, Roberta M. B. de F. et al. **Relatório com informações regionais e locais dos anos 2000 a 2009 e banco de dados**: produto nº 4 – Equipe Geoprocessamento. São Luís: UFMA/ONU-Habitat/Petrobrás, fev. 2012.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 7. ed. São Paulo: 1991.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Teses sobre Feuerbach. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Estudo de ocupação espacial/ uso e cobertura da terra dos municípios de Bacabeira e Rosário**. São Luís: SEMA/MMA/PNMA, 1998.

_____. Secretaria de Planejamento. **Regiões de planejamento do estado do Maranhão**. São Luís: SEPLAN, 2008.

_____. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Perfil da Região do Baixo Munim 2008**. São Luís: IMESC, 2009.

_____. Secretaria de Planejamento. **O Maranhão e a Nova Década – Planejamento (2010-2020): oportunidades e desafios**. São Luís: SEPLAN, 2010.

_____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC. **Os grandes investimentos privados e públicos do Maranhão e os desafios do desenvolvimento para os próximos 30 anos**. São Luís: SEDINC, 2012.

_____. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Nota de conjuntura do Maranhão**. São Luís: IMESC, jun./jul. 2013.

_____. Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária- SAGRIMA. **Governador anuncia investimentos de R\$ 3 mi no projeto Salangô**. Disponível em: <<http://www.sagrима.ma.gov.br/2015/04/22/governador-anuncia-investimentos-de-r-3-mi-no-projeto-salango/>>. (PORTAL SAGRIMA, 2015). Acesso em: 24 set. 2015.

_____. **Lei Complementar nº. 174**, de 25 de maio de 2015. Dispõe sobre a instituição e gestão da Região Metropolitana da Grande São Luís.

MARANHENSES entram pelo cano em Bacabeira com o fim da Refinaria, **Revista Maranhão Hoje**, Ano II, n. 23, fev., 2015.

OLTRAMARI, Alexandre. A fraude está até na placa. **Revista Veja**. ed. 1742, de 13 de março de 2002.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **E porque muitos juraram para trair**. São Luís: EduEMA, 2015.

PASSOS, Junia Maria Sanches Silva (Coord.). **Mapeamento do capital social do Maranhão nas 32 Regiões de Planejamento**. São Luís: SEPLAN/IMESC, 2008. (Estudos de Regionalização, n. 8). 77 p.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEET, Richard. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (Orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 19-37.

PEREIRA, Robison R. Silva. **Desenvolvimento para quem? O caso do Projeto Salangô no município de São Mateus-MA**. 2003. Monografia (Graduação em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Maranhão, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n.], 2007.

ROCHA, Ronaldo. Comissão que pressionará Petrobras por refinaria será instalada. **O Estado do Maranhão**, ed. 19.168, 5 fev. 2015. Caderno política.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Florestania: a saga acreana e os Povos da Floresta**. Rio Branco-AC: EDUFAC, 2004.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de et al. **Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais no Maranhão (Projeto de pesquisa e extensão)**. São Luís: GEDMMA/DESOC/PPGSC/UFMA/CNPq/FAPEMA, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues; RIBEIRO, Ana Lourdes da Silva; RABELO, Bruno Henrique Costa. Refinaria Premium: Presença da Petrobrás no Maranhão. In: Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara (Org.). **50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal**. Rio de Janeiro: FASE – Solidariedade e Educação, 2013. p. 239-252.

SANTOS, Protázio César dos; MATTOS JÚNIOR, José Sampaio de (Orgs.). **Desenvolvimento Socioespacial: novos olhares**. São Luís, EDUEMA, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, André Portela de (Coordenador). Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios – ISDM Sumário Executivo. São Paulo: C-Micro/FGV, 2012. Disponível no site: <http://cmicro.fgv.br/data-sets>. Acesso em 18.02.2015.

SILVA, Karênina Fonsêca. **Desenvolvimento do Maranhão e a Refinaria Premium-I: o processo de implantação do empreendimento e suas implicações no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais de Bacabeira**. São Luís, 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional)- Universidade Estadual do Maranhão, 2014.

SILVA, Hellen Mayse Paiva. **A percepção ambiental sobre os impactos da mineração na área de Perizes de Baixo, Bacabeira-MA.** São Luís, 2012. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Departamento de Geociências, 2012.

_____. Iniciativas estatais favoráveis ao investimento da Refinaria Premium I e suas implicações socioespaciais em Bacabeira (MA). In: XIV SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, Fortaleza, CE, 2015. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2015.

SILVA, Sislene Costa da; SANTANA JÚNIOR, Horácio A.; RIBEIRO JÚNIOR, José Arnaldo dos Santos. **Projetos de Desenvolvimento e Conflitos territoriais no espaço amazônico maranhense:** a duplicação dos trilhos da estrada de ferro Carajás e os impactos socioambientais nas comunidades quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo em Itapecuru-Mirim. São Luís: GEDMMA/DESOC/PPGSC/UFMA/CNPq/FAPEMA, 2011.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e utopia. In: BECKER, Dinizar F.; WIPTMANN, Milton Luiz (Orgs.). **Desenvolvimento Regional:** abordagens interdisciplinares. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 157-173.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional.** São Paulo: Atlas, 2009.

TRAMITTY. **Relatório Final:** Criação de UCs de Bacabeira. Brasília, DF, 2014.

TRAVASSOS, Valdenice Verde Conceição. **Emancipação do Município de Bacabeira.** São Luís, 1998. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, 1988.

TSUJI, Tetsuo. **Cenário e visão de futuro do Maranhão Grande-resultados do projeto de pesquisa “O que o Maranhão quer ser quando for grande?”.** São Luís: SEPLAN/IMESC, 2008.

ZACHARIAS, Andréa Aparecida Zacharias. **A representação gráfica das unidades de paisagem no zoneamento ambiental.** São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ENTREVISTAS

DEISE LISBOA, coordenadora CEMP – Data: 04/04/2014 às 15h.

SÉRGIO SILVA, coordenador Curso de Petróleo CEUMA – Data: 20/10/2014 às 19h.
JOEL SILVA, empresário em Bacabeira – Data: 06/02/2015 às 12h.

JAYRES SOUSA, morador de Perizes de Baixo – Data: 01/03/2015 às 17:30h.

MARCELINA MORAES e MADALENA PAIVA, moradoras de Perizes de Baixo – Data: 04/10/2015 às 11h.

HELDER MICHEL DUARTE RAMOS, presidente da Associação de Moradores Bacabeira – Data: 04/10/2015 às 09h.

MAPAS

SANTOS, Jeremias. Elaboração do Mapa de Localização de Bacabeira. São Luís: IMESC, 2015.

SANTOS, Jeremias. Elaboração do Mapa dos municípios pertencentes à Região Metropolitana da Grande São Luís. São Luís: IMESC, 2015.

SANTOS, Jeremias. Elaboração do Mapa das unidades de conservação municipais de Bacabeira. São Luís: IMESC, 2015.

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevista junto aos moradores de Bacabeira

OBJETIVO: Esta entrevista busca coletar informações junto aos moradores de Bacabeira sobre o cancelamento do projeto da Refinaria Premium I (MA). Esta pesquisa é atrelada ao Programa de Pós-Graduação Strictu Senso em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, cujo tema da Dissertação é “O processo de implantação da Refinaria Premium I em Bacabeira (2010 a 2015) no contexto do desenvolvimento econômico do estado do Maranhão”, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio José de Araújo Ferreira e discente Hellen Mayse Paiva Silva.

Informo ainda, que os dados coletados servirão exclusivamente para a análise do trabalho acadêmico, ora proposto, e com publicação mediante a autorização prévia dos (as) entrevistados (as).

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Idade: _____
 Estado Civil: _____ Naturalidade: _____
 Religião: _____ Profissão: _____

ESCOLARIDADE

- () Não alfabetizado () alfabetizado
 () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo
 () Ensino Médio incompleto () Ensino médio completo
 () Ensino Superior Completo () Ensino Superior incompleto

1. Qual a sua perspectiva sobre o cancelamento do projeto Premium I?

2. Algum membro de sua família foi absorvido para trabalhar na Refinaria durante as obras de terraplanagem? Quais funções?

3. O que mudou no seu cotidiano a partir dessa proposta da Refinaria?

4. Você se envolveu em alguma frente de resistência à proposta de implantação da Refinaria? Quais foram os tipos de resistência?

5. Qual a sua concepção sobre a especulação imobiliária em Bacabeira, Rosário e Santa Rita; aumento do preço de aluguel de casas e diária de hotéis; investimentos em posto de combustível, restaurante, bares, pousadas, hotéis dentre outros decorrentes do projeto da Refinaria?

6. Você investiu e/ou foi atraído pelo discurso de desenvolvimento e progresso da Refinaria Premium?

APÊNDICE B- TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, estou ciente da pesquisa realizada pela discente Hellen Mayse Paiva Silva, mestranda do Curso Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, cujo título da Dissertação é “O processo de implantação da Refinaria Premium I em Bacabeira (2010 a 2015) no contexto do desenvolvimento econômico do estado do Maranhão”. Nesses termos, autorizo a divulgação dos dados coletados a partir da entrevista realizada, para fins acadêmicos.

Entrevistado (a)

Data: _____

**ANEXO A- LEI QUE DISCIPLINA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS PARA
A IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO OU
DIVERSIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REFINARIA DE PETRÓLEO.**

**ANEXO B- PEÇAS PUBLICITÁRIAS SOBRE O CANCELAMENTO DA REFINARIA
PREMIUM I (MA)**

**ANEXO C- NOTA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABEIRA
SOBRE A DESCONTINUIDADE DA REFINARIA PREMIUM I (MA)**